



Phoenix Campinense

REVISTA DA ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS
Nova Fase N.1 Campinas, SP Maio de 2024



Pontes

Copyright © 2024 - Jorge Alves de Lima
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e ilustrações: Juliano Barros Amaral
Idealização e projeto de capa: Sérgio Castanho
Revisão: Pontes Editores

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora ou do Autor.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

N383a Negrão, Ana Maria Melo; Castanho, Sérgio (orgs.)
Phoenix Campinense - Revista da Academia Campinense de Letras - Nova Fase - n. 1 /
Organizadores:, Ana Maria Melo Negrão e Sérgio Castanho
Coordenador: Jorge Alves de Lima.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2024; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0332-7.

1. Cidades do Estado de São Paulo. 2. Campinas – SP. 3. Literatura Brasileira.
I. Título. II. Assunto. III. Coordenador.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura. 800
2. Literatura brasileira. 869
3. História de São Paulo. 981.61

ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS
Rua Marechal Deodoro, Centro - Campinas - SP - 13010-300
Fone 19 3231.2854

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão - Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil 2024

Phoenix Campinense

REVISTA DA ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS
Nova Fase N.1 Campinas, SP Maio de 2024



1956-2024

REVISTA DA ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS - ACL

PHOENIX CAMPINENSE

DIREÇÃO EDITORIAL

Profa. Dra. Ana Maria Melo Negrão
Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Gustavo Osmar Corrêa Mazzola
Registro Profissional: 169/SP NS 3298

DIRETORIA EXECUTIVA (2023-2024)

Presidente – Jorge Alves de Lima – Cadeira 2
Vice-Presidente – Ana Maria Melo Negrão – Cadeira 8
1ª. Secretária – Ivanilde Baracho de Alencar – Cadeira 37
2º. Secretário – Cirilo Luiz Pardo Meo Muraro – Cadeira 18
1º. Tesoureiro – Antônio Suárez de Abreu – Cadeira 20
2º. Tesoureiro – Carlos Alberto Marchi de Queiroz – Cadeira 22
Diretor de Patrimônio – Sérgio Galvão Caponi – Cadeira 26
Diretor de Biblioteca – Sérgio Eduardo Montes Castanho – Cadeira 31
Diretor de Divulgação e Relações Públicas – Luno Volpato – Cadeira 11
Diretor de Relações Internacionais – Geraldo Affonso Muzzi - Cadeira 6
Diretor da Revista – Carlos Alberto Cruz Filho - Cadeira 15

DIRETORES ADJUNTOS

Agostinho Toffoli Tavolaro – Cadeira 40
Duílio Battistoni Filho – Cadeira 25
Gustavo Osmar Corrêa Mazzola – Cadeira 14
Marina Becker – Cadeira 12
Walter Vieira – Cadeira 34

COMISSÃO DE CONTAS

Tereza Aparecida Asta Gemignani – Cadeira 33
Luís Antônio Alves Torrano – Cadeira 27
Gilson Barreto – Cadeira 21
Suplente – Odair Leitão Alonso – Cadeira 10



Phoenix Campinense

REVISTA DA ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS

Nova Fase N.1 Campinas, SP Maio de 2024



NOSSA CAPA

Escultura em terracota *A Fênix de Campinas*, por Lélío Coluccini (Coleção particular do Acadêmico Sérgio Castanho). Dimensões: Alt. 20 cm x Larg. 30 cm. Com igual concepção artística, Lélío Coluccini esculpiu e moldou em bronze a Fênix de Campinas que se encontra no ápice, denominado *acrotério*, do belo edifício-sede da Academia Campinense de Letras. Tanto a estatueta em terracota quanto a grande escultura em bronze datam de 1975.





Sumário

| | |
|---|------------|
| 1 - Nossa primeira Phoenix alça voo | |
| <i>Ana Maria Melo Negrão</i> | |
| <i>Sérgio Castanho</i> | <i>011</i> |
| 2 - O que disse o presidente | |
| <i>Jorge Alves de Lima</i> | <i>015</i> |
| 3 - Rui Barbosa e sua história em Campinas | |
| <i>Sérgio Castanho</i> | <i>021</i> |
| 4 - A Capela da Santa Casa de Misericórdia de Campinas | |
| <i>Ana Maria Melo Negrão</i> | <i>037</i> |
| 5 - O ideário Político de Frei Caneca | |
| <i>Dúlio Battistoni Filho</i> | <i>049</i> |
| 6 - Poemas | |
| <i>Marina Becker</i> | <i>055</i> |
| 7 - Phoenix Renascida | |
| <i>Walter Vieira</i> | <i>063</i> |
| 8 - Ação cultural decolonial | |
| <i>Regina Márcia Moura Tavares</i> | <i>071</i> |

9 - Tecendo Versos e Prosa Poética

Tereza Aparecida Asta Gemignani 077

10 - A exaltação do Brasil em Guilherme de Almeida

Agostinho Toffoli Tavolaro 081

11 - AS MEMÓRIAS DE SYLVINO DE GODOY:

*Um olhar sobre Serra Negra,
no final do século XIX e início do século XX.*

Claudia Felipe da Silva 093

12 - Uma História de Amor

Jorge Alves de Lima 109

13 - Coturno. A bota da Infantaria

Geraldo Affonso Muzzi 113

14 - Em outras Águas de Março

Antonio Contente 117

15 - Toda a liberdade para criar

Gustavo Mazzola 123

16 - Esperança

Antonio de Pádua Báfero 127

17 - A polêmica pintura do teto da Capela Sistina

Gilson Barreto 131

| | |
|---|-----|
| 18 - Intelectualidade da arte: o caso Van Gogh | |
| <i>Maria Eugênia Castanho</i> | 137 |
| 19 - Carta Poética | |
| <i>Margareth Brandini Park</i> | 145 |
| 20 - Fragmentos de uma trajetória | |
| <i>José Carlos Ortiz</i> | 157 |
| 21 - “Nas Asas da Fênix” | |
| <i>Odair Leitão Alonso</i> | 165 |
| 22 - Como Viver? | |
| <i>André Gonçalves Fernandes</i> | 177 |
| 23 - Os derradeiros dias da União Soviética | |
| <i>Germano Denisale Ferreira Junior</i> | 187 |
| 24 - Sonhos, sonhos, sonhos... | |
| <i>Luno Volpato</i> | 191 |
| 25 - Refundação das Polícias | |
| <i>Carlos Alberto Marchi de Queiroz</i> | 195 |



Nossa primeira Phoenix alça voo

Ana Maria Melo Negrão

Sérgio Castanho

Diretores Editoriais

Aqui está o primeiro número da ***Phoenix Campinense***, novo nome da revista da Academia Campinense de Letras. A revista já existia. Mas ganhou nova denominação. A razão do nome que agora se inaugura é quase transparente. É *Phoenix* porque esta é a forma latina para fênix, ave mitológica que sempre renasce das cinzas, tal qual a cidade de Campinas renasceu após a terrível epidemia que a assolou em fins do século XIX. Por esse motivo, a fênix figura na pedra de armas de Campinas. Figura igualmente no emblema da nossa academia. Não poderia deixar de estar na denominação da sua revista, que se completa com o patônimo *campinense*, por ser este também o escolhido pelo fundador da academia, prof. Francisco Ribeiro Sampaio, para a nomear: Academia Campinense de Letras.

O logotipo da *Phoenix Campinense* tem a figura da ave em sua forma incandescente, seguida da grafia especial de seu nome.

Este ano de 2024 contempla vários marcos históricos, literários e culturais a propiciar um contexto de intensa relevância para o lançamento desta revista. Preliminarmente, comemoram-se os 250 anos da trajetória de Campinas, fundada em 14 de julho de 1774, num bairro limítrofe à Trilha dos Goiazes, seu primeiro chão para que os bandeirantes atingissem as Minas de Goiás. Neste solo generoso cultivou-se a cana-de-açúcar e o café. Também nele cresceram a indústria e o comércio. Tudo isso contribuiu para se

alçar a cidade a um nível intenso e múltiplo. Hoje nela se destaca a produção intelectual, acadêmica e científica, envolvendo os mais variados setores tecnológicos e das ciências humanas, exatas e biológicas.

Indubitavelmente, é este um especial momento para celebrar a sua história, a sua cultura e o seu progresso, sem descuidar da graça das andorinhas que lhe riscavam o céu, eternizadas pela pena brilhante de Rui Barbosa.

Os 500 anos do poeta maior português, Luís Vaz de Camões (1524-2024), ressaltam como um marco magistral da literatura portuguesa, em especial pela obra “Os Lusíadas”, de estrutura épica, e pelos seus 211 sonetos, ocasião para lhe celebrar a vida e o legado.

O fundador da nossa academia, o filólogo Francisco Ribeiro Sampaio, nascido em 17 de maio de 1909, se vivo fosse completaria 115 anos em 2024. Essa data natalícia é uma fértil oportunidade para reverenciar a sua visão de futuro ao criar a Academia Campinense de Letras, em 17 de maio de 1956, para o cultivo do idioma pátrio e de sua literatura, motivando as futuras gerações a seguir seu caminho de pujança cultural. Celebrar os 68 anos de existência desta academia configura-se como um marco memorável e excelso para enaltecer as conquistas pretéritas, de sorte a reconhecer os literatos que construíram a sua história e a demonstrar a continuidade para promover as letras, honrar os compromissos estatuídos e eternizar as suas décadas de caminhada.

O conjunto dessas comemorações, 500 anos de Camões e 115 anos de Sampaio, cujos bustos engalanam o salão nobre da Academia Campinense de Letras como que a velarem por ela em seus 68 anos, mais os 250 anos de Campinas, tudo somado faz com que o lançamento da revista *Phoenix Campinense*, em maio de

2024, seja um registro histórico de magnitude. Enriquecer a escrita literária, promover a cultura artística, incentivar a criatividade e promover as letras em suas diversas formas de manifestação – são objetivos e fundamentos de nossa academia e desta revista.

Ao folhear as suas páginas, o leitor há de perceber que a Revista *Phoenix Campinense* não se atém apenas aos acadêmicos, mas proporciona uma abertura de oportunidades e intercâmbio literários a vários participantes para contribuírem por suas vozes e textos com características pessoais a enobrecerem o panorama literário.

A nova *Phoenix Campinense* é um veículo vivo da palavra escrita, fortalecendo os valores e regramentos fundamentais que a norteiam, vital às instituições culturais, a manter-se como um farol na preservação e colaboração ao patrimônio intelectual como um todo.

Relata a lenda que a majestosa ave Fênix, de plumagem farta, oferece um espetáculo resplandecente quando se incendeia. Das suas cinzas emerge renascida, como se representasse a resiliência do espírito humano. Em cotejo com a lenda, mesmo após os momentos vividos de confinamento, às vezes tão sombrios e desoladores, a Academia Campinense de Letras experimenta um recomeço para se reerguer das cinzas, depois da epidemia que assolou o mundo, para lançar o seu olhar ao futuro por meio desta revista *Phoenix Campinense* que vem à luz, apta para iniciar mais um ciclo com força renovada.



O que disse o presidente

Jorge Alves de Lima*

Poderia falar como acadêmico ou como pesquisador em história local. Poderia também fazer aqui um balanço de meus livros focados na vida do grande compositor campineiro Antônio Carlos Gomes e ainda nos percalços que esta linda e acolhedora cidade sofreu em fins do século 19 e início do século 20 (ALVES DE LIMA, 19... e mais). No entanto, o encargo que meus pares me conferiram de presidir esta casa de letras leva-me hoje, quando se inaugura nova fase da comunicação cultural da ACL com a publicação do número 1 da revista ***Phoenix Campinense***, a falar como presidente, fiel aos ritos do múnus.

Esta Academia Campinense de Letras completará, no dia 17 de maio de 2024, 68 anos de fecunda atividade cultural e literária dedicada ao povo de Campinas. Quando vim do Paraná, em janeiro de 1957, nossa entidade ainda engatinhava nos seus sete meses de existência. Mal podia supor que 67 anos depois de chegar estaria eu presidindo-a.

Ao longo da minha vida pautei toda minha ação pública e privada lastreada em três princípios básicos.

O primeiro deles veio do eminente escritor Machado de Assis, extraído de sua obra-prima “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, cujo teor é o seguinte:

=====
“... só as grandes paixões são capazes de grandes ações”.
=====

O segundo princípio impregnado em minha personalidade veio do escritor, jornalista, guerreiro e estadista Winston Leonard Spencer Churchill. Quando no seu combate de vida e morte contra a Alemanha nazista, ele afirmou:

“... se você vai passar pelo inferno, não pare de andar e com destemor atravesse-o!”

A terceira lição, que sigo até hoje, veio do ex-presidente Juscelino Kubitschek:

“Deus poupou-me do sentimento do medo!”.

Quando, na nossa posse na presidência da Academia Campinense de Letras, no mês de fevereiro de 2019, no meu discurso afirmei: “Nossa administração fará a academia avançar física e culturalmente 50 anos!”

Lembro-me que esta nossa afirmação, no meio de muitos presentes na cerimônia de posse, foi recebida com pouco caso e menoscabo. Então pensei: “todos vão ter uma bela e positiva surpresa”.

Essas lições inerentes ao meu modo de agir, vieram-me à tona na manhã chuvosa do dia 2 de fevereiro, quando, já empossado presidente, adentrei o majestoso e imponente prédio de nossa Academia. Fiquei emocionado. A seguir, porém, quedei-me estarecido com uma cena pavorosa: o telhado que cobre o charmoso Salão Nobre estava a céu aberto, permitindo que ali caíssem as

águas das chuvas torrenciais, colocando, via de consequência, um iminente e grave risco à segurança do prédio.

Por um breve instante permaneci inerte. Rapidamente senti, todavia, uma força de reação vigorosa diante daquela cena terrível e insólita. Tal força me foi transmitida pelas lições de Machado de Assis, Churchill e Juscelino Kubitschek.

E, com convicção, eu disse a mim mesmo: “Amo com paixão este templo sagrado. Vou com destemor enfrentar esta situação, superá-la e realizar uma obra digna e perene; com coragem vou ultrapassar este inferno, e mais, sem temor, porque Deus poupou-me do sentimento do medo e da covardia.”

Imediatamente, com apoio da nossa diretoria e dos nossos valorosos acadêmicos, conseguimos uma ajuda do meu amigo Dr. Arly de Lara Romeo, então presidente da Sanasa, o qual ordenou a restauração completa do telhado, a troca das calhas entupidas e a renovação total das instalações elétricas.

E mais: por incrível que pareça, a nossa cozinha tinha uma porta ligando diretamente a uma infecta latrina. Um horror! Conseguimos rapidamente separar a cozinha, vedando-a da latrina, que foi suprimida. A reforma permitiu uma cozinha limpa e decente e uma elegante toaleta, com acesso independente e separado.

Conseguimos da diretoria do Sindicato dos Ferroviários da Mogiana, nosso vizinho, a doação de um computador e de um portão eletrônico. Apesar da pandemia da Covid, não deixamos de trabalhar.

Eu e a nossa diretoria reformamos a sala de Diretoria, restaurando os seus móveis, sofás e poltronas centenárias. E, já na administração do Prefeito Municipal Dr. Dario Saadi, conseguimos a

instalação de câmeras protetoras de segurança, interna e externa do nosso prédio e a pavimentação com asfalto do seu estacionamento, a iluminação moderna da fachada e partes laterais do edifício da Academia Campinense de Letras.

E mais ainda: a colocação de grades altas e elegantes, circundando e protegendo o terreno, embelezado com a feitura de um jardim lindo e charmoso.

No plano cultural, tivemos excelentes apresentações de conferencistas ilustres e dos alunos das escolas municipais, que, ao fim das cerimônias, levaram de presente uma sacolinha contendo quatro livros, fruto de uma parceria com a Fumec que está trazendo resultados maravilhosos na formação cultural dos alunos da nossa cidade.

A criação e instalação da Biblioteca Ruben Costa na sala de entrada do nosso edifício permitiu o retorno do valioso acervo de livros, revistas e outros periódicos que há anos estava guardado na sede do Sindicato dos Ferroviários da Mogiana, graças ao trabalho conjunto dos nossos acadêmicos Sérgio Eduardo Montes Castanho e Ana Maria Mello Negrão.

E agora, para a nossa alegria, encontra-se em preparação o número inaugural da nossa nova revista ***Phoenix Campinense***, projeto da diretoria e dos acadêmicos da ACL. Ela vai dar sequência à antiga revista da Academia.

Um momento cultural muito importante atingido pela Academia se deu com a nossa designação para representar o Brasil no Prêmio Literário Luiz de Camões, congregando Portugal e os países africanos de Língua Portuguesa. Esse acontecimento extraordinário permitiu que a Academia Campinense de Letras se projetasse nos cenários culturais e literários no Exterior.



*Jorge Alves de Lima.
Acervo pessoal.*

Temos para nós que a gratidão é o mais belo ornamento do caráter e nessa esteira, aqui e agora, queremos agradecer ao Prefeito Municipal Dr. Dario Saadi, os Secretários de Educação, Cultura e Serviços Públicos de Campinas, respectivamente, Drs. José Tadeu Jorge, Alexandra Caprioli e Ernesto Dimas Paulella, e mais os dirigentes públicos Dr. Arly de Lara Romeo e Ary James Piccinatto (da Fumec); e ainda as sras. Rosangela Figueiredo, Vera Campana Rodrigues, e a todos os nossos acadêmicos, pela valiosa ajuda que emprestaram à Academia Campinense de Letras, cujo prédio é de propriedade do Povo de Campinas!

***Jorge Alves de Lima** é presidente da Academia Campinense de Letras.

Email: jorge.alvesdelima2@gmail.com

Referências

ALVES DE LIMA, Jorge. *O ovo da Serpente*. Campinas, SP: Editora Arte Escrita



Rui Barbosa e sua história em Campinas

Sérgio Castanho*

Estamos no começo do século 20. Minha avó materna Margarida Bernardes Morey tinha ido à missa na Igreja do Rosário, vizinha lateral da casa em que morava com seu marido, meu avô materno Plácido Bernardes Nuñez, na esquina das ruas Regente Feijó e Campos Sales, em Campinas. Ao sair do templo, encontra o casal vizinho de frente, o barão e a baronesa de Ataliba Nogueira. Junto a esses titulares do Império encontrava-se um sujeito baixinho, pouco mais de um metro e meio, engalanado de fraque. Feitos os cumprimentos de praxe, o barão se volta à minha avó e logo vai dizendo: “Dona Margarida, permita-me apresentar-lhe o doutor Rui Barbosa, nosso primo por graça de Deus e glória da nação”. Minha avó estende a mão enluvada, Rui Barbosa se curva, beija-a e diz o que devia ser dito: – Muito prazer, minha senhora.

A cena em si era trivial. Mas, dadas as personagens envolvidas, tornava-se excepcional. Afinal não era todo dia que se encontravam, à saída da missa, em Campinas, o maior nome da política e da cultura brasileira, há poucos anos ministro da Fazenda do governo provisório e coautor da Constituição da República, mais seus aparentados barões e ainda uma jovem senhora vinda da ilha de Maiorca, Espanha. Pois a cena aconteceu. E poderia ter acontecido mais vezes, já que Rui Barbosa, com larga parentela em Campinas, para cá se moveu inúmeras vezes, como atesta o filho dos barões referidos, o professor de Teoria do Estado da Faculdade de Direito da USP Ataliba Nogueira, em artigo publicado na revista dessa instituição (1971).

Da Bahia ao mundo: os caminhos de Rui

Tratando disso mais de perto, vamos começar pelos traços biográficos do conselheiro de fraque, Rui Barbosa de Oliveira, filho de João José Barbosa de Oliveira e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira. Nasceu em Salvador, Bahia, em 1869, de uma família bem situada social e politicamente. Seu pai era médico e político, tendo exercido os cargos de deputado provincial e deputado geral. Pelo lado materno, foi sobrinho do barão de Mucuri e do presidente da província da Bahia Luís Antônio Barbosa de Oliveira.

Alimentam o mito de Rui Barbosa como “o mais genial brasileiro de todos os tempos” afirmações como a de seu professor Antônio Gentil Ibirapitanga: “Este menino de cinco anos de idade é o maior talento que eu já vi”. Estudando no Ginásio Baiano do lendário Barão de Macaúbas, aos onze anos foi dito ao seu pai pelo professor que o menino nada mais tinha que ali aprender. Diziam também que, tendo concluído o curso ginásial, mas sem idade para ingressar nos estudos superiores, passou todo o ano de 1864 estudando alemão.

Dois anos depois Rui entra enfim numa faculdade, a de Direito, de Recife. Deve ser dito que à época só existiam duas academias de Direito no país, a de Recife (Olinda) e a de São Paulo. Iniciou o curso jurídico na primeira e terminou-o na segunda. Um de seus professores na academia paulista foi José Bonifácio, o Moço, em 1868 homenageado por Rui num banquete, por sua firmeza como abolicionista liberal. Em 1870 bacharelou-se em Direito e retornou à Bahia, passando a advogar e a militar na imprensa, tendo assumido em 1873 a direção do Diário da Bahia. Em 1876 casou-se com Maria Augusta Viana Bandeira, também baiana como ele. No ano seguinte,

elegeu-se deputado provincial na Bahia; e em 1878, deputado à assembleia da Corte. Nesta condição, exarou os famosos pareceres sobre o decreto do ministro imperial Leôncio de Carvalho, pareceres esses que constituíram a base da reforma geral do ensino de 1881.

Participou à exaustão da campanha abolicionista, ao lado de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Meses antes da Proclamação da República, recusou-se a participar do Gabinete Ouro Preto, o último do império. Logo depois nascia a república. Em 15 de novembro de 1889 Rui redigiu o primeiro decreto do governo provisório de Deodoro, sendo a seguir nomeado ministro da Fazenda. Nesse cargo tomou medidas que geraram o “Encilhamento” (adiante será comentado) e mandou queimar os livros de matrícula de escravos, atitude que até hoje recebe acerbas críticas dos historiadores, que perderam excelentes fontes para o estudo do período escravista, mas por outro lado é justificada por economistas, porque esses livros serviriam para os antigos proprietários de escravos reclamarem ao Estado indenização pela “desapropriação” dos escravos que lhes “pertenciam”.

Com a renúncia de Deodoro, assume Floriano Peixoto, que, para enfrentar revoltas, instaura um estado de exceção, passando a prender e exilar generais e autoridades da república. Rui Barbosa destaca-se como defensor dos perseguidos, impetrando habeas corpus até hoje usados nos cursos de direito como peças exemplares e nos cursos de letras como modelos de redação em língua vernácula. Apesar de tudo, muitos expoentes republicanos, inclusive o próprio Rui Barbosa, foram para o exílio.

Em 1894 é lançado candidato a presidente da república, ficando em quarto lugar. Mas não desfalece. Ao todo, foi candidato à curul máxima quatro vezes, não vencendo nenhuma eleição.

Política, advocacia e jornalismo são então as atividades principais de Rui. Mas não as únicas. Foi também um polemista de garra, notabilizando-se pela discussão com o filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro acerca da redação do projeto de Código Civil de Clóvis Beviláqua. A peça que mais impacto gerou – e até hoje gera – foi a “*Réplica*”. No exílio, Rui viaja a Londres, de onde escreve as também celebradas “*Cartas da Inglaterra*”.

Mas o episódio que mais lhe granjeou popularidade foi o que culminou com o epíteto que recebeu de “**Águia de Haia**”. Em 1907 Rui é convidado pelo chanceler Rio Branco a representar o Brasil na conferência internacional de paz em Haia, capital da Holanda. Nessa conferência foi criada uma corte de justiça internacional permanente, na qual teriam assento apenas três grandes potências bélicas – Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Rui se insurgiu contra isso, focando em dois aspectos: primeiro o incentivo à guerra e conseqüente corrida armamentista que um tribunal composto apenas por países de grande poderio militar acarretaria; e segundo, o atentado que essa decisão traria ao princípio da igualdade entre nações soberanas. Foi um sucesso. O jornalista William Thomas Stead publicou que as duas maiores expressões da conferência tinham sido o brasileiro “Dr. Barbosa” e o alemão Barão Marshall. A repercussão no Brasil foi tão grande que Rio Branco conferiu a Rui Barbosa o epíteto “Águia de Haia”, no que foi seguido pela imprensa e pela população do país.

Outro episódio de grande repercussão foi o do assim chamado “**Encilhamento**”. Esta palavra, segundo Houaiss (2001), significa colocar arreios no cavalo. Foi usada, pejorativamente, pela oposição a Rui Barbosa. Esta oposição era majoritariamente composta de agricultores, que se sentiram prejudicados, no início da república, pelas medidas de Rui que disciplinaram o crédito à agricultura

e favoreceram o desenvolvimento comercial e industrial. Eles se sentiram “encilhados”, isto é, presos em seus movimentos como os cavalos quando neles se colocam os arreios.

Mas muitos historiadores, inclusive da economia, não aceitaram essas críticas e mostraram o acerto das medidas de Rui na **antecipação modernizante do capitalismo** no Brasil, que ainda era, no fim do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, um país de arcaico ruralismo. Encontro algumas dessas manifestações favoráveis às medidas de Rui no importante livro “Rui Barbosa: pensamento e ação” (2002), de minha colega Maria Cristina Gomes Machado. Uma delas é de Wilson Cano, um dos luminares dos estudos sobre a industrialização brasileira: “Quanto à expansão do sistema bancário no Brasil, ganharia realmente expressão a partir da Reforma Bancária, em 1890, que, além de conceder aos bancos o privilégio de emissão, ainda lhes facultava o exercício de atividades extrabancárias, como, por exemplo, a do comércio, da indústria, da colonização, construção de estradas etc. Tem início então a fase conhecida como a do “Encilhamento”, com grande expansão do meio circulante e proliferação de empresas comerciais, industriais, bancos, estradas de ferro etc., muitas delas sem qualquer viabilidade econômica (...).” Mas, continua Cano, “essa etapa não significou apenas uma mirabolante onda inflacionária. Muitos empreendimentos, principalmente têxteis, se tornaram realidade (...)”. Conclui que as medidas de Rui não significaram “apenas o véu monetário, mas também uma importante via para a acumulação de capital” (CANO, 1977).

Outro aporte favorável a Rui, citado por Machado (op. cit.), foi de Suzigan (1986), o qual “constata que, durante o Encilhamento, estabeleceram-se grandes fábricas de tecido de algodão no Nordeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Investiu-se substancialmente

também em outras indústrias, como a de sacaria de juta, tecidos de lã, moinho de trigo, cervejaria, fábricas de fósforo e indústrias metalmeccânicas”. O mesmo ponto de vista é o de Tannuri (1981).

Enfim, coroando esses depoimentos, é ainda Machado quem diz: “O objetivo de Rui Barbosa, quando assumiu a pasta do governo provisório, era fomentar a indústria e o trabalho”, sem relegar ao abandono a agricultura; ao revés, tinha em mira “modernizar a produção agrícola. Com esse intuito, propôs a criação do Banco Hipotecário Nacional” (MACHADO, op. cit., p. 92).

Ainda no rol das grandes atuações de Rui deve-se incluir a **Campanha Civilista**. Num movimento que antecipou o atual **antimilitarismo**, Rui Barbosa lança essa campanha, visando mudar a feição marcadamente militar da república, proclamada e presidida pelo marechal Deodoro, em 1889, presidida a seguir pelo marechal Floriano Peixoto (1891 – 1894) e, na eleição de 1910, pretendida pelo marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro. Hermes foi eleito e governou de 1910 a 1914. Para essa eleição de 1910 Rui forma com o presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, a chapa dos “candidatos da soberania popular”, na “Campanha Civilista”. A chapa de Rui ganhou na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em parte de Minas Gerais. Nos demais estados ganhou Hermes da Fonseca, que tinha Venceslau Brás como vice. Hermes teve 403.867 votos contra 222.822 de Rui Barbosa.

Por último, nesta breve recuperação dos traços biográficos de Rui, há que se falar na sua enorme contribuição para a educação brasileira, consubstanciada nos **Pareceres** sobre a “Reforma Leôncio de Carvalho” (Decreto 7.247 de 19/4/1879), que evoluíram para um projeto de lei substitutivo. Daí nasceu a **Reforma Nacional do Ensino**, de 1910, incidindo sobre todos os níveis

educacionais. Rui Barbosa, com esse trabalho, foi precursor do **sistema nacional de ensino**. Foi também quem introduziu a **ciência** como base para o ensino em seus diversos níveis. Além disso, oficializou o método intuitivo como o mais apto a desenvolver nos alunos a observação e o raciocínio científico. Foi também Rui quem traduziu em 1881 o livro do estadunidense Norman Allison Calkins intitulado *Primeiras lições de coisas*, publicado no Brasil em 1886 (SAVIANI, 2007).

E assim, tendo apresentado, em largas pinceladas, um esboço biográfico de Rui Barbosa, voltamos ao início deste artigo, quando o encontramos à saída de uma missa na Igreja do Rosário, em Campinas, no início do século 20.

Rui em Campinas



Rui Barbosa em Campinas.

Já descrevi a cena em que minha avó materna é apresentada a Rui Barbosa pelo Barão de Ataliba Nogueira à saída de uma missa na Igreja do Rosário em Campinas no começo do século 20. Tratarei agora de detalhar essa vinda de Rui Barbosa a Campinas. Que digo? Essa não foi a primeira vinda do célebre baiano a nossa cidade. Nem foi a única.

Para ficar rigorosamente atado aos fatos, utilizarei, como uma das fontes, o artigo “Rui e Campinas” (1971), de autoria de José Carlos de Ataliba Nogueira, publicado na revista da Faculdade de Direito da USP, instituição em que o autor foi professor de Teoria Geral do Estado por 40 anos. Muita coisa une o professor José Carlos ao que aqui se narra. Antes de tudo, José Carlos é campineiro, nascido em 1901. Acresce que é filho de João Ataliba Nogueira Júnior, também campineiro, filho de João Ataliba Nogueira, que outro não é senão o Barão de Ataliba Nogueira referido no introito deste artigo. Portanto, José Carlos Ataliba Nogueira é neto do barão e, como tal, herda dele o parentesco que o unia a Rui. Enfim, mesmo que não houvesse esses laços todos, haveria o fato de que José Carlos de Ataliba Nogueira era um escritor de destaque, membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de professor nas Arcadas, foi advogado militante e político atuante, tendo sido deputado federal e um dos fundadores do PSD – o Partido Social Democrático, de tantas tradições.

Vamos à história de Rui em Campinas.

“Distinguido como município da sua preferência para o repouso periódico, Campinas considerou a honraria e o privilégio que lhe dava Rui Barbosa”, que “correspondeu largamente à distinção que lhe era conferida” (Nogueira, 1971, p. 430).

Quando vinha a Campinas, Rui não se fechava nas fazendas que o acolhiam, mas participava de sua vida social e cultural, ia a festas e recepções, dava palestras, visitava gente da cidade e dela recebia visitas, interessando-se muito pelas pessoas e coisas campineiras.

Veio Rui a Campinas pela primeira vez em 1884. Era então a cidade rica e culta. Sobrepujava São Paulo, a capital, em população, riqueza e vida cultural. A capital só se sobrepunha a Campinas por

ser a sede do governo provincial e também por sediar a faculdade do Largo de São Francisco. No mais, São Paulo era a “capital da solidão”, título da magnífica obra de Roberto Pompeu de Toledo (2003).

Nessa primeira vinda a Campinas, Rui hospedou-se na fazenda “Rio das Pedras”, do seu primo Luís Albino Barbosa de Oliveira, casado com Camila, filha do barão de Ataliba Nogueira (minha avó contava coisas que se passavam na casa de seu vizinho barão, o qual sempre se referia à sua filha Camila como “Camilota”). Além de Luís Albino, também residiam em Campinas dois irmãos deste, Albino e Maria Amélia, igualmente primos de Rui Barbosa de Oliveira. Albino era casado com outra filha do barão, Luísa, e Maria Amélia com o barão Geraldo de Rezende, proprietário da fazenda Santa Genebra.

“A Fazenda Rio das Pedras, embora não possuísse rios, tampouco pedras, servia em grande medida ao cultivo do café, em virtude de sua boa terra roxa. Ao crepúsculo do final da tarde, Rui Barbosa costumava percorrer o lago da propriedade, passando também pelo pomar, terreiros de café, até às tulhas de beneficiamento do café, ou mesmo ao alambique. Realizava estes percursos ora sozinho, ora acompanhado por seus inúmeros parentes na cidade”, escreveu Luís Felipe Rasmuss de Almeida (2023), no centenário de morte de Rui, acontecido em 1º de março deste ano.

Uma questão colocada por Ataliba Nogueira e de que já se ocuparam historiadores como Américo Jacobina Lacombe, na correspondência de Rui que organizou, prefaciou e fez as notas (1934), é esta: “Por que não teria vindo a Campinas ao tempo em que cursava a Academia de Direito do Largo de São Francisco?” (NOGUEIRA, op. cit., p. 434). De fato, Rui já vivia em São Paulo

desde 1868, quando veio transferido da faculdade recifense para a paulistana. Seu tio, o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, presidente do Supremo Tribunal de Justiça do Império, era proprietário de fazendas em Campinas, embora não morasse nesta cidade. E muitas vezes convidara o sobrinho Rui para nelas vir passar uma temporada. Por que os convites não foram aceitos? Nogueira e Lacombe, estudiosos e aparentados ambos do ilustre baiano, apontam como motivos, ancorados na realidade, as ideias liberais de Rui e especialmente seu antiescravismo, que batiam de frente com as posições e os interesses do conselheiro Albino.

Demorou a vir, mas a partir da primeira vinda em 1884 outras vieram, e muito significativas. Em todas hospedou-se na fazenda Rio das Pedras. E quase sempre nos primeiros meses do ano, no verão, fugindo da canícula carioca nessa estação, e também para aproveitar o recesso parlamentar e buscando repouso para sua ingente atividade de escritor, político, jurisconsulto, advogado e jornalista. É claro que o repouso era relativo, pois a parentela em Campinas subia a centenas de pessoas, sempre ávidas de seus conselhos, de suas opiniões, de sua conversa culta e de seu trato afável. Na fazenda, seus anfitriões o tratavam por “primo Rui”. O tratamento “tu” reservava-o Rui apenas a sua mulher Maria Augusta. Os demais, ainda que parentes próximos, recebiam o menos íntimo “você”. Apreciava os passeios pela fazenda. E, para descanso da mente, quando só, lia romances policiais de Nick Carter. Com os primos Luís Albino e Albino, formados respectivamente em direito na São Francisco e agronomia na Bélgica, tinha conversas mais elevadas, geralmente sobre assuntos jurídicos, agrícolas, políticos e literários. À mesa, no almoço e no jantar, nunca se assentavam menos de três dezenas de convidados. Muito formal, Rui sempre vestia fraque, ainda que de linho claro.

A casa da fazenda era ampla e majestosa. Nela se hospedaram a rainha da Inglaterra e o rei da Noruega. Cheguei a acompanhar, pelo noticiário da imprensa da época, a estada da rainha Elizabeth II em Campinas na fazenda Rio das Pedras. E, apenas como curiosidade, eu mesmo, quando sócio de uma agência de publicidade em Campinas, participei nessa fazenda da filmagem de um comercial para tv.

Nas suas temporadas em terras campineiras, Rui nunca deixava de visitar a fazenda Santa Úrsula, conhecida por “fazenda Jaguari”, por ser rodeada pelo rio Jaguari. Esta era de propriedade do barão de Ataliba Nogueira, cujo neto assim descreve a sua sede: “Quase ao cimo do outeiro, dominando o rio Jaguari, voltado para o poente, ergue-se o majestoso e antigo solar colonial, de dois pavimentos. Todo caiado por fora, o branco das paredes altas é contrastado pelo azul dos batentes e folhas das portas, janelas e rótulas”. Para se imaginar o conforto de seus donos e convidados, basta dizer que o acesso à sede era feito por bondes pertencentes à fazenda que rodavam em trilhos desde a estação Jaguari, da Companhia Mogiana, até ao solar.

Algumas vezes, não muitas, Rui deslocava-se de Campinas a Poços de Caldas, para fruir de seu clima e das suas águas benfazejas à saúde. O mais das vezes, porém, era Rui quem recebia visitas na fazenda em que se hospedava. Principalmente do Rio e de São Paulo, mas também de outras cidades e, evidentemente, de Campinas, vinham levadas de visitantes à fazenda Rio das Pedras. Nela estiveram os jornalistas José Eduardo de Macedo Soares e Irineu Marinho; Washington Luís, na ocasião secretário de Justiça do Estado de São Paulo e, no futuro, presidente da República; monsenhor Gonçalves de Rezende, do Rio, e o sacerdote francês padre L. A. Gaffre, escritor de renome. O jornalista Júlio de Mesquita, campineiro, republicano

histórico e grande amigo de Rui, frequentava com frequência a fazenda para com ele se encontrar. No seu jornal, “O Estado de São Paulo”, sempre publicava os discursos de Rui. Outro seu amigo foi o carismático bispo de Campinas, D. João Batista Correia Neri, também assíduo frequentador da fazenda quando nela se hospedava Rui. A esses ainda se somavam os nomes de Alberto de Faria, Raul Soares de Moura, Pedro de Magalhães, Orozimbo Maia, Benedito Otávio, Rafael Duarte, Basílio de Magalhães, Américo de Moura e Leopoldo Amaral.

Na fazenda Rio das Pedras Rui Barbosa escreveu muitas páginas jurídicas e literárias. A que mais sucesso alcançou foi sem dúvida a intitulada “As andorinhas de Campinas”. Sobre a revoada desses pássaros, que enfim se recolhiam ao mercado das hortaliças onde hoje se ergue a estátua do bicentenário de Campinas, já escreveram o poeta Alberto de Oliveira e o erudito francês Pe, L. A. Gaffre (em “*Visions du Brésil*”). Mas, segundo abalizadas opiniões críticas, o mais formoso escrito sobre essas aves foi o de Rui Barbosa. Essa página foi lida por Rui em 1909 no Centro de Ciências, Letras e Artes, cujo atual presidente, Alcides L. Acosta, brindou-me com a reprodução da mensagem escrita por ele no Livro de Visitas do CCLA: “É com verdadeira emoção d’alma que entrei hoje nesta casa, e escrevo o nome neste livro, onde tantas homenagens de alta justiça têm rendido homens eminentes este notável Centro de nossa cultura intelectual”.

Não só de literatura e de direito cuidou Rui Barbosa quando hospedado ou de passagem por terras campineiras. Cuidou também de política. E de alta política. “No empolgante movimento de propaganda eleitoral realizado por Rui quando candidato à presidência da República, em 1909, coube a Campinas posição de relevo, por havê-la escolhido para ali pronunciar o mais importante

dos discursos da campanha. Foi antes longa conferência, de duas horas, proferida no velho teatro São Carlos, já hoje demolido. Saudado pelo professor Basílio de Magalhães, lente do Ginásio Estadual "Culto à Ciência", Rui inicia o seu discurso recordando que Campinas havia sido a "Meca republicana". Referiu o nome dos principais batalhadores da causa: Barata Ribeiro, Francisco Glicério, Campos Sales, Júlio Mesquita, Alberto Sales, Jorge Miranda, Quirino dos Santos. A seguir anuncia o tema. Os seus adversários reviviam as já rebatidas acusações contra a sua gestão na pasta da Fazenda do governo provisório, reeditando não apenas a crítica à orientação administrativa, como também sovadas calúnias” (NOGUEIRA, op. cit., p. 447).

Antes de apresentar, com todos os dados e números, os resultados positivos e a repercussão favorável, no Brasil e no exterior, sobre a sua obra à frente do Ministério da Fazenda, ressalta a dificuldade que o governo provisório teve de enfrentar, por ser a república, implantada por um golpe militar, ainda desconhecida da maioria do povo. Hoje, passado mais de um século, são muitos os especialistas, como o já citado Wilson Cano, que louvam seu trabalho como gestor das finanças em período tão difícil. E, fazendo eco ao julgamento desses especialistas, já hoje não pesam críticas populares sobre o “Encilhamento”.

Assim, foi bastante significativa a escolha de Campinas para Rui pronunciar o importante discurso que deflagrou a **campanha civilista**, uma antecipação dos atuais movimentos que pregam a permanência dos militares nos quartéis e fora da política. Outro não era o propósito da campanha civilista de Rui Barbosa senão dar aos civis a liderança da construção republicana, que não suportaria mais um militar, dessa vez o marechal Hermes da Fonseca, na presidência nacional. Nisso, mais uma vez, a antecipação modernizante de Rui,

que já se manifestara na sua gestão fazendária, quando o águia havia lançado as bases de uma economia capitalista moderna, semelhante à dos Estados Unidos.

Além do vibrante discurso da campanha civilista, nessa estada em Campinas, em 1909, Rui visitou pela primeira vez o Centro de Ciências, Letras e Artes, fundado menos de uma década antes, em 31 de outubro de 1901, por um grupo de cientistas e intelectuais. Ao Centro voltou cinco anos depois, em 24 de junho de 1914. É nessa ocasião que o nosso águia lê sua página de lindo trabalho literário sobre as andorinhas. Essa peça, incorporada às principais antologias da literatura brasileira, fez parte do discurso de agradecimento de Rui Barbosa ao discurso de acolhimento na casa que lhe fizera o professor Lino de Moraes Leme, mestre da Escola Normal de Campinas e da Faculdade de Direito de São Paulo.

Rui Barbosa sempre esteve muito vinculado a Campinas. É o que mostra José Carlos de Ataliba Nogueira no encerramento de seu artigo: “De tal sorte Campinas se sentia jungida ao conselheiro que lhe ergueu em praça pública um monumento, inaugurado no dia do seu aniversário natalício, logo no primeiro ano após a morte, antecipando-se assim a qualquer outro município. Erigiu-o em local duplamente histórico, altamente evocativo: na sua mais bela praça pública, amplo jardim cercado pelas altíssimas e esbeltas palmeiras imperiais e consagrada ao nome de Carlos Gomes, precisamente onde Rui mais se demorava a contemplar as andorinhas. Aquele chão tem algo de sagrado e de místico. Inspirou as notas do Guarani, cuja profonia nos enleva e arrebatava, e o mimoso discurso das andorinhas. Desde então o bronze testemunha e perpetua a recíproca amizade entre Campinas e Rui Barbosa”. (NOGUEIRA, *op. cit.*, p. 449).

***Sérgio Castanho.** Pesquisador e professor de História da Educação na Unicamp e titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas e da Academia Campinense de Letras.

Email: sem.castanho@gmail.com

Referências

ALMEIDA, Luís Felipe Rasmuss de. “Rui Barbosa e sua relação com Campinas”. In: *Diário Campineiro*, domingo, 23 de abril de 2023. (Internet, acesso em 13 de abril de 2023).

BARBOSA, Rui. (Org., Pref. e Notas de: LACOMBE, Américo Jacobina). *Mocidade e Exílio*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1934.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Bolonha, Itália: Grafica Editoriale Printing, 2001.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MAZZOLA, G. O., BORGES, L. C. R. *Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas – CCLA 101*. Campinas, SP: Ed. Komedi, 2002

NOGUEIRA, J. C. de Ataliba. “Rui Barbosa e Campinas”. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 66, p. 431-449, 1971. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66637>.

SANT’ANNA, Pietro. *Floriano Peixoto: o marechal de ferro*. São Paulo: Foha de S. Paulo, 2019.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.



A Capela da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

*Ana Maria Melo Negrão**

Quem passa pela avenida Benjamin Constant, 1633 vislumbra pelo imenso portão o complexo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, com três edificações conjuntas, a salientar-se bem ao meio, a belíssima Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, padroeira da instituição, erigida com dois pavimentos e acesso por uma escada de seis degraus a acompanhar a largura da edificação.

Para mim, nascida e criada no quarteirão fronteiro à Santa Casa, a Capela desperta-me lembranças albergadas em minha mente. Desde pequena, repetia o trajeto do portão da rua General Osório, onde nasci e fui criada – hoje Edifício Rotary – virando à direita na rua Padre Vieira até à Santa Casa para assistir à missa na Capela da Nossa Senhora da Boa Morte. Detinha-me sem pressa a observar a belíssima imagem de origem francesa de Nossa Senhora da Boa Morte, construída em 1907, deitada de olhos cerrados,



mãos postas, em um requintado esquife de madeira entalhada e translúcido cristal, no corredor lateral da direita, cenário cunhado em minhas memórias.

*Esquife de Nossa Sra. da Boa Morte.
Arquivo da Santa Casa de Campinas.*

Meu interesse em conhecer a trajetória das órfãs asiladas e o projeto de consecução da capela fez-me debruçar na pesquisa que resultou em minha tese de doutorado “Infância, Educação e Direitos Civis: Asilo de Órfãs”.

Atenho-me neste artigo, em especial, a menções relativas à história da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. O grande quadrilátero para construir a Santa Casa, tendo como externos limites a avenida Júlio Mesquita, a avenida Benjamin Constant, a avenida Anchieta e a rua Barreto Leme, foi doado ao idealizador da Santa Casa de Misericórdia, Padre Joaquim José Vieira, pela benemérita Maria Felicíssima de Abreu Soares. Imediatamente, Padre Vieira buscou o reitor do Seminário de São Paulo, Frei Eugênio Rumilly, de quem fora aluno, para que elaborasse a planta do hospital na área doada.

Embora a planta já estivesse em elaboração adiantada, sofreu, todavia, alterações para integrar, no plano arquitetônico do hospital, a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, em atenção à promessa feita pelo abastado fazendeiro, de espírito filantrópico e caritativo, José Bonifácio de Campos Ferraz, o Barão de Monte-Mor. Definiu-se que a capela ficaria em destaque ao centro, ladeada à esquerda pelas enfermarias e à direita pelo Asilo de Órfãs. As obras seriam administradas por Diogo Benedito dos Santos Prado, conhecido como Dioginho.

A capela foi construída por mãos de escravos com a técnica da taipa de pilão, na época a mais adequada a grandes edificações, integralmente subsidiada por José Bonifácio de Campos Ferraz, tornando-se um importante patrimônio arquitetônico e histórico de Campinas, em estilo colonial, com imponentes janelões, assoalho de madeira, mesclado com o neoclássico italiano.

O Barão de Monte-Mor dotou o templo de refinado acabamento (MONOGRAFIA, 1952, p. 282). O altar-mor, o único da capela, o piso do presbitério, as duas pias de batismo e as imagens do Sagrado Coração, de São José, de Nossa Senhora das Dores, de São Joaquim, de São Pedro e de São Roque tiveram esmerada confecção em mármore de Carrara, pelo escultor marmorista espanhol Blás Crespo Garcia, com ateliê no Rio de Janeiro. Duas imensas telas a óleo do pintor A. De Conciliis adornam as paredes laterais do presbitério, uma apresentando Jesus entre as crianças, e a outra, a ressurreição da filha de Jairo. Duas belíssimas imagens de mármore de Santa Isabel e de São Vicente de Paula (MELLO PUPO, 1969, p. 206), parâmetros do exercício da caridade cristã, erguem-se sobre colunas, uma de cada lado, próximas aos primeiros bancos dos fiéis.

O púlpito, na lateral direita, em ferro fundido trabalhado, pintado de cor branca, colocava o sacerdote em um posto mais alto para fazer suas pregações aos fiéis, incluindo-se as alunas externas e as órfãs acolhidas no Asilo. A nave apresenta-se em forma de abóbada, com galerias em formato de mezanino também circundadas por belíssimos gradeados de ferro fundido ornamentados com arabescos pintados de branco e sustentadas sobre colunas (NEGRÃO, 2004, p. 53). Esse gradil de proteção, com altura de cerca de noventa centímetros, encimado por uma forte barra de apoio, prolonga-se em toda a extensão do mezanino a servir de parapeito para que os doentes pudessem ali manterem-se sentados em bancos escorando seus braços e até mesmo a cabeça para assistissem às missas diárias e dominicais. Não apenas os gradeados dos balcões, mas os que rodeiam a escada em caracol que levava à tribuna, do lado direito do piso térreo, foram construídas com maestria pela fundição Irmãos Bierrenbach.

O espaço da parte posterior do balcão era reservado ao coro, onde se alojava o órgão, tendo como pano de fundo, na parede que se ligava à abóboda, uma imponente pintura mural. O coral era composto pelas Filhas de Maria e freiras da congregação de São José de Chambéry.

Na fachada da capela, em cujo topo salienta-se uma cruz rendilhada de ferro, foram colocadas as mais sublimes virtudes evangélicas, a Caridade, a Fé e a Esperança, em três nichos, cabendo o lugar de honra ao



*Altar e interior da Capela.
Arquivo iconográfico De Biasi.*



*O mural decorado e o gradil de ferro.
Arquivo iconográfico De Biasi.*

emblema da Caridade no grande nicho sobre a porta de entrada, e os demais nichos com os emblemas da Fé e da Esperança ladeavam-na.

Essa capela, construída com extremo esmero, foi inaugurada em 15 de agosto de 1876, dia da Padroeira, Nossa Senhora da Boa Morte, com grande pompa, unindo os integrantes da

Irmandade de Misericórdia, a imprensa, os religiosos, o governo municipal, as pessoas gradas da sociedade bem como a população como um todo.

O coletivo do segmento social oligárquico de Campinas possuía um grau elevado de representação do Sagrado como status, altruísmo, manifestação da caridade e reconhecimento pela comunidade. A realização individual, envolta nesse coletivo, desdobrava-se em atos de verdadeiro despojamento patrimonial como garantia do sagrado salvífico e compensador, muitas vezes com outorga de títulos de nobreza.

A Capela da Nossa Senhora da Boa Morte, construída com desmedido zelo, considerada verdadeira obra de arte neoclássica, foi indubitavelmente muito significativa para Campinas, frequentada, sistematicamente, pelos habitantes da cidade, em especial do bairro Cambuí, nas missas diárias e dominicais.

Por localizar-se ao lado do hospital, a capela trazia uma representação do sagrado, da concretude da prática da caridade, como podemos auferir das palavras de Wilson Brandão Tóffano¹,

A Santa Casa de Campinas é sagrada como o próprio templo que lhe fica ao lado. No templo, a Igreja ora. No hospital, a Igreja atua, trabalha, constrói e tira espinhos da frente de Jesus. Não importa o credo. Acima de tudo nos importa o semelhante, nos importa Deus e nos importa esta consciência, que não pode viver enclausurada. (NEGRÃO, op. cit., p. 54)

1 Graduado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” de Piracicaba e pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Em junho de 1972 foi eleito “imortal” da Academia Campinense de Letras, titular da cadeira de número 4, chegando a exercer a presidência. Além de engenheiro agrônomo, deixou um legado de obras literárias.

A tradicional procissão de 15 de agosto era ansiosamente esperada pela sociedade de Campinas a conclamar inúmeros segmentos da sociedade, unindo a Igreja, a elite, as irmandades, filhas de Maria, as órfãs acolhidas no Asilo da Santa Casa, os colégios particulares e as demais congregações femininas.



Procissão 15 agosto 1941. Arquivo iconográfico De Biasi.

A foto de 1941 retrata as órfãs vestidas de anjo e de mãos postas, na saída da Capela preparando-se para a procissão, cujo longo percurso iniciava-se na rua Padre Vieira até virar à direita na rua Conceição, caminhava até a rua Barão de Jaguará e seguia até a rua Benjamin Constant, para iniciar o retorno ao pátio externo da Santa Casa, já no início da noite, para que a hóstia consagrada carregada pelo sacerdote sob o pálio adentrasse a Capela (NEGRÃO, op. cit., p.147).

A população, que se colocava nas calçadas, ao vislumbrar o ostensório a expor a hóstia consagrada, ajoelhava-se, e ao ver as órfãs internas no Asilo, condoía-se e dispunha-se a gestos de benemerência. As damas da sociedade preparavam docinhos e guloseimas em cartuchos entregues às órfãs no final da procissão. Conforme considerações de Paula (1972, p.146) detalha-se o aparato suntuoso com que se revestia a procissão de 15 de agosto, envolvendo a sociedade campineira:

Com a solenidade e pompa do costume realizou-se a festa de Nossa Sra da Boa Morte a 15 de agosto de 1907. Às 11 horas celebrou-se missa solene, com a orquestra regida pelo professor Jerônimo Lobo, a parte coral confiada às alunas do Asilo de Órfãs, que interpretaram com sentimento a Ave Maria e Missa de S. Luís, orquestradas e ensaiadas pelo referido professor. O cônego Manfredo Leite ocupou a tribuna sagrada, discorrendo sobre o tema – a Assunção de Nossa Senhora. À tarde saiu a imponente procissão, com duas bandas de música e todas as irmandades.

Essa tradição da festa da padroeira, mantida por dezenas de anos, com a procissão de 15 de agosto, expunha a hóstia consagrada e a instituição nas ruas, como expressão pública de culto. Aos mesários e beneméritos que houvessem trabalhado em benefício da instituição era oferecido um lauto banquete com o fim de unir a caridade, o espírito de fraternidade e a comunhão à causa da misericórdia.

A Capela da Santa Casa, pela sua arquitetura primorosa, motivação à espiritualidade, acolhida a todos, localização privilegiada, riqueza de símbolos de virtudes teologais, era bastante requisitada para celebrações de casamentos. O nosso confrade Sérgio Eduardo Montes Castanho celebrou núpcias com Maria

Eugênia de Lima nessa Capela, em solene cerimônia dirigida pelo Pe. José Narciso Vieira Ehrenberg, cercada de familiares e amigos. Meu primo Antônio Carlos de Mello Bueno e Maria Ruth Campos Salles também convolaram suas núpcias na Capela da Santa Casa. E tantos outros casamentos...

Ao rememorar a história da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, cumpre mencionar o dia em que esse templo albergou o velamento do corpo de Dom Joaquim Vieira, bispo emérito do Ceará, fundador da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, a mobilizar a população da cidade para a despedida do “Vigarinho”, como fora carinhosamente chamado em sua juventude. O fragmento transcrito *ipsis litteris* da “Polyanthéa” (1917, p. 8) retrata a data de 8 de julho de 1917, em que o povo o homenageava com o coração dilacerado pela dor, mas com reconhecimento ao legado que deixara em Campinas:

Conhecida a notícia do falecimento do snr. D. Joaquim, ocorrido numa dependência da Santa Casa, onde elle residia, affluiram para alli innumeras pessoas de todas as classes sociaes. A’ tarde começou uma verdadeira romaria para a capella da Nossa Senhora da Bôa Morte, onde o cadáver se achava exposto, e não havia ninguém que deixasse de sentir os olhos marejados de lagrimas ao contemplar a figura inerte do velhinho austero e bondoso que foi, incontestavelmente, um dos grandes benemeritos de Campinas. Na nave do pequeno templo, repleto de fiéis, foram iniciados os officios funebres; em torno á eça, em cujo topo descansava, com as insignias e vestes episcopaes o cadaver, havia uma indizivel magua. Cá fora, no espaçoso atrio, comprimia-se a multidão que extravasava do templo; mais abaixo, envolto na tristeza do dia, o busto em marmore do venerando fundador da Santa Casa dominava o quadro no attestado bello do poder da caridade, que foi sempre o pharol que guiou os oitenta e dois annos

de uma vida que se extinguiu para deixar em nossas almas a opressão esmagadora da saudade. A capella de Nossa Senhora da Boa Morte, anexa á Santa Casa de Misericordia, transformada em camara ardente esteve durante a noite e até a hora do enterro repleta de pessoas.

Foi sepultado no pedestal, erguido em 1884, ornado com seu busto, em reconhecimento às suas obras, bem defronte à Capela, transformado em monumento-túmulo. Todavia, futuramente seus restos mortais foram trasladados para a cripta da Catedral Metropolitana de Campinas.

No correr das décadas, muitos sacerdotes exerceram a capelania na Capela de Nossa Senhora da Boa Morte; entre eles, Mons. Luiz de Abreu, sacerdote de inteligência ímpar, grande orador sacro, voluntário e capelão da Revolução de 32. Professor de Teologia e Ética na PUC- Campinas, incentivou a construção do Templo Votivo. E tudo isso aliado a uma bondade desmedida.

Em 2009, o Cônego Pedro Cipollini foi nomeado capelão da Irmandade e da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, tendo acompanhado a restauração da capela mediante técnicas sofisticadas. Atualmente, no ano de 2024, o capelão da Santa Casa é o Padre Rogério Canciam, reitor da Matriz do Carmo, responsável também pela Capela de Nossa Senhora da Boa Morte. Mantém-se aberta diariamente para visitaçã, das 8 às 18 horas, e nela se celebra aos sábados missa às 15h.

A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte integra o patrimônio histórico de Campinas, tendo sido tombada pelo Estado de São Paulo (Condephaac) e pelo Município de Campinas (Condepacc).

É relevante salientar que o prédio da Prefeitura foi construído na área verde da Santa Casa, onde havia árvores frondosas com

grossos troncos e copas que se abraçavam a gerar agradáveis sombras sobre o caminho de terra que desembocava em uma gruta onde se alojava a imagem de Nossa Senhora de Lourdes. Quantas vezes eu, minhas irmãs e primos costumávamos burlar a vigilância do porteiro, rogando que iríamos rezar na gruta, porém na realidade íamos correr, brincar naquele imenso pomar e colher furtivamente tamarindos, mangas e cachos de uvas pendentes das enormes parreiras. Depois, entrávamos na Capela para nos redimir... travessuras infantis.

Portanto, bem atrás da Prefeitura, encontra-se uma verdadeira obra-prima construída com taipa de pilão, adornada com imagens de mármore de Carrara, um esquite de rara beleza, marco artístico da arquitetura colonial neoclássica italiana, digna de merecer a admiração pública pela sua perfeição.

A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, com seus 147 anos, representa um cartão-postal da cidade e conhecê-la é imprescindível, é um imperativo a quem aqui reside ou passa por Campinas.

***Ana Maria Melo Negrão** é professora, escritora e pesquisadora. Graduada em Letras Anglo-Germânicas e Direito pela PUC-Campinas, é doutora em Educação pela Unicamp, titular da Cadeira 8 da Academia Campinense de Letras, e da Cadeira 30 do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC.

Email: anamarianegrao@me.com

Referências

- AMARAL, Leopoldo (org). *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas: Livro Azul, 1900.
- LISBOA, José Maria (org). *Almanack de Campinas para 1873*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, Anno III.
- MELLO PUPO, Celso Maria de. *Campinas, seu bêrço e juventude*. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969.
- MONOGRAFIA histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, Educação e Direitos Civis: Asilo de Órfãs*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.
- OTÁVIO, Benedicto (org.) *D. João Nery, 1º Bispo de Campinas: saudosa homenagem à sua memória*. São Paulo: Of. Graf. Cardozo Filho, 1920.
- PAULA, Carlos Francisco de. A Santa Casa de Misericórdia de Campinas: monografia histórica até o 70º. aniversário de inauguração. In: *Santa Casa de Misericórdia de Campinas – Primeiro Centenário: MDCCCLXXI- MCMLXXII*. São Paulo: Revista dos Tribunais S.A., 1972. P.77-234.
- POLYANTHÉA. *Homenagem à Memória do Exmo. Revmo. D. Joaquim José Vieira*. Campinas: Livro Azul, 1917.
- ALMEIDA, Luís Felipe Rasmuss de. “Rui Barbosa e sua relação com Campinas”. In: *Diário Campineiro*, domingo, 23 de abril de 2023. (Internet, acesso em 13 de abril de 2023).



O ideário Político de Frei Caneca

Duílio Battistoni Filho*

É fato incontestável que a Independência do Brasil foi uma revolução e ato de força e não cordial como se supõe e sustenta, principiando com a Inconfidência Mineira, junto do patíbulo de Tiradentes, para prosseguir noutros momentos culminantes como o movimento armado da Confederação do Equador de 1824.

Em 1823, quando D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, os líderes pernambucanos romperam definitivamente com o poder central. Anunciaram a formação de uma república: a Confederação do Equador que contava com a participação de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Piauí, e pediram a adesão das outras províncias do Norte e Nordeste. O estopim da revolta em Pernambuco foi a nomeação de um governador indesejado, mas o movimento produzia a primeira reação à política absolutista e centralizadora de D. Pedro I. O propósito determinante estava na formação de uma República baseada inicialmente na Constituição da Colômbia, então a Carta mais próxima, na América do Sul, dos princípios do republicanismo norte-americano do que da Europa avassalada por seus reis e aterrorizada nos ideais reformistas de Metternick e as armas da Santa Aliança. Estando no Recife, na ocasião, a inglesa Maria Graham observou que o grande desejo dos pernambucanos era estabelecer uma República Federativa imitando os Estados Unidos.

Uma das figuras mais proeminentes da Confederação do Equador foi Frei Caneca, natural do Recife, PE, onde nasceu a 20 de agosto de 1779. Era de origem humilde, mas educado no Seminário de Olinda, onde ordenou-se em 1801. Carmelita de formação, passou a ser conhecido como Joaquim do Amor Divino Caneca, sendo este último nome uma homenagem ao seu pai, que fabricava vasilhas. Frequentava a biblioteca do Seminário e a dos Oratorianos, em Recife, formando a sua notável erudição. Em 1803 foi nomeado professor de Retórica e Geometria de seu convento, lecionando posteriormente Filosofia Racional e Moral. Foi orador inflamado e de irresistível poder de persuasão. Na Revolução Pernambucana de 1817, acompanhou o exército republicano que marchava para o sul da província para enfrentar as tropas do Conde dos Arcos, ocasião em que, segundo a acusação, teria o papel de capitão das tropas militares e de Conselheiro do exército republicano do sul. Encarcerado, na Bahia costumava ensinar Matemática aos presos. Esteve implicado no chamado “Movimento de Goiana” no qual proprietários da mata norte e algodoeira da província proclamaram adesão às Cortes de Lisboa. Pouco depois, em 1821 essas determinaram a eleição de uma Junta Provisória e instalado o primeiro governo autônomo da província, que contou com o apoio de Caneca. Coagida a aderir à causa do Rio de Janeiro, um ano depois, foi deposta por uma quartelada, formando um governo denominado “Governo dos Matutos”. Foi durante este governo que Caneca ingressou na liça ideológica. Um novo governo é eleito, a pedido de D. Pedro, sob a presidência do intendente da Marinha Manuel de Carvalho Pais de Andrade que, sete meses depois da posse proclamou a Confederação do Equador. Nessa ocasião, aportara no Recife, o deputado baiano às Cortes de Lisboa, o Dr. Cipriano Barata, que possuía os diplomas de Cirurgião e Bacharel

em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Toda sua vida vai ser dedicada às atividades políticas. Panfletário audaz, revelou através do seu jornal “Sentinela da Liberdade” sua luta em prol da Federação.

Vale ressaltar que foi na Confederação do Equador que Caneca teve uma atuação de destaque, principalmente com seus artigos de 1824 estampados no jornal “TYphis Pernambucano”, lutando por um governo constitucional e antiabsolutista. Basta dizer que este periódico foi a trincheira dele até a liquidação do movimento, assimilando os modelos do jornalismo panfletário dando um tom pessoal às ideias dos filósofos franceses do Iluminismo como Montesquieu e Rousseau. Seu pensamento político foi baseado sobre os alicerces do sistema representativo e da teoria da soberania nacional. Para o carmelita, o Império significava um sistema de autoridade, não sendo ainda Nação que estava se constituindo. A realidade brasileira, ao contrário do que D. Pedro fazia prevalecer, não era a Corte do Rio de Janeiro, politicamente importante, mas as das Províncias. O sentimento nacional no Norte conservava, talvez em mais alto grau, a força e a tradição de resistência ao invasor estrangeiro, pois sua expulsão custara o sangue derramado das três raças solidárias, que afinal tomaram o perfil nativista indispensável à formação de uma consciência de autonomia com que o Brasil viria sacudir o jugo português no século XIX. O frade não poupava aos portugueses as repreensões pelas desgraças do período colonial. Não havia a preocupação com a educação do povo, com grande número de analfabetos. Sentia-se frustrado com a falta de uma universidade, enquanto que a América Espanhola, desde o ano de 1551 até o ano 1628, contava quatro, a do México, a de São Domingos, a de Quito e a da Guatemala.

Não há na pregação de Frei Caneca o separatismo com Portugal propriamente dito, mesmo porque ainda não havia um Império plenamente constituído ou independente. Havia o pesadelo da Restauração e o medo do desmembramento do Império. A Confederação representava uma forma provisória de aliança das províncias rebeladas, uma união aberta que não chegou a ser bem assentada nem meditada, nascida em manifestos avulsos e inconsequentes. Faltou a Pernambuco, foco maior da Insurreição, base teórica, bem como intenções definidas. Nem na teoria, nem na prática estava lançado o pensamento de constituir uma nova Nação. A luta das elites girava ao redor do tradicionalismo e do Iluminismo. Províncias alimentavam os ódios oligárquicos, as dissensões pessoais, a guerra local de influências sobre o exercício do poder e dos distúrbios das facções em busca da supremacia. Suspeitava-se do Imperador e de suas intenções, principalmente depois da dissolução da Constituinte. Não havia uma doutrina clara dominando os acontecimentos da época, salvo a tese liberal de preservar as bases constitucionais da monarquia. O próprio Frei Caneca defendia a Constituição, vendo nela homens que procuravam um pacto social para defender o bem comum e o respeito aos direitos e deveres que sustentam a vida dos cidadãos. Entretanto, fazia também críticas profundas àqueles que não respeitavam a Carta. Quanto às Províncias, o seu voto na Câmara do Recife, sustentava que cada uma delas seguisse a forma de governo que julgasse mais apropriada às suas circunstâncias e a maneira mais condizente à sua felicidade. Frei Caneca, aliás, professou o pensamento integrativo, forcejando por demonstrar perante a Comissão Militar que no “Typhis Pernambucano” jamais lançara as bases da desunião ou do desmembramento, mas que se movera no campo das ideias com finalidade à causa da Independência, da integridade do Império e

da soberania constitucional. No mesmo jornal assume que “ em momento algum, planejamos a cisão da integridade do Império”. Na realidade foi um patriota, um constitucionalista, um liberal que não arredou pé de suas ideias, nem se alongou nos princípios sobre os quais nunca tergiversou. O que politicamente se infere com a mais absoluta certeza é que ele – autor de uma célebre monografia sobre os “Deveres do Cidadão” – abraçou, em primeiro lugar, a tese da libertação pátria, vinculando-a depois ao pensamento constitucional de limitação de poderes. Foi, na verdade, o nosso primeiro publicista e também o primeiro teórico do nacionalismo. Seu livro “Cartas a Pítia” revela toda a sua ideologia política. Ainda dentro do seu pensamento político abominava o Poder Moderador do Imperador, prevendo o desastre que ele seria nas mãos de ferro de um monarca de vocação despótica. Com efeito, só teria bom êxito no Segundo Reinado porque D. Pedro II possuía também virtudes raras e excepcionais e não o temperamento do pai.

A Confederação do Equador, no entanto, não obteve o apoio necessário. Basta dizer que, além de Pernambuco, apenas a Paraíba, Rio Grande do Norte e especialmente Ceará aderiram ao movimento. A adesão dos países estrangeiros, a princípio esperada, também não foi adiante. Depois de muitas lutas sangrentas, o movimento foi sufocado e terminou com a derrota de seus líderes: muitos foram assassinados, enquanto outros, como Frei Caneca, acabaram presos. Pais de Andrade refugiou-se na Inglaterra. O frade foi fuzilado a 13 de janeiro de 1825. O muro contra o qual perdeu a vida continua de pé, em sua memória. O local está marcado por um busto e uma placa alusiva. O poeta João Cabral de Melo Neto o imortalizou no poema “Auto do Frade”. A verdade é que Caneca foi um exemplo de patriotismo, fidelidade à Constituição e à liberdade.

***Duílio Battisstoni Filho** – professor aposentado de História da Arte na PUC Campinas, historiador e pesquisador. Titular da Cadeira 6 do **IHGGC** e Membro titular da Cadeira 25 da Academia Campinense de Letras.

E-mail: duiliobf@hotmail.com

Referências

BONAVIDES, Paulo. *O pensamento político de Frei Caneca*. Suplemento Cultura do Estado de São Paulo, n.218, 1984.

BRITO, Lemos. *A gloriosa sotaina do Primeiro Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.

QUINCAS, Amaro. *A agitação republicana no Nordeste*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

SOBRINHO, Alexandre J. Barbosa Lima. *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

SCHWARZ, Lília e Starling Heloisa. *Brasil uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

*Marina Becker**

Ao beija-flor

*Na vibração irisada
no delírio da tua asa
frêmito gozo infinito
de vida brasa
leva-me leve
aonde fores*



*Pousa um momento em minha alma
peregrina como a tua
Quero ver com a tua luz
as flores intraduzíveis
que brotam do olhar humano
adubado em velhas dores
Mostra-me como quebrar
a inútil casca dos medos
as crostas da pouquidão
as capas do desalento
e descobrir florações
em meio a densas folhagens
muito além da opacidade
e das teias de minúcias*



*de fumaças e fastio
que embaçam flor e ferida
e anestesiam a vida
Mostra-me como colher
o fino pólen do instante
nos desafios do tempo
na crispação da memória
na correnteza das lidas
nas vagas das estações
no espinheiro da incerteza
nas inóspitas demoras
na ambiguidade do beijo
no toque de mão
no riso
e nos riscos da emoção
No delírio da tua asa
frêmito gozo infinito
de vida brasa
leva-me livre aonde fores.
Signo fugaz de poesia
volátil chispa das horas
empresta-me a tua luz
E no silêncio mais fino
me fala e me arranca o véu
do olhar
brevíssima flor*



Navegando

Pobre a alma que não sabe afastar-se da lareira
e jogar-se aventureira no desconhecido mar
Infeliz quem não vagueia no delírio da poesia
nos rios da fantasia nos apelos do luar
Ai de quem não se embriaga e não vai desassombrado
navegar no agitado mar aberto da ilusão
Ímpio quem não acredita nas verdades tão candentes
das mentiras eloquentes que inventa o coração
Tolo quem não se abandona à lucidez da loucura
e não se perde à procura do que jamais vai achar
Náufrago quem não se afoga no oceano de beleza
na mais brumosa incerteza de sem mapas navegar
Infeliz quem não conhece a febre a sede e a fome
do peito que se consome na valentia de amar
Cego quem só acredita nas razões da razão pura
e não vê luz na obscura plenitude de sonhar
Pobre de quem não conhece a doçura e a violência
do roubo sem clemência que nos rouba o chão no mar
Surda a alma que não ouve os cânticos das sereias
que não se enreda nas teias que não se deixa encantar
Ai dos desapaixonados que só sentem o sensível
que só querem o possível que só amam o que é
Triste a alma que não sente que a vida é fugaz paixão
capricho da criação em gozo delírio e fé

Soneto da dúvida

Se peregrino teu olhar fizesse ninho
na timidez do meu olhar descobririas
um precipício perigoso no caminho:
o meu tear de insensatez e fantasia.

Se vislumbrasses com que chamas eu te chamo,
me dissipando nas veredas mais desertas...
Se pressentisses com que cantos te reclamo,
no meu silêncio que é uma ode se estás perto...

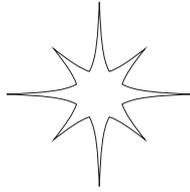
E se a minha alma te tocasse, tão candente,
desta loucura que a consome uma semente
germinaria por milagre no teu peito?

Resistirias ao apelo da ternura,
ou abririas as comportas de águas puras
para o amor fluir, jorrar de qualquer jeito?

Entulho

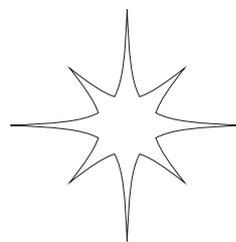
Juntamos tantas coisas. Coisas bestas.
Trastes inúteis em nossas gavetas.
E, dentro da alma, coisas do capeta
também vamos guardando. E haja cesta
e diabo que as carregue. E o espaço
exíguo, fresta de luz entre entulhos,
entre teias de emocionais bagulhos,
encolhe. E entre os abraços de mil braços
de papéis, dores velhas, cicatrizes,
vivemos o sufoco das caçambas
onde não medram mais tenras raízes.
Na sede de amplidão e algum sossego,
sem o destino estreito de mocambo,
há que aprender, de tudo, o desaparego.



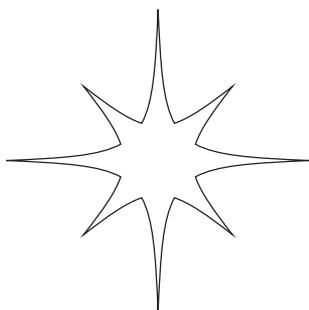


Amém

Morrer talvez seja apenas
acordar fora do mundo
e confirmar finalmente
que esta vida foi um sonho
Puro trabalho da mente
Morrer deve ser viver
sem as restrições do corpo
sem os limites de ilha
ganhando espaço e visão
Morrer deve ser vigília
Morrer talvez seja apenas
viajar além da vida
perfurando o véu do tempo
num vôo pleno e feliz
Deve ser entrar num templo
Talvez seja como olhar-se
num circundante espelho
e ver que o que se vivia
era já a eternidade
Deve ser pura magia
Ou talvez seja emergir
e deslumbrar-se com a luz
que se pensava iminente



e num instante sentirmos
que sempre esteve presente
Deve ser libertação
da imanência mais pesada
Deve ser ruflar as asas
com a mente alerta e sem dor
Deve ser voltar pra casa
Também pode ser que tudo
termine no imenso nada
não criado por ninguém
que é o genial deus acaso
E, então, não há mal nem bem
(Que os anjos digam Amém!)



***Marina Becker** é poetisa, autora de *Turva Mirada*, titular da Academia Campinense de Letras, advogada, mestre em Direito Penal, autora de *Tentativa Criminosa: doutrina e jurisprudência*.





Phoenix Renascida

*Walter Vieira**

*“Eu dizia: morrerei em meu ninho,
meus dias serão tão numerosos quanto os da Fênix”*

Jó, 29:18

Lança a Academia Campinense de Letras sua nova revista com o nome da ave cuja lenda nasceu na Arábia há muitos séculos e, em revoada, passou pelo Egito, Assíria, Índia, China, Grécia, Roma – e por toda a Europa. Sua lenda, ainda que com algumas diferenças de narrativa, conserva a origem primeira da fábula encantada: o renascimento cíclico das próprias cinzas a cada 500 anos como uma mensagem poética de esperança contra a finitude da vida.

A palavra *Phoenix* é de origem grega (1945) e significa vermelho escuro, ou carmesim, em referência à magnífica plumagem da ave mitológica; ou, para alguns, um atributo à sua plumagem revivificadora.

Ao longo dos séculos, poetas, escritores, historiadores e filósofos se ocuparam desse mito contando a história e descrevendo o porte e a plumagem dessa ave, estudando seu significado mitológico, uns acreditando, outros duvidando de sua existência real. Entre os mais antigos a mencionarem essa lenda estão Hesíodo, que viveu no século 8º a.C., contemporâneo de Homero, e Heródoto, historiador falecido no ano 425 a.C., e que escreveu: “há uma outra ave sagrada, cujo nome é *Phoenix*. Eu, pessoalmente, nunca vi, só por pinturas, porque essa ave raramente vai ao Egito, uma vez a cada 500 anos, dizem os habitantes de Heliópolis’.

Plínio, O Velho (23-79 d.C), nascido na região do Lago de Como, naturalista e historiador, é um dos mais antigos da era cristã a escrever sobre a *Phoenix*, sua origem na Arábia e seu revoou para o Egito como adoradora do sol, onde construía o ninho com esmero, com flores e ervas silvestres perfumadas, ao término de sua existência, que durava cinco séculos. O ninho então é queimado pela própria ave que depois, em tempo e hora imprevisíveis, mas de muito longa duração, do germe que ela deixou nas cinzas, nascia de novo a *Phoenix* em todo seu esplendor. (MARTINS, 2022)

Plínio, apesar de duvidar de sua existência, como confessa, narra com detalhes o que sabia sobre a lenda da *Phoenix* que ele diz só existir uma no mundo, e a descreve: “ela tem o tamanho de uma águia com plumagem de ouro brilhante em torno do pescoço, o resto do corpo tem cor púrpura, exceto a cauda que é azul com longas penas de um matiz rosado; a garganta é adornada com uma crista e a cabeça com um tufo de penas”. Plínio conta ainda que o primeiro romano a descrever a *Phoenix* foi o culto senador Manilius, dando a entender que se baseou no seu relato, que diz: “a ave dura cinco séculos mais 40 anos”.

Plínio e seu sobrinho-neto por ele adotado, Plínio, O Jovem, também historiador, estavam juntos nas proximidades do Vesúvio quando o vulcão explodiu em erupções no dia 24 de agosto de 79 d.C. Plínio, O Jovem, tinha nessa data 18 anos e foi testemunha ocular das seguidas erupções do Vesúvio, que sepultaram, nas camadas piroclásticas (cinza ardente, rochas ígneas, gases tóxicos), Herculano e Pompeia. Uma visita que fizemos em família a Pompeia mostrou-nos o desespero e o horror por que passaram os habitantes pegos de surpresa na sua rotina diária, à mesa de refeição, no banho, em tarefas caseiras, sem conseguirem encontrar a saída da morte, ali ficando petrificadas.

Poetas também escreveram sobre a *Phoenix*, um tema sempre presente na literatura. Menciono dois mestres da arte poética, Ovídio e Shakespeare. Publius Ovidius Naso (Públio Ovídio Nasão), romano, nasceu em 43 a.C e morreu no exílio na Romênia, em Constance, em 18 d.C. Dentre suas obras a mais conhecida é *Metamorfose*, livro no qual muitos escritores da Inglaterra, inclusive John Milton e Shakespeare, se inspiraram, particularmente Shakespeare, ao escrever Romeu e Julieta, uma história com grande semelhança de enredo trágico e de grande amor entre adolescentes, com a lenda de Píramo e Tisbe contada por Ovídio. (CARVALHO, 2011)

O poeta teve muito sucesso na corte de Augusto, seus versos eróticos eram muito populares, mas ele acabou caindo em desgraça com esse imperador que o exilou em Tommis, hoje Constance. Lá, dentre outros poemas, escreveu o elegíaco *Tritia* (Tristezas), uma parte dedicada à esposa Fábila, a quem nunca mais viu nem a pequena filha Perilla.

Sobre a *Phoenix* Ovidio escreveu: “Há um pássaro que se reproduz e renasce de si próprio: os assírios deram a esse pássaro o nome de *Phoenix*. Ele não vive nem de grãos nem de ervas, mas somente com pequenas gotas de essências e suco de cardamomo. Quando esse pássaro completa cinco séculos de vida, com as garras e o bico brilhante, ele constrói um ninho entre os galhos da palmeira.

A narrativa de Ovídio é bem detalhada e muito próxima das outras narrativas, mas com mais detalhes e algumas diferenças, o que mostra que a lenda foi sofrendo a influência de outras mitologias. Assim é que ele escreve que, depois de retirar o ninho, o pássaro alça voo, e quando vê do alto a cidade de Hyperion, na Grécia, ele desce e deposita o ninho na porta de entrada do templo de Hyperion, um dos Titãs, filho de Urano, para recomeçar novo ciclo de vida.

Shakespeare também imortalizou a fênix num poema considerado pelos críticos como o primeiro poema metafísico publicado e que apareceu em 1601 sem título na coleção de poemas de Robert Chester, *Love’s Martyr*. O nome pelo qual é conhecido, *The Phoenix and the Turtle*, não foi dado pelo autor, é uma “*convention label*”. *Turtle*, aqui abreviado, é nome da outra ave do poema, a *Turtle Dove*, uma espécie de pombo migratório da Europa, símbolo do amor em literatura. O poema de Shakespeare, em nossa opinião, deve ser lido e apreciado como uma bela peça lírica, com seu ritmo e sonoridade, mas o seu significado, a sua mensagem, o que realmente Shakespeare quis transmitir nessa alegoria, há séculos os estudiosos tentam descobrir e explicar com deduções conflitantes. O poema (CHESTER’S, 2022) tem estrutura única no cânon de Shakespeare, nenhum outro poema semelhante foi encontrado, é totalmente diferente dos 154 sonetos publicados

em 1609. É composto por 67 versos distribuídos em 13 quadras e cinco tercetos, escrito em tetrâmetros trocaicos.

O centro do tema, o “core”, é a reunião de pássaros convocados para lamentar no enterro a morte das duas aves que se amavam, a *Phoenix* e a *turtle dove*, que não é imortal. Alguns pássaros não foram convidados, como a coruja (“*the brutal scream owl*”) e aves com asas tirânicas (*tyrant wings*). Mas o cisne foi convidado e ficou como padre responsável pelas exéquias. Aqui soa uma lembrança da recôndita memória de Shakespeare do tempo em que ainda morava em Stratford banhada pelo rio Avon onde havia e ainda há muitos cisnes brancos típicos do local. O poeta gostava dos cisnes que faziam parte da sua história. O antigo rival e depois colega de profissão, Ben Johson, ao fazer um elogio fúnebre alguns anos depois da morte de Shakespeare, o chamou de “*Sweet swan of Avon*”. O poema é complexo e dá margem a interpretações diversas, o que constitui um assunto muito debatido e controvertido entre os scholars que não chegam à conclusão: se foi escrito para alguma pessoa em particular e para quem. A partir da 11^a quadra, Shakespeare passa a lamentar a morte dos pássaros com belas imagens poéticas, culminando com o último terceto que anoto no final. Apesar de desafiante, o poema tem muitas traduções em diversos idiomas, como também em português. Do longo poema anotamos a primeira quadra e o último terceto com nossa tradução mais próxima possível do texto original:

Let the bird of loudest lay
On the sole Arabian tree,
Herald sad and trumpet be,
To whose chaste sings obey

To this urn let those repair
That are either true or fair
For these dead Birds sigh a pray

Pouse o pássaro mais belo
Na solitária árvore da Arábia
Como triste arauto e trompete
Cujos sons as asas castas obedecem

Fique nesta urna o que resta,
Seja verdade ou mera fantasia,
e para os pássaros mortos reze uma oração

A Fênix, para mim, é doce ilusão de que daqui a 20
gerações eu e minha esposa Terezinha poderemos ver
como floriram os entes queridos da grande árvore que
um dia plantamos juntos com amor.

***Walter Vieira** é Juiz de Direito, escritor, poeta, membro titular da Academia Campinense de Letras – Cadeira 34. Pesquisador em Literatura e História da Literatura.

Email: wvieira@uol.com.br

Referências

CARVALHO, Raimundo. *PÍRAMO E TISBE: UMA FÁBULA DE AMOR E MORTE*. (OVIDIUS, Metamorphoses IV) In: REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011, p. 6-8.

CHESTER'S Robert, BALLOCH Alexander. "Love's Martyr, or, Rosalins Complaint" (1601): With Its Supplement. "Diverse Poeticall Essaies" on the Turtle and Phoenix. Legare Street Press: 2022.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira e NAVARRO Pedro de Lima: *Plínio, o Velho e o estudo das aves*. In: Capítulo 2: Sobre a fênix, p. 207-208 *Intelligere*, Revista de História Intelectual nº 13, jul.2022. revistas.usp.br/revistaintelligere.

PHOENIX. Torrinha, no seu dicionário latino-português, faz constar o seguinte verbete: **phoenix**, icis, *f.* Fênix (ave fabulosa). Torrinha: Dicionário Latino-português. Porto, Portugal: Marânus, 1945.



Ação cultural decolonial

*Regina Márcia Moura Tavares**

Se partirmos da ótica de Celso Furtado, que vê o desenvolvimento das sociedades como “um processo criativo de invenção da história pelos homens, como a ascensão desses mesmos homens, enquanto indivíduos, coletividades, na escala de realização de suas próprias potencialidades” (FURTADO, 1984, p. 63), teremos dificuldades em evidenciar o grau de desenvolvimento em que nos encontramos, pelo simples fato de que circunstâncias histórico-sociais impediram-nos de ensejar uma proposta mais livre de criação cultural.

As sociedades de longa tradição colonial nunca puderam alçar grandes voos na área da criatividade. O hábito de internalizar valores criados fora delas mesmas e a reprodução de padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais há muito vêm impondo valores estéticos, morais e tecnológicos alienígenas. O próprio ensino é alienante e alienador desde os colégios jesuíticos, bem como a museologia comprometida com modelos europeus.

Sabe-se que a história evolutiva de cada povo se consubstancia em sua existência criativa face aos desafios permanentes que se lhe impõe a adaptação ao habitat e ao meio social. Sua herança cultural será sempre o produto desta interação permanente entre o saber acumulado por gerações anteriores e a solução encontrada para o novo problema, sendo o conhecimento deste patrimônio, por parte dos indivíduos da sociedade, essencial a um desenvolvimento autorreferido; ou seja, a incorporação de novos elementos trazidos pelo avanço do pensamento humano deverá ser sempre de forma seletiva e não simplesmente mimética.

A assertiva popular “quem não sabe de onde vem, não sabe para onde vai” é profundamente verdadeira! A caminhada consciente, responsável, democrática e esperançosa de um grupo social, de uma cidade, de uma região ou de um país, sobretudo nesse momento da globalização econômica, está a exigir uma cumplicidade entre as ações preservacionista e político-econômica. O ato de preservar é um momento importante de uma proposta educacional mais ampla na qual os sujeitos são preparados não somente para a manutenção dos padrões culturais vigentes, mas, principalmente, para uma ação crítica e criativa na direção de novas soluções para os problemas emergentes, porém sempre referidas à herança cultural do próprio grupo.

Nosso país necessita ser reinventado por nós mesmos, sem xenofobia, compreendendo a razão do viés trazido pela expansão da cultura europeia num determinado momento histórico, cientes de que estamos num mundo em permanente comunicação. Nossas ações culturais e políticas deverão ser plenas de criatividade, com a percepção clara de que somos um país singular, com formação étnica variada extremamente rica que precisa ser resgatada e revista, oportunizando uma nova trajetória nacional. Como intelectuais e agentes culturais temos condições de realizar uma intervenção social não mutiladora, refutando a manutenção de pretensões classistas embutidas nos conceitos de erudito e popular, fato histórico e outros, os quais deformam a reflexão. Todo o desenvolvimento dos países terceiro-mundistas estará comprometido se uma revisão conceitual não se fizer de maneira a corrigir o curso, perversamente orientado, do processo cultural.

Sabemos que a identidade nacional é sempre um processo de construção que se fundamenta numa interpretação. Acreditamos, porém, ser possível um envolvimento progressivo, e cada vez mais real, do povo na condução dessa mesma construção. Melhor dizendo, temos a certeza de ser possível expandir os limites da intelectualidade responsável deslocando as manifestações culturais de sua esfera particular e articulando-as com uma totalidade que a transcende.

Nesta direção, o envolvimento dos conselhos de preservação do patrimônio cultural, dos museus, das academias de letras e artes, entre outros, se faz absolutamente necessário.

Nos primeiros, constituídos por representantes da sociedade civil, deve-se rever a legislação municipal que os vem regendo, incluindo membros para além das universidades, da administração local, das entidades culturais tradicionalmente constituídas. Também, devem-se divulgar neles documentos que possam esclarecer o sentido e os caminhos a serem seguidos para a preservação do patrimônio cultural local, visto a grande maioria chegar com conceitos distorcidos pelo próprio processo educacional a que foi exposta, ao longo dos anos. Por outro lado, a abertura dos Conselhos à escuta, exclusivamente, para estudantes e representantes da população será sempre benéfico.

Relativamente aos museus, será importante uma profunda reflexão entre os próprios responsáveis pelo trabalho museológico, anterior à exposição dos bens móveis, pois através dela deverão ser compreendidos, em profundidade, os processos sociopolíticos e culturais dos momentos históricos em que foram produzidos os artefatos que permanecem em conservação. Faz-se necessário o questionamento sobre a natureza dos acervos, antes da exposição

dos mesmos; muitas vezes, sob a aparente correção dos fatos cronológicos, do inquestionável valor estético de uma obra de arte e de seu perfeito estado de conservação aninha-se uma interpretação perversa da história de uma população, do caminhar sofrido de um povo.

Compete aos profissionais de museus estarem atentos à contextualização do objeto, discutindo em seus próprios trabalhos de laboratório o grau de veracidade das informações contidas no setor de documentação, organizando exposições com hipóteses variadas relativas ao mesmo fato e propostas educativas que, com interatividade, possam conduzir o público infantil e adulto a uma postura crítica que lhe permita uma revisão dos conceitos que tem de si mesmo, do grupo ao qual pertence e mesmo relativamente à vida sobre o planeta. Por serem espaços privilegiados de comunicação pela tridimensionalidade que contêm, a qual fascina as gerações formadas num mundo imagético, os museus dos países em desenvolvimento não podem e não devem ser deixados nas mãos de pesquisadores e educadores preocupados somente com a contextualização imediata do objeto; precisam de um profissional consciente de seu papel de reordenação dos fatos humanos, uma espécie de mago dos objetos e da vida, capaz de abrir as portas da reflexão para as pessoas que por ele passarem, dando-lhes a possibilidade de questionarem paradigmas, de buscarem novas utopias, de reinventarem a história.

Infelizmente, muitos espaços museológicos contemporâneos têm contribuído, principalmente os de história e de arte, para a perpetuação desse equívoco que realiza o homem comum na percepção de seu entorno. Nos grandes museus nacionais, nos de “1ª categoria”, o que se mostra permanentemente a um grupo

curioso de crianças em idade escolar, ou mesmo a adultos sequiosos de informações sobre sua gente e história, são coleções de objetos que, quase exclusivamente, garantem a preservação do ideário de uma burguesia europeia, assumido nas Américas por quem se julgou importante e responsável pela condução das sociedades locais. Neste caso, não somente os artefatos comunicam a história oficial, mas a proposta museográfica não estimula a visão crítica do processo histórico e artístico. Este alerta em relação ao contexto político no qual a informação sobre um fato ou artefato foi elaborada sempre será importante para que o observador possa ter uma percepção crítica de si mesmo a partir do entorno.

De maneira análoga, as academias de letras e de artes precisam rever seus conceitos e projetos pelo fato, entre outros, de já serem reconhecidos 210 idiomas no Brasil e o próprio conceito de arte estar em permanente questionamento. A resistência à necessária reflexão e à promoção de mudanças pode levá-las a se tornarem obsoletas.

O Brasil é um mosaico de culturas com extenso passado colonial e os espaços educativos não-formais terão significado e somente sobreviverão se conseguirem realizar a façanha de levar as populações a não serem mais prisioneiros do olhar do “outro”, mutilados em sua autoestima, mas capazes de realizarem a trajetória vivencial com que sonharam.

Encerro este breve ensaio citando meu querido professor na USP Octávio Ianni, em seu livro *A sociedade global* (1996):

“A emergência da sociedade global, sem dúvida alguma, abre perspectivas novas e criativas para os indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, movimentos sociais, correntes de opinião pública,

sociedades nacionais. Mas tal transformação de horizontes é lenta e se realiza de modo contraditório, criativo e destrutivo. Padrões, valores, ideais se alteram e as instituições que nos deram sustentação em momentos anteriores não mais nos tranquilizam.”

***Regina Márcia Moura Tavares** é antropóloga, professora universitária aposentada, membro da Rede de Cooperação Acadêmica em Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina e Caribe-Unesco e titular da Academia Campinense de Letras e do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas.

Email: Reg3mar@gmail.com

www.reginamarciacultura.com.br

Referências

- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed., 1984.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed.,1996.

Tecendo Versos e Prosa Poética

*Tereza Aparecida Asta Gemignani**

Somos muitas... em uma só!

Somos muitas
Somos diversas
Somos várias

altas...baixas
magras... nem tanto
filhas...mães...avós...netas...
colegas...amigas...
esposas... amantes
sérias...brincalhonas
tímidas...ousadas
comprometidas...inconstantes
sonho...magia...realidade
competição...cooperação
corpo...alma
flores...semente

Somos muitas ... nas razões... e...desrazões

Somos diversas...nos sabores...e...amargores
nas cores...e...nas dores

Somos várias faces
várias imagens
várias dimensões

MAS SOMOS UMA SÓ QUANDO É PRECISO

acalanto para afastar o desencanto...

calor para acabar com a frieza do desalento...

malícia para desafiar na hora certa...

sutileza para lançar o olhar que compromete e enfeitiça...

manha para contornar obstáculos...

faro para encontrar atalhos...

resiliência para enfrentar resistências...

persistência para derrubar muros e fazer pontes...

SOMOS UMA SÓ QUANDO É PRECISO FORÇA PARA

defender a liberdade...

manter a esperança...

exercer o direito de voz...

garantir espaços de emancipação...

fazer valer a decência...

**Porque mais do que nunca estamos prontas para
enfrentar o desafio de
construir
fazer florir
para poder seguir
com dignidade...**

O Segredo Dos Seus Olhos

A chuva fina e gelada olhava pela janela.

Intrusa e invejosa, tentava participar do aconchego da mesa posta, do café fumegante e do bolo de milho recém-saído do forno, que perfumava todo o ambiente.

-Pai, me passe a manteiga, pediu Cecília.

Roberto nem desgrudou os olhos do jornal e, num gesto automático, atendeu ao pedido da filha.

Mariana, que observava a cena, tentou atrair os olhares do marido: Então, é hoje que o São Paulo joga? perguntou, convidativa...

Sim, sim, respondeu Roberto, abaixando o jornal e dirigindo-lhe o olhar impaciente, para pedir: me corta um pedaço deste bolo !

Embora cansados e meio camuflados pelas lentes dos óculos, aqueles olhos verdes ainda guardavam resquícios que a seduziram no passado. Lembravam-na das águas verdes do Rio Tapajós, limpas, serenas, cristalinas, envolventes como os olhos de Roberto.

O prazer inicial da amizade e da cumplicidade logo levou ao turbilhão da paixão, incandescente, avassaladora... olhos verdes que provocavam fogo no interior da floresta, que traziam conforto e companheirismo depois do desejo satisfeito.

No esplendor da juventude, me deixei levar pelo verde de suas águas tépidas, lembrou, com saudade.

Mas a vida seguiu e a calmaria imperou.

E os olhos verdes de Roberto foram aquietando, aquietando....e se tornaram cada vez mais leves, diáfanos, quase angelicais.

Deitada naquela calma e languidez, Mariana se surpreendeu com o turbilhão provocado pelo encontro com as águas barrentas do Amazonas, trazidas pelo vigor dos olhos castanhos de Renato.

Na placidez da maturidade, me deixei acender pela volúpia das águas vigorosas de seus olhos castanhos, pensou, com um brilho novo no olhar.

Desafiadores, impetuosos, voluntariosos, densos, insolentes, atrevidos, quebravam barreiras e ultrapassavam limites, trazendo de volta o encanto, a sedução, o riso, a dor, o pranto, o prazer de viver... nos movimentos exuberantes que levavam ao Atlântico.

Ah ! O Atlântico...

— Mãe, hoje à tarde vou estudar na casa da Juliana. Você pode me buscar ?

— Ah, hoje não dá, tenho compromisso.

— Pai, você percebeu como a mamãe anda entusiasmada com esse novo trabalho?

Parece até que remoçou !!!

— Que nada filha, são seus olhos !

***Tereza Aparecida Asta Gemignani**, Desembargadora do TRT 15^a. Região, escritora. poeta, acadêmica titular da Cadeira 33 na Academia Campinense de Letras.

Email: terezaasta@hotmail.com

A exaltação do Brasil em Guilherme de Almeida

Agostinho Toffoli Tavolaro*

Ao falarmos de Guilherme de Almeida, para muitos só vem à lembrança o poeta que exaltou São Paulo e a Revolução Constitucionalista de 1932, que ainda nos dias de hoje há quem a chame de separatista, dando-lhe por objeto a separação do Estado de São Paulo do Brasil. Ledo engano, com que a política ditatorial de Getúlio Vargas procurou à época induzir os habitantes dos outros estados da federação, que o correr dos anos demonstrou falaz.

Na verdade, o poeta que exaltou São Paulo em versos, prosa e canções demonstrou o amor dos paulistas por um Brasil, que atingiu seus píncaros quando, nos nefastos anos das 2ª Grande Guerra (1939-1945), nosso país soube arregimentar toda sua população contra a barbárie do nazismo.

Falamos aqui, menos que dos poemas, das canções de exaltação que os compositores naqueles anos levaram todos nós a cantar, difundidas pelo rádio, o então grande meio de comunicação, essencial em todos os lares e que reunia as famílias, através dos compositores e cantores que vinham trazer à alma dos ouvintes o valor deste país, com sua música e inspiração.

Bem antes, nos albores da República, a afirmação do nosso país já se fizera presente em nossas letras com o *Por que me ufano de meu país*, de Afonso Celso (1900), e com o poema de Olavo Bilac (1929):

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste!
Criança, não verás nenhum país como este!

Neste nosso São Paulo, o movimento constitucionalista de 1932 gerou canções e hinos de louvor a São Paulo e à gente paulista, havendo Francisco Mingone musicado os versos que Fagundes Varela, estudante na Faculdade de Direito de 1862 a 1865, escrevera no século anterior, e havendo Guilherme de Almeida e Marcelo Tupinambá (pseudônimo de Fernando Lobo, este também ligado a Campinas, pois era sobrinho do maestro Elias Lobo, e assim primo de Antônio Álvares Lobo¹, prefeito por quatro vezes de Campinas, deputado presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (1915-1927) e primeiro presidente da SubSeccional de Campinas da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil em 1932) composto o Passo do Soldado, hino da Liga de Defesa Paulista:

Marca o passo, Soldado Paulista,
Marca o teu passo na História
Deixa na terra uma pista:
Deixa um rastilho de glória.

E Guilherme genialmente nos deu a inolvidável versão à marcha militar francesa Paris-Belfort²:

- 1 Sobre Antônio Álvares Lobo v. nosso “Antonio Alvares Lobo: jornalista, escritor e homem público” (2010).
- 2 Canção composta por Joseph Farigoul (1860/1933, músico militar e compositor francês), com que se comemora a marcha do 35º. Regimento, de 18 de fevereiro de 1871, os 103 dias da resistência da cidade de Belfort ao sítio pelas tropas inimigas na guerra franco-prussiana. (V. pesquisa Google – France).

Nove de julho é a luz da Pátria
Data imortal deste berço augusto
Dos bandeirantes denodados
Deste São Paulo vanguardeiro e justo.

Esta marcha era o fundo musical da Rádio Record de São Paulo, nas inesquecíveis locuções de mais um campineiro, César Ladeira.

Ao final dos anos trinta e início dos quarenta, o contexto em que vivíamos era o de um povo em que os aqui nascidos e os imigrantes, que nas nossas terras aportavam e traziam sua contribuição de trabalho e de esperança em um país melhor que sua terra natal, tinham o sentimento de brasilidade em um mundo conturbado por lutas que culminariam em 1939 com a invasão da Polônia e a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Esse sentimento encontrava sua melhor expressão nas canções hoje conhecidas como de exaltação, dando um quadro de simplicidade, de amor e de esperança. Lembremo-nos de algumas delas, como a Aquarela do Brasil (1939):

Brasil, meu Brasil brasileiro
Meu Mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos.

Outra, de Ari Barroso, “Onde o Céu Azul é mais Azul”:

Eu já encontrei um dia alguém
Que me perguntou assim Yayá
No teu Brasil o que é que tem?
No teu Brasil o que é que há?

Mais esta, de Alcyr Pires Vermelho, Braguinha e Alberto Ribeiro,
“Minha Terra”:

Esse Brasil tão grande e amado

É meu país idolatrado

Terra de amor e promessa

Toda verde toda nossa

De carinho e coração.

Outra, de Waldemar Henrique, “Terra Virgem”:

Ó meu Brasil para aumentar a tua glória

E admirar teu futuro ascensional

Dia virá em que o mundo invejará a tua história

Porque serás o paraíso universal

Esta é de Vicente Celestino, “Isto é o meu Brasil”:

Ó, nossas praias são tão claras,

Nossas flores são tão raras,

Isto é o meu Brasil !

Uma de João Bosco, “Canta Brasil”:

As selvas te deram nas noites teus ritmos bárbaros

E os negros trouxeram de longe reservas de pranto

Os brancos falaram de amores em suas canções

E dessa mistura de vozes nasceu o meu canto.

Citaríamos ainda muitas canções, como a de Alcyr Pires Vermelho e David Nasser e tantas outras que será fastidioso enumerá-las, embora sucessos permanentes, cantadas nas vozes de

um número enorme de intérpretes de todos os timbres e escolas, inclusive os clássicos Vicente Celestino, Francisco Alves, Carlos Galhardo, Néelson Gonçalves, Orlando Silva, Sílvio Caldas, Dalva de Oliveira, Alaíde Costa, e os atuais Inezita Barroso, João Gilberto, Elis Regina, Caetano Veloso, Fafá de Belém e muitos mais acessáveis hoje facilmente pelos canais de televisão.

Dúvida nenhuma existe ao afirmar, como agora fazemos, que a mais famosa canção composta por Guilherme de Almeida é aquela que compôs, com música de Spartaco Rossi, quando do ingresso de nosso país na Segunda Grande Guerra. Na ocasião, formou-se a FEB – Força Expedicionária Brasileira, unidade do Exército Brasileiro com a missão de, ao lado das nações aliadas, combater as tropas nazistas alemãs, que ocupavam a Itália e que, treinadas para a guerra, incorporaram-se ao 5º. Exército Americano.

Esta canção, composta quando do envio dos nossos “pracinhas”³ para lutar nos campos da Europa, visava descrever aos habitantes de outras terras o país de procedência dos nossos bravos, e seus anseios de vitória e retorno, nos versos imorredouros da “Canção do Expedicionário”, cuja letra a seguir reproduzimos, detalhando os termos que com maestria nosso Guilherme de Almeida, nascido na nossa Campinas, chamada em sua origem Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, indaga ao estrangeiro em seu primeiro verso “Você sabe de onde eu venho?” e logo dá a resposta à indagação “Venho do ...”, detalha as características de nosso país, utilizando para isto referências às nossas canções populares da época:

3 Aos jovens que eram convocados para constituir nossas tropas vulgarmente dava-se o nome de “pracinhas”, termo derivado do jargão militar, pois dos recrutas se dizia que “sentavam praça” ao se incorporarem nas unidades militares.

Canção do Expedicionário

*Você sabe de onde eu venho?
Venho do morro, do Engenho,
Das selvas, dos cafezais,
Da boa terra do coco,
Da choupana onde um é pouco,
Dois é bom, três é demais,
Venho das praias sedosas,
Das montanhas alterosas,
Dos pampas, do seringal,
Das margens crespas dos rios,
Dos verdes mares bravios
Da minha terra natal.
Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse V que simboliza
A vitória que virá:
Nossa vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A ração do meu bernal,
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal,*

A glória do meu Brasil.
Eu venho da minha terra,
Da casa branca da serra
E do luar do meu sertão;
Venho da minha Maria
Cujo nome principia
Na palma da minha mão,
Braços mornos de Moema,
Lábios de mel de Iracema
Estendidos para mim.
Ó minha terra querida
Da Senhora Aparecida
E do Senhor do Bonfim!
Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse V que simboliza
A vitória que virá:
Nossa vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A ração do meu bernal,
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal,
A glória do meu Brasil.

Você sabe de onde eu venho?
E de uma Pátria que eu tenho
No bojo do meu violão;
Que de viver em meu peito
Foi até tomando jeito
De um enorme coração.
Deixei lá atrás meu terreno,
Meu limão, meu limoeiro,
Meu pé de jacarandá,
Minha casa pequenina
Lá no alto da colina,
Onde canta o sabiá.
Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse V que simboliza
A vitória que virá:
Nossa vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A ração do meu bernal,
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal,
A glória do meu Brasil.
Venho de além desse monte

Que ainda azula o horizonte,
Onde o nosso amor nasceu;
Do rancho que tinha ao lado
Um coqueiro que, coitado,
De saudade já morreu.
Venho do verde mais belo,
Do mais dourado amarelo,
Do azul mais cheio de luz,
Cheio de estrelas prateadas
Que se ajoelham deslumbradas,
Fazendo o sinal da Cruz !
Por mais terras que eu percorra,
Não permita Deus que eu morra
Sem que volte para lá;
Sem que leve por divisa
Esse V que simboliza
A vitória que virá:
Nossa vitória final,
Que é a mira do meu fuzil,
A ração do meu bernal,
A água do meu cantil,
As asas do meu ideal,
A glória do meu Brasil.

Assim é que, ao dizer da choupana, adiciona “um é pouco, dois é bom, três é demais” (Helke Tavares e Luiz Peixoto); ao falar da sua casa, refere-se à “casa branca da serra”, e a seguir “ ao luar do sertão “ (Catulo da Paixão Cearense), nela colocando “Maria, cujo nome principia na palma da minha mão” (Ari Barroso); nela vendo os braços mornos de Moema e os lábios de mel de Iracema, dos escritos de Gonçalves Dias, nela situando o “meu limão, meu limoeiro” descrevendo ainda “minha casa pequenina, lá no alto da colina, onde canta o sabiá”, “do coqueiro do lado que coitado, de saudade já morreu”; canções do início dos anos 1900 e a natureza cristã do brasileiro ao falar da “Senhora Aparecida e do Senhor do Bomfim”. E no estribilho expressa o anseio do retorno aos seus pagos: “não permita Deus que eu morra sem que volte para lá” e a certeza da vitória (e que leve por divisa este V que simboliza a vitória que virá”, V este que, com os dedos, indicava Winston Churchill a vitória nos dias negros dos bombardeios de Londres pela Luftwaffe.

A indicação cartográfica que com lirismo faz “é de uma pátria que eu tenho no bojo de meu violão, que de viver em meu peito foi até tomando jeito de um enorme coração”, lembrança que aos jovens de hoje serve também para lembrar que somos um povo sentimental.

Veio esta canção não só estimular os jovens que poderiam ser convocados para a guerra, mas também trazer aos seus familiares um alívio à preocupação da eventual chamada de seus filhos, preocupação esta que eu mesmo testemunhei, aos meus sete anos de idade, tanto em meus avós, meus pais, minhas tias, quanto em meus tios João e Laércio, então sendo instruídos militarmente nos Tiro de Guerra, que os tornaria reservistas.

Dizendo de perto aos corações dos brasileiros de todas as condições e de todas as idades, tornou-se a “Canção do Expedicionário” o hino extraoficial do Exército Nacional, entoado, orquestrado, cantado com emoção e indispensável nos repertórios de todas as bandas marciais de nosso país.

Nossas palavras neste texto, mais que dirigidas aos de maior idade, são endereçadas aos jovens, para que vejam, leiam e ouçam um poeta brasileiro patriota que amou sua terra, o seu e o nosso Brasil, embora falar hoje de patriotismo esteja fora de moda, pois o termo patriota nos dias atuais parece ter até conotação pejorativa, acoimando-se mais quem tem amor pela Pátria de demagogos em busca de votos na vida política.

***Agostinho Toffoli Tavoraro** é advogado e acadêmico titular da cadeira nº 40 da Academia Campinense de Letras.

E-mail: agostinhotavoraro@tavolaroadvogados.com

Referências

TAVOLARO, Agostinho Toffoli. “Antonio Alvares Lobo: jornalista, escritor e homem público”, in Revista do Historiador, n. 149 (julho/agosto 2008, p.12/14), n.150 (janeiro/fevereiro 2010, p.15/17) e 151(março/abril 2010 – p.18-20). APH – Academia Paulista de História



AS MEMÓRIAS DE SYLVINO DE GODOY:

Um olhar sobre Serra Negra, no final do século XIX e início do século XX.

*Claudia Felipe da Silva**

No exercício de analisar o que foi descrito por Sylvino de Godoy, em sua obra *História da minha vida* (1970), especificamente no que se refere à Serra Negra, município do interior paulista, busquei referências bibliográficas relacionadas à memória pessoal e coletiva, bem como informações que complementassem os dados anunciados sobre a cidade no período citado pelo autor em sua narração.

Sylvino de Godoy nasceu em Campinas/SP, em 1889, faleceu aos 80 anos, em 03 de abril de 1970, ano em que terminou de escrever suas memórias, porém não teve oportunidade de vê-las publicadas.

O livro é uma edição particular, e está dividido em trinta e dois pequenos capítulos; é dedicado aos familiares, com prefácios de amigos próximos. Na introdução e no final da obra, estão explícitos os desejos do autor em registrar os episódios que considerou significativos. Iniciou-se a narração, a partir da “remota infância de 6 anos, em 1895... com o apoio de uma memória clara e não vacilante”, seduzindo o leitor para apreciar o seu testemunho. Os cinco primeiros capítulos referem-se à sua estada em Serra Negra, os demais narram seu retorno a Campinas no início da década de 1920, com desdobramento de sua vida profissional antes e depois de se tornar um dos proprietários do *Jornal Correio Popular*¹, juntamente com dois sócios: José de Oliveira Santos e Nelson Omegna, em

¹ O *Jornal Correio Popular* foi fundado em Campinas, em 1927, por Álvaro Ribeiro.

1938. Também, ressaltou suas conquistas sociais, procurando em cada capítulo deixar uma mensagem de cunho moral.

O capítulo XVIII é composto pela reprodução de palestras que proferiu no Rotary Clube de Campinas, sobre os mais variados temas, evidenciando sua versatilidade em abordar temas históricos e os de sua época.

Análise de forma pormenorizada os capítulos em que Serra Negra e seus moradores são citados, obviamente com algumas ressalvas, pois as experiências vivenciadas a partir dos 6 anos de idades são narradas por um homem de 80 anos, e de acordo com Marina Maluf (1995), o narrador rememora fatos que lhes são significativos:

Esse narrador – protagonista principal de seu texto – que fala de si e menos das circunstâncias, que busca explicações, descobertas e revelações pela auto-análise e não pela ordenação lógico-temporal dos eventos, dá às suas lembranças um caráter confessional de modo a estabelecer certa intimidade com o leitor que se torna, *Claudia Felipe da Silva* assim, seu “escuta” e seu confidente. (MALUF, 1995, p.47).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998), observou que é possível através da análise desses textos recuperar as relações do indivíduo para com seu grupo social. Porém, é de suma importância a verificação das informações, pois

Embora colhidas com finalidades muito diferentes, autobiografia e biografias são perfeitamente utilizáveis pelos cientistas sociais como material de análise. Ambas, principalmente se bem feitas, podem constituir excelentes repositórios de dados que, no entanto, devem ser verificados e completados por informações de outras fontes. (QUEIROZ, 1998, p. 25).

Como expôs Lilian Maria de Lacerda (2000, pp. 84 e 97) dentro da obra do memorialista podem ser encontradas notas, prefácios produzidos pelos autores ou por amigos “em que se evidencia o lugar do narrador(a) e do discurso enquanto um depoimento testemunhal”. Em alguns escritos, os autores têm a intenção que suas memórias sejam publicadas e as suas lembranças podem provocar “um estado melancólico, uma sensação de acerto de contas com a vida e desperte emoções”. Essa melancolia está contida em algumas passagens do livro de Sylvino de Godoy, como a descrição da sua chegada a Serra Negra. É interessante notar que ele elenca corretamente todas as pequenas estações ferroviárias em que o trem da Mogiana passou em seu trajeto até a cidade.

...foi numa tarde pálida e morna do mês de agosto de 1895, que desembarcamos em Serra Negra, final de um ramal férreo da Mogiana, com a bitola reduzida para sessenta centímetros, a partir de Amparo. Porque éramos muitos, meus pais, cinco irmãos e minha cunhada com o seu primeiro rebento no colo, além dos criados, ocupamos todo um vagãozinho de primeira classe e, sob uma verdadeira chuva de fagulhas e fumaça escura, cheirando a carvão de pedra, sinuosamente, entre montanhas cobertas de café, alcançamos a primeira estação,

Alferes Rodrigues, de onde se descortinava um panorama a perder de vista. Pudemos, então, respirar um pouco de ar puro para, logo mais, caminharmos de novo, ziguezagueando pelos verdejantes cafezais que se estendiam continuamente, até novas paradas em mais de três pequenas estações:- Pantaleão, Brumado e Santo Aleixo.

Chegamos. Aliás a maquinazinha, com repetidos e estridentes apitos disso mesmo nos avisara. Foi depois de uma grande curva da linha, em que vimos a pequena estação de Serra Negra, onde desembarcamos sob a curiosidade de meia dúzia de pessoas. (GODOY, 1970, p.1-2).



Imagem 1. Mogiana, Serra Negra, 1929. "Chegada do trem, vista do hospital, 26/05/1929", anotações manuscritas, por Mons. Manzini. A estrada de ferro foi inaugurada em Serra Negra em 1892. A Maria Fumaça corta uma área rural, observam-se as montanhas tomadas pela plantação de café. Fonte: Humberto Manzini. Acervo da Autora.

Esse trecho permite pensar pelo menos três aspectos: a experiência da viagem realizada, via ramal férreo da Mogiana, presente na lembrança de muitos serranos; a descrição das lavouras de café e conseqüentemente, da mão de obra imigrante, que foi importante na reconfiguração de Serra Negra, a partir da segunda metade do século XIX.

Segundo os dados apresentados no Almanak da Província de São Paulo para 1873, Serra Negra já direcionava sua produção agrícola para o café, antes do fluxo imigratório, pois suas terras eram consideradas “apropriadas para a cultura do café, pelo que é ela geralmente adoptada por seus habitantes”. Registraram-se no período, cerca de 97 fazendeiros, sendo 86 com atividades direcionadas à cafeicultura e 11 desenvolvendo o plantio de cana-de-açúcar.

O plantio da rubiácea contribuiu para a vinda de mão de obra imigrante e conseqüente aumento da população na pequena cidade, pois em 1876 havia 4.756 habitantes, saltando para 9.148 habitantes em 1886, chegando a 22 mil habitantes nas primeiras décadas do século XX.

ESTABELECIAMENTO COMERCIAL

| QUANTIDADE | TIPOS |
|------------|--|
| 05 | Fábrica de açúcar e aguardente |
| 03 | Máquinas de beneficiar café |
| 02 | Lojas de fazenda, feragens e armarinho |
| 04 | Armazéns de secos e molhados |
| 03 | Farmácias |
| 02 | Hotéis |
| 02 | Açougues |
| 06 | Padarias |
| 02 | Sapatarias |
| 02 | Selarias |
| 04 | Ferrarias |
| 03 | Marcenarias |
| 03 | Foguetarias |
| 02 | Casas de bilhares |
| 03 | Olarias |
| 01 | Fábrica de cerveja |

Quadro 1. Estabelecimentos Comerciais. Serra Negra, período de 1886, conforme dados do Relatório Provincial de 1888.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A produção anual de café, também cresceu exponencialmente, chegando em 1913 a 640 mil arrobas e havia “aproximadamente 8 milhões de cafeeiros em tratamento e produção, subdivididos por 620 lavradores. Destes, 11 são possuidores de mais de 100 mil (pés de café), 8 de mais de 70 mil, 60 aproximadamente tem 1 a 2 mil cada um, e os restantes de 2 a 70 mil cafeeiros” (Almanaque de Serra Negra, 1913, p.78).

Segundo Guilherme Della Guardia (1987), estima-se que Serra Negra recebeu no início do processo imigratório, em torno de 800

famílias italianas oriundas, em sua maioria, da região do Vêneto e da Toscana, proporcionando transformações na área rural, pois as grandes fazendas deram lugar a propriedades menores, sendo ocupadas quase em sua totalidade pelos cafezais.

Ao elencar os nomes dos agricultores e os respectivos números de cafeeiros, disponibilizados no Almanaque de Serra Negra (1913), fica demonstrado que dos onze maiores produtores, três deles eram imigrantes italianos e, um expressivo número de italianos se encontrava entre os produtores de médio porte. Isso confirma o seguinte: muitos dos imigrantes que se estabeleceram em Serra Negra, conseguiram o grande sonho de se tornarem proprietários.

A economia melhorou em toda a região de Serra Negra e novos empreendimentos foram necessários para alicerçar o escoamento do produto e dar suporte às exportações, para tanto, foram implantadas as linhas férreas e a construção de um conjunto de armazéns. Novos caminhos passaram a ser definidos pelas estradas de ferro. A cidade de Amparo foi a primeira na região a receber o trem, em 1878². Com o avanço da produção, os trilhos da Mogiana chegaram a Serra Negra, no ano de 1892. Em relação a área urbana ocorreu um aumento significativo de novos postos de serviços como lojas de fazendas, ferragens e armarinhos, armazéns de secos e molhados, farmácias, hotéis, padarias, açougues, oficinas de sapatos, olarias e pequenas fábricas. Essa mudança foi devido à grande diversidade de formação da mão de obra imigrante que, além de lavradores, comportava comerciantes, sapateiros, operários, médicos e músicos.

A chegada da família de Sylvino de Godoy ocorreu três anos após a inauguração do ramal férreo em Serra Negra, quando a

2 Ver mais: LIMA, Roberto Pastana Teixeira. A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos”. Amparo, Campinas; Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia. Unicamp, 1998.

cidade já contava com um número razoável de imigrantes italianos, sendo que a comunidade já estava em processo de organização, pois em dezembro de 1895, foi fundada a primeira sociedade de mútua assistência italiana e o primeiro agrupamento de músicos composto somente por imigrantes italianos, que originou o Corpo Musicale “Umberto I”³.

Assim que a família de Sylvino chegou em Serra Negra, dirigiu-se para a nova morada, na zona rural, sendo que as suas bagagens foram acondicionadas em troles, alugados antecipadamente e, atravessaram a cidadezinha sob o olhar dos curiosos. O autor descreve ainda, que as ruas eram de terra e o trotar dos animais produziam muito pó. A propriedade comprada por seu pai era uma fazenda, bastante retirada da zona urbana,

lá, bem em cima da cidade, começava a estrada de Amparo, pela qual devíamos chegar a São Domingos, a fazenda que meu pai comprara de um tal João Bueno, distante cinco quilômetros. Essa fazenda, anos depois, como referência à cidadania de nosso pai, passou a ser conhecida pela denominação de “Fazenda do Campineiro”. (GODOY, 1970, p.2).

A região em que se localizava a fazenda adquirida também era destinada ao plantio de café, pois o autor relembrou que: “víamos pastarias e nas montanhas os cafezais verdejantes, que nosso velho pai dizia serem uns cento e vinte mil pés, de uns quarenta anos de idade e outros novos em menor número” (Godoy, 1970, p. 3).

3 Ver mais: SILVA, Cláudia Felipe da. Bandas de Música, Imigração Italiana e Educação Musical. O Corpo Musicale “Umberto I” de Serra Negra, uma localidade interiorana com forte presença italiana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ESTABELECIMENTO COMERCIAL

| QUANTIDADE | TIPOS |
|------------|------------------------------|
| 15 | Açougues |
| 07 | Oficinas de alfaiates |
| 03 | Casas de armarinho |
| 06 | Escritórios de advocacia |
| 05 | Botequins |
| 02 | Biliares |
| 04 | Salões de barbeiros |
| 12 | Compradores de café |
| 02 | Oficinas de calderarias |
| 02 | Chapelarias |
| 03 | Fábricas de cerveja |
| 02 | Confeitarias |
| 02 | Casas de calçados |
| 01 | Fábrica de cadeiras |
| 01 | Fábrica de carroças |
| 04 | Depósitos de Cal e Cimento |
| 01 | Torrefação de café |
| 05 | Oficinas de costureiras |
| 01 | Dentista |
| 01 | Empresa fúnebre |
| 07 | Engenhos de cana |
| 11 | Oficinas de ferreiros |
| 03 | Casas de ferragens |
| 23 | Moinhos de fubá |
| 40 | Loja e fazendas e armarinhos |
| 04 | Consultórios médicos |
| 03 | Professores de música |
| 05 | Máquinas de beneficiar café |
| 09 | Olarias |
| 02 | Farmácias |
| 10 | Pensões |
| 11 | Oficinas de sapateiro |
| 10 | Tipografias |
| 11 | Fábricas de vinho |

Quadro 2. Estabelecimentos Comerciais. Serra Negra, período de 1912.
Fonte: Dados mencionados no Almanack de Serra Negra, 1913.

Quadro elaborado pela autora.

A família permaneceu na propriedade rural por cerca de cinco anos. Após a queda do preço do café, começaram as dificuldades econômicas e os Godoy decidiram mudar para cidade, onde compraram um casarão localizado no largo da matriz. Apesar de Sylvino descrever a cidade como limpa e organizada, ela era ainda muito precária e o maior contingente da população se concentrava na área rural⁴.



Imagem 2. Largo da Matriz Nossa Senhora do Rosário, pode-se observar a rua de terra, o casario e as montanhas tomadas pela plantação de café. Década de 1920. Fonte: Humberto Manzini. Acervo da Autora.

4 Segundo o Relatório da Prefeitura Municipal de Serra Negra, 07 de janeiro de 1909, item: Iluminação Pública são descritas as condições da iluminação na cidade: “péssima tem sido até hoje a iluminação pública. É feita de Kerozene, a luz é fraca, de pouca duração e cara”. Acervo da Câmara Municipal de Serra Negra.

Na nova residência Sylvino, passou a acompanhar a vida religiosa da cidade, lembrando das rezas do mês de Maria, “com ladainhas cantadas, por um coro de vozes femininas”. As ladainhas eram dirigidas pelo maestro Munhoz⁵. Outro fato narrado por ele e que envolve música foi a presença das bandas de música na comemoração da virada do século.

...Foi naquela pacatíssima Serra Negra, que tivemos a emoção de assistir às cerimônias da passagem do século, ocorrência que alvoroçou o povo na madrugada de 1º de janeiro de 1900... após essa tocante cerimônia, as bandas de música- “Umberto Primo”⁶ e “Cezarino”⁷, percorrendo as ruas principais, festejaram com alegria o começo do século. (GODOY, 1970, p. 14)

Ainda em 1900, aos 11 anos, ele foi matriculado no primeiro ano do grupo escolar, também conhecido como “escola do governo”. Sabe-se, porém, que o Grupo Escolar só foi criado em 18 de fevereiro de 1901, por Decreto do Governo Estadual. A iniciativa dessa criação partiu do inspetor escolar, o Major Francisco Pedro do Canto. A instalação ocorreu em 27 de março de 1901 e a inauguração em 03 de maio do mesmo ano. Em 07 de agosto de 1914, a instituição foi transferida para um novo edifício, construído pelo Governo do Estado, onde atualmente funciona a Escola Estadual “Lourenço Franco de Oliveira”. Anteriormente ao Grupo Escolar existiam na cidade as Escolas Reunidas.

5 José Rodrigues da Silva Munhoz, foi um dos primeiros professores de música de cidade, também foi regente de uma banda de música que acompanhava peças teatrais e eventos políticos.

6 O Corpo Musicale “Umberto I”, manteve-se ativa até a década de 1940, com concertos regulares realizados no Jardim Público serrano, participando de eventos religiosos e políticos.

7 Encontrei referências sobre a atuação do músico e maestro Cezarino Teixeira de Barros, na década de 1900, talvez a banda lembrada pelo autor, tenha relação com o referido maestro.

Num levantamento realizado pelo professor de história serrano, Paulo Roberto Piassa⁸, junto ao acervo da Câmara Municipal serrana, foi localizada a informação de que a primeira instalação do Grupo Escolar ocorreu em um prédio construído pelo imigrante italiano José Bruschini, a construção de dois andares, a princípio, seria destinada ao comércio, no andar térreo e à moradia, no piso superior. Depois das adaptações o edifício alojou a Câmara Municipal, no piso superior, e o Grupo Escolar no inferior.



Imagem 3. Edifício do Grupo Escolar. Note-se a imponência da construção muito valorizada pela população das cidades interioranas.

Fonte: Almanach de Serra Negra/SP, 1913, p. 160. Acervo da autora.

8 Os dados levantados instruíram o estudo de tombamento, Processo SC – Guichê nº 37351/1998, solicitado por Paulo Roberto Schiavo Piassa, junto ao Condephaat.

O autor relatou que o complemento de seus estudos ocorreu em Campinas, no Colégio de Carlos Ferreira e posteriormente em São Paulo, local onde frequentou o curso preparatório no Instituto Silvio de Almeida. Em 1908, ele ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, encerrando seus estudos em dezembro de 1912, aos 23 anos de idade.

Após sua formatura regressou a Serra Negra passando a atuar como advogado, graças ao incentivo do dr. Norberto Penafiel, um imigrante português com inúmeras causas tramitando no judiciário local. Um dos destaques de sua vida profissional foi o ajuizamento do pedido de falência do Banco de Custeio Rural de Serra Negra, sendo nomeado como seu síndico e depois seu liquidatário, o término da referida ação proporcionou ao seu escritório novos clientes. Por um período Sylvino de Godoy atuou como Promotor de Justiça substituto.

Inúmeras fazendas serranas foram divididas em pequenos sítios. A regulamentação do título de propriedade dos referidos imóveis só ocorria judicialmente, mediante ações de divisão e demarcação. Sylvino pela sua experiência e nova clientela e ingressou com ações no fórum local, regularizando os quinhões, a proporcionar aos novos proprietários seguranças jurídicas.

Sylvino de Godoy casou-se em junho de 1915, com Carmela De Vita, de família residente na cidade de Amparo, permanecendo em Serra Negra até o início dos anos de 1920, quando retornou definitivamente para Campinas.

Os memorialistas possuem um importante e delicado papel de narrar suas experiências, independentemente se elas serão, ou não, valorizadas pelo leitor. Porém, para o pesquisador, os textos se tornam uma fonte fundamental para a reconstrução do passado. É

comum utilizarmos dados oficiais sobre um determinado tema, mas é mais prazeroso ler a descrição de uma viagem de trem na ótica de um menino de 6 anos, mesmo que seja, via as lembranças de um homem de 80 anos. Elas nos trazem os dados provenientes do grupo social pertencente, além dos aspectos subjetivos da vivência dos depoentes, sendo por isso, muito mais ricas do que os frios dados contidos em um relatório oficial.

A descrição da cidade, dos cafezais, das atividades religiosas, da vida musical, da educação formal, das relações tanto de amizade como profissionais instiga o pesquisador a contrapor o mesmo tema a outras fontes diversas, como as imagéticas a demonstrar a riqueza proporcionada pela intertextualidade.

A obra de Sylvino de Godoy ganha importância para a história serrana, pois são raros os relatos publicados sobre a cidade e as lembranças permitem reconstruir um olhar sobre Serra Negra na virada do século XIX para o século XX.

***Claudia Felipe da Silva**, doutora em Educação pela FE/UNICAMP, ex-orientanda da acadêmica Profa. Olga von Simson.

Referências

Almanak da Provincia de São Paulo para 1873, organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Edição Fac-Similar. Imprensa Oficial do Estado S. A. São Paulo, 1985.

ALMANAK DE SERRA NEGRA, publicação da redação de “O Serrano”, Serra Negra, 1913.

- DELLA GUARDIA, Guilherme. *Imigração Italiana em Serra Negra, 1887 – 1987*. Serra Negra: Edição do autor, 1987.
- GODOY, Sylvino de. *História da minha vida*. Campinas: Edição do autor, 1970.
- LACERDA, Lilian Maria de. *Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica*. In Refúgios do Eu: educação, história e escrita autobiográfica / Ana Cristina Venâncio Mignot, Maria Helena Bastos, Maria T. Santos Cunha (org). Florianópolis: Mulheres, 2000.
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do “oitocentos: Amparo, Campinas: Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia*. Unicamp, 1998.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARQUES, M.E. de Azevedo, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, tomo 4, 1878*.
- QUEIROZ, Maria Izaura P. *Relatos Orais: do “Dizível ao Indizível”*. In. SIMSON. Olga R.M. von et. al. (org). *Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. p.14-43.
- RELATÓRIO* apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatísticas, Leroy King Bookwalter, São Paulo: Tipografia King, 1888.
- RELATÓRIO* Prefeitura Municipal de Serra Negra de 07 de janeiro de 1909.
- SILVA, Claudia Felipe da. *Bandas de Música, Imigração Italiana e Educação Musical. O Corpo Musicale “Umberto I” de Serra Negra, uma localidade interiorana com forte presença italiana*. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE / UNICAMP. 2009.



Uma História de Amor

*Jorge Alves de Lima**

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1899, veio a Campinas uma linda moça suíça chamada Rosa Beck. Ela partiu de Paris, professora de francês, culta e jovem de 24 anos, rumo a Campinas.

Quando da sua passagem pelo porto de Santos ela foi infectada pela Febre Amarela. Ao chegar a Campinas, em estado grave, ela foi levada à Padaria Suíça, de vasta clientela, de propriedade do suíço Ulrich Bannin que ali residia com sua família. Essa padaria servia de pensão e localizava-se na confluência da rua Bom Jesus -hoje avenida Campos Salles- com a rua José de Alencar.

O Diário de Campinas, na sua edição do dia 15 de fevereiro de 1889, sem muito destaque para não alarmar a população publicou:

“No sábado último faleceu, nesta cidade, Rosa Beck que dias antes chegara da corte, afetada pela febre amarela.”

Apesar dos nossos esforços, não descobrimos fontes primárias e fidedignas da razão principal da presença de Rosa Beck, saindo de Paris - a capital do mundo civilizado - para vir a Campinas e, em apenas dois dias, aqui morrer de uma doença tão traiçoeira, cruel e dolorosa! Todavia, no decorrer de nossas investigações, achamos alguns boatos velados, indícios das razões de chegada e morte de Rosa Beck, em Campinas.

Mas vamos a história. Tudo começou no outono de 1888, na bela e fascinante Paris. A França era o modelo cultural e artístico do mundo civilizado. A sua cultura refinada na literatura, nas artes plásticas e na música eram fatores de inspiração e modismo para a sociedade de Campinas. Era de bom tom expressar-se na língua de Vitor Hugo! Os filhos e herdeiros dos barões do café, abastados e ricos fazendeiros iam estudar em Paris - a capital do mundo.

Naquele mês, no outono de 1888, flanando e passeando despreocupadamente, o jovem brasileiro Luiz Roberto Camargo de Souza Penteado, descendente de tradicional e milionária família campineira, era então estudante de medicina em Paris. Ele, nessa ocasião, teve a sua atenção despertada pelo olhar faiscante e intenso de uma bela jovem. Olhando-a atentamente, notou que seus olhos eram azuis, lábios carnudos, sorriso meigo e fascinante, vastos cabelos loiros que anelados caíam pelos ombros.

Houve o “*flert*”, os olhares se cruzaram e eles, estáticos e emudecidos pela emoção, ficaram paralisados diante um do outro. Eles estavam nas margens do Rio Sena, chão tapetado pelas folhas amarelecidas e caídas suavemente das árvores naquele final de tarde de outono. A jovem desinibida deu o primeiro gesto, estendeu-lhe a mão, e uma voz doce e terna lhe perguntou:

— Posso retirar essa folha enlaceada nos seus cabelos?

O moço campineiro refeito da emoção e de enlevo disse-lhe que sim. Emocionados, sorridentes, eles ficaram olho a olho em silêncio por instante, porém, a presença de espírito de Luiz Roberto, em um francês impecável, disse-lhe aumentado ainda mais o encantamento:

— O grande escritor Vitor Hugo, numa situação parecidíssima a esta em que nos encontramos, escreveu: “Olhemos para uma estrela porque é luminosa e impenetrável. Entretanto, junto de nós temos

um esplendor mais suave e um mistério mais profundo: a mulher!!”
O jovem e galante campineiro foi ainda mais ousado:

— Essa mulher suave e misteriosa é você!

E apresentou-se: Luiz Roberto, brasileiro, estudante do último ano de medicina em Paris, às suas ordens. Ela, encantada pela ousadia romântica do jovem, respondeu-lhe sorrindo:

— Sou Rosa Beck, suíça, professora de francês e resido aqui em Paris, encantada!

Dado assim o passo inicial, os jovens diariamente encontravam-se, e o namoro fluiu suavemente e pleno de esperanças. Os namorados frequentavam os restaurantes de Paris. E ela, no café Procope, o mais antigo da cidade, foi-lhe apresentando vários artistas como Sarah Bernhardt, os escritores Emile Zola e Guy de Maupassant e os operistas franceses Charles Gounod e Jules Emile Frédéric Massenet.

Terminado o ano letivo, Luiz Roberto, tendo concluído o curso de medicina, combinou com a namorada o seu retorno a Campinas, prometendo-lhe, que em julho de 1889 regressaria a Paris, onde eles se casariam na Catedral de Notre Dame. Depois da partida do seu então noivo, a saudade tomou-lhe conta, fazendo-a sofrer cruelmente. Sem que Luiz Roberto soubesse ela embarcou para o Brasil. Já no trajeto Rio a Santos, ela começou a sentir os primeiros sintomas do mal, fortes dores de cabeça, olhos congestionados, peles ressecadas e avermelhadas, não só na face, mas também na parte anterior do tórax.

Chegando a Campinas foi acomodada em um quarto na Padaria Suíça. Os sintomas rapidamente agravaram-se. Rosa Beck começou a sentir febre alta, inapetência, sede atroz, vômitos pretos e forte hemorragia nasal.

Chamado o Dr. Germano Melchert, médico de nacionalidade alemã, imediatamente veio prestar-lhe atendimento para abrandar-lhe o mal que a acometera, no entanto apesar dos seus esforços, Rosa Beck faleceu às duas horas da madrugada do dia 10 de fevereiro. A rapidez e a violência da febre amarela impediram-na que ela avisasse seu noivo, Dr. Luiz Roberto, de sua chegada a Campinas. Nos momentos finais, no estertor da morte, delirando, ela mencionou o nome de seu amado ao Dr. Germano Melchert, que falava e escrevia fluentemente a língua francesa.

O Dr. Germano Melchert, passados alguns dias, procurou o Dr. Luiz Roberto, contou-lhe o caso e testemunhou a sua natural surpresa. O impacto da notícia foi doloroso e brutal! Rosa Beck aqui em Campinas? Morta? E sepultada?! A sua dor foi demais ao inditoso médico. Deprimido, angustiado, ele ficava inerte ao túmulo dela. Algum tempo depois, o Dr. Luiz Roberto tomou uma dose letal de veneno, suicidando-se! Findou-se assim, essa linda e trágica história de amor!

Para Campinas a morte de Rosa Beck por febre amarela foi o ponto inicial da terrível epidemia que se alastrou, ceifando vidas durante oito anos (1889-1897).

***Jorge Alves de Lima** é advogado aposentado, historiador, pesquisador, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas e da Academia Campinense de Letras, onde exerce a presidência.

Email: jorge.alvesdelima2@gmail.com

Referência

LIMA, Jorge Alves de Lima. O Ovo da Serpente. Campinas, Ed. Arte Escrita, 2013.

Coturno.

A bota da Infantaria

*Geraldo Affonso Muzzi**

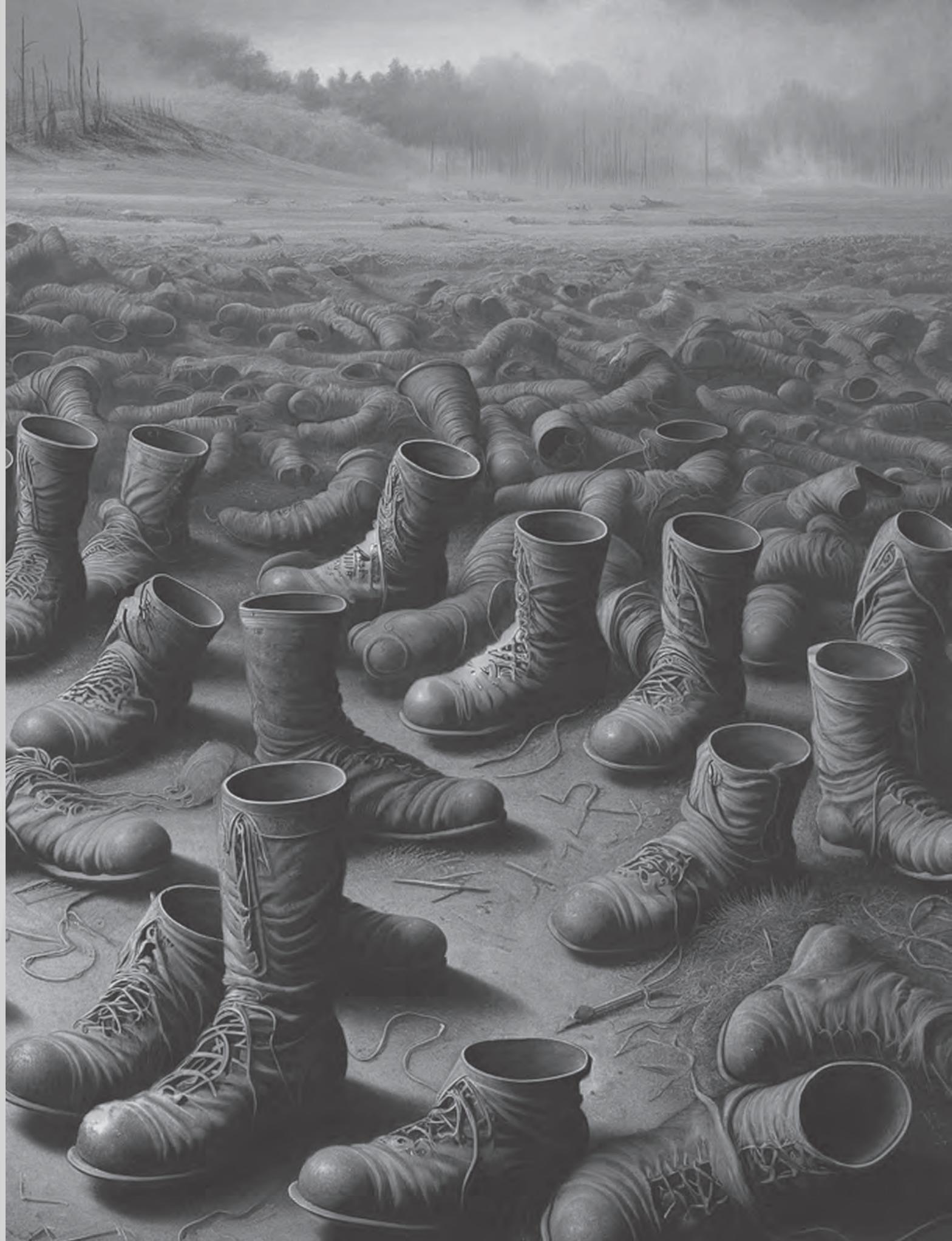
Coturno pisando leve,
Há sangue e luto na neve,
Coturno pisando forte,
Ecoa na via da morte,
Coturno pisando grave,
Na cadência de buscar,
A paz, a calma suave...
Coturno pisando sem pés,
De costas, de revés,
Os pés ficaram para trás,
Na luta do volve jamais,
Corpos juncados na neve,
O homem de nada serve,
Sangue, braços, tripa, ossos,
Corpos humanos, destroços,
A morte podre ali vaga,
A tudo coturno esmaga!
Coturno som tenebroso
Com mágoa o olhar vermelho,
Reflete a volúpia do monstro

Da guerra, cruel incestuoso!
Coturno lustoso, sedoso,
Parada-de-sete-setembro,
Rebrilhante, respeitoso
Ao sol coturno é espelho.
Infante escravo de um coturno,
Segue a tirania de teus pés,
Coturno bravo desmiolado,
Da cadência acelerado,
Aos infantes homens forma,
Aos mais fracos dita norma,
Aos heróis o “fora-de-forma”!

Roubaram meu coturno, capitão
Aiii... os pés também!!!

***Geraldo Affonso Muzzi** é diplomata e titular da
Academia Campinense de Letras.

Email: mgmuzzi@terra.com.br





Em outras Águas de Março

*Antonio Contente**

Foi depois das águas de março de 1979 do século passado que a grande barreira de cimento e aço se fechou para o represamento do rio Tocantins, o que tornou possível a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Com isso desapareceram, cobertas pelas águas do grande lago, as corredeiras, ou cachoeiras, como os caboclos as chamavam, existentes entre a citada cidade e Marabá. Tal trecho, belíssimo, foi apontado pelo naturalista belga Henri Coindreau, que por ali navegou nas primeiras décadas do século passado, como uma das paisagens fluviais mais lindas do mundo. Então, para me despedir de cenário absolutamente marcante em minha vida de nativo da região, me enfiei num barco para fazer o que chamei de “roteiro do adeus”.

Antes do fechamento das comportas.

Era bem cedo quando a embarcação iniciou a grande subida do rio, saindo de Belém. Sob o som da hélice rodando, fui tomado pela noção real de tantos anos vividos a olhar as beiradas verdes que conheço com intimidade maior do que um mar de memórias; pois, numa daquelas margens, eu nasci. Por um tempo, bom tempo, na vida, fui como as plantas da beira d’água, como os pássaros que ainda hoje continuam a voar sob os cinzentos céus das Estações das Chuvas; como os peixes fui, como os botos de bufar aveludado, mas que rompe silêncios.

E o barquinho seguiu, vencendo correntezas. Não sei se vencendo ou se tornando parte delas, com uma integração de amor e de paz até hoje muito rara entre os seres humanos. No leme ia

mestre João, um velho e experiente piloto, meu amigo de muitos anos. Ele tinha olhos de gaivota, conhecia cada curva do rio, cada ilha, cada desembocar de igarapé e, quase diria, cada árvore, milhões delas que a crueldade da civilização ainda não acabou de arrancar ou queimar na Amazônia.

Interessante esta intimidade que temos com os símbolos, todos eles benzidos pela magia dos tempos. Interessante como, flutuando naquelas margens, mais do que sentir vi antigos gestos meus nas folhas batidas pelas brisas, molhadas pelas águas do março de céu baixo, cinzento. Chovia sobre o rio, e a tarde lá estava, caindo, se desdobrando, se fazendo mais meiga no prenúncio da noite.

Apreciando o gotejar do tempo sobre o rio me reencontrei com minha origem, deixando para bem longe as alternativas de vida.

De repente, numa canoinha que passa ao lado do barco vai um menino, de uns 13 anos, sozinho, remando. Segue a favor da corrente; de repente, olha pra mim, ele que era parte integrante da tarde, da floresta, da chuva, do vento, do tempo. Aquele moleque era eu, ou o que poderia ter renascido de mim. Eu nas águas ao redor da Ilha de Santana, flutuando com meu remo branco no qual a avó mandou pintar flores azuis. Há um tempo, na vida das pessoas, em que as flores precisam ser necessariamente azuis. Há um sonho que resta na vida das pessoas, reaprendizado que então tive nos gestos daquela criança solitária em sua canoa; mais do que isso, dentro do seu mundo.

Intermitente chuva, chuva fina, o barco a gemer contra a brisa mansa. O céu, aos poucos, foi ficando vermelho, sangue de misterioso universo que se derretia lá fora sobre as matas, crescendo dentro de mim como força acariciante, branda, como as flores azuis do meu antigo remo.

Olhei para trás, no rumo das espumas que o barco deixava e percebo que o menino e sua canoinha sumiam numa curva do rio. Tornei para dentro de mim, mirei o céu rubro a fim de melhor captar a sensação. Saí da selva, busquei um dia a civilização. E até hoje, tanto tempo depois, não consegui me adaptar a ela. E no rio onde naquele fim de tarde vagava, tudo, num instante, ficou distante, pois eu, menino, também sumi numa curva do rio.

Para tanto tempo depois, me perceber homem solto entre o céu e a terra. Passei séculos sem voltar ao Tocantins e também não me sinto como pertencendo às cidades. Isso, naturalmente, não tem nenhuma importância, nem para o rio nem pras cidades nem pra ninguém. Porém abre em mim um grande, eterno vazio, cujo preenchimento deixou de ser procurado. Afinal, é isto que fortalece o sentido das lembranças.

No outro dia, de manhã, paramos em São Benedito, lugar que recua no tempo. A chuva diminuía, não parara. Protegido, sob o toldo do barco, fiquei a olhar, longamente, a única rua no alto da ladeira. Coloquei toalha sobre a cabeça e desci pelo trapiche com tábuas velhas, tortas.

Alcanço o chão de barro esburacado, desvio das poças. Avisto, sob os pingos das mangueiras, uma birosca. Entro; peço ao homem, que me olha com curiosidade, uma garrafa de Martini. Ele faz um gesto, entra na casa. Logo, volta.

— Ela não está – me diz.

— Quem não está?

— O senhor não perguntou pela Martinha?

Desfeito o equívoco, tomei uma talagada d’outra bebida. Saio e, diante do rio, mais uma vez reparo como as águas de março tornam grandes as marés; e como o sol, a surgir entre buracos nas nuvens de chuva, é tão mais apaziguante, tão mais dono da vida.

São Benedito, Vila do Carmo e, lá longe, avisto Mocajuba. A cidadezinha plantada, imutável, no alto da velha ladeira como era no meu tempo de menino e como será, isso é o que desejaria, quando eu ficar muito velho; se é que os homens, nessas dobras do tempo, conseguem ficar muito, muito velhos... O barco atraca, desço pela mesma ponte que ultrapassou a idade das eras.

Revejo as mangueiras, as ruas de terra. De novidade apenas um enorme cruzeiro na frente da igreja, quem sabe ali colocado para antecipação de preces pelos destinos que esperavam o Brasil na virada do século XX para o XXI. E observo os idosos, que idosos já eram no meu tempo, e que continuarão idosos enquanto as brisas das manhãs correrem a exalar a fragrância das seivas. Eles permanecem plantados no solo como os grandes troncos. Como as sumaúmas, mognos, mangueiras, bacurizeiros. Resistem mais do que as pedras, são atemporais como o céu, como o piscar constante das estrelas, como os sonhos infatigáveis dos que não desistem.

Na rua da frente me abre os braços a figura de Santino Taracanga. Cinquenta anos, cem, duzentos, simplesmente não sei. O que redescubro, espantado, é que seus dedos ainda tocam violão, e que é voz solitária em serenatas aos botos, na cabeça da ponte. Convida, olhando nos meus olhos: “Vamos hoje”? Diante do meu “vamos sim”... “Mas onde?”, responde : “À festa do Pedro Maravilha”.

Claro, fui, para ouvir Eldonor no banjo, Cauby na clarineta, Lúcio na sanfona. E, madrugada alta, ante danças sem fim, busco a lateral do barracão para, apenas, olhar o tempo. As flores, por molhadas estarem, soltavam mais perfumes. Penso em comentar isso com alguém, mas me contenho. Eles jamais desaprenderam. Eu é que estava em tempo de redescobertas.

Mais dois dias e, enfim, encostamos em Tucuruí onde o Tocantins lutava contra a barragem da futura hidrelétrica. Os homens, as máquinas, centenas de homens, centenas de máquinas brigavam com a natureza para estrangular o rio. Soube que operavam com certa tranquilidade; porém, tinham noção de que a tranquilidade não seria a mesma com as águas de março.

Ancorado o barquinho no pequeno porto improvisado, salto à terra para andar pelo entorno. Numa birosca, velho barqueiro me contou que, no dia anterior, a força da correnteza levara um dos aterros. Imediatamente senti fantástica alegria, pois na luta entre o rio e os homens para a construção da hidrelétrica, eu torcia, sem dúvida, pelo amado curso d'água. Fiquei ansioso:

— Me conte como foi.

— Fizeram o aterro ali – ele começa – na margem esquerda; só que de noite a força da corrente, que aumentou com as chuvas, levou tudo, até máquinas...

Voltando ao barco, peço para irmos ao local da barragem caída. Ao ver o aterro das obras arrasado, sou tomado por intensa alegria, como se aquilo pudesse fazer com que os trabalhos parassem para salvar as cachoeiras.

Depois, na volta, foi a vez de mestre João, o piloto com olhos de gaivota, lutar contra o enorme fluxo líquido que os engenheiros criaram com o estreitamento das margens. O barco resfolega e, a custo, avança. Por fim, soltando fumaça negra pela pequena chaminé, a embarcação vence. Mestre João enxuga o suor na testa:

— Estão acabando com o rio...

Olho para a margem, onde imensa escavadeira fazia seu terrível trabalho, cavar, cavar, cavar... Tenho a impressão de que, abaixo, as águas gemem. Talvez chorem. Tenho então um sonho, com os

olhos abertos, o Tocantins a vencer as máquinas e os engenheiros. Testemunho uma festa de peixes. Num canto, sorriso luminoso de alegria, Santino Taracanga a tocar seu impecável violão.

Naquela mesma tarde fui ver o imenso paredão da barragem que logo seria fechado para a formação do lago. Nas árvores que ainda restavam, pulava um bando de macacos que, se não fugissem a tempo, morreriam afogados. Vou a mestre João, o piloto com olhos de gaivota, e digo-lhe que minhas despedidas das cachoeiras terminaram. Pergunta quando quero voltar e respondo com um sucinto “já”. Ele empurra o leme, bate um pequeno sino e o barco torna. A pequena tripulação, de quatro homens, ajeita as cordas sobre o pequeno convés de proa. Vivíamos as enormes águas de março de 1979. Alguns meses depois, as comportas foram fechadas. Na redação da Folha de S. Paulo, onde eu então trabalhava, chegou às minhas mãos, em telex, a notícia de que o general-presidente de plantão, em pessoa, fora encerrar os trabalhos.

Formou-se o lago, as maravilhosas corredeiras, apontadas como as mais lindas do mundo, simplesmente sumiram para sempre. Com isso, atualmente, a energia jorra.

E hoje, na Mocajuba da minha infância, quilômetros rio abaixo, os muitos passarinhos às vezes deixam os galhos das árvores. E pousam nas antenas de TV sobre os telhados; ou nas bordas das parabólicas que modificaram a paisagem.

***Antonio Contente** é escritor, jornalista graduado na Faculdade Cásper Líbero, autor de vários livros e crônicas jornalísticas, membro honorário da Academia Campinense de Letras.

Email: antoniocontente@gmail.com

Toda a liberdade para criar

*Gustavo Mazzola**

O que é a crônica? Onde se situa? Está mais para um artigo ou é um conto com certo jeitão especial? Cada um tem sua visão particular sobre o tema: muitos já se debruçaram em busca de uma definição, deram opiniões, escreveram longos artigos, discorreram sobre o tema em apaixonadas entrevistas na televisão.

Para ficar em observações mais simples, entendo que ela não se confunde com um artigo ou com um conto, não está nem aqui, nem lá. Talvez esteja entre ambos, com a licença de poder se apresentar como um texto aberto, coloquial, facilmente digerível. Além disso, nos dá a possibilidade – muito importante – de interagir dentro de seu contexto, torná-lo mais atraente, recriá-lo. Se preciso, brincar com lances de empolgante ficção, imprimindo-lhe momentos de divertimento, um humor mais refinado, conseguir levantar os sentimentos... emocionar.

Nas dimensões da emoção, por sinal, é onde ela reina com maior competência, demonstrando toda a ternura e romantismo de seu criador. Atrevo-me a deixar aqui amostras, pedindo licença para colocar, em primeiro lugar, alguns trechos de uma delas, criada pelo nosso mestre das crônicas no Brasil, Luiz Fernando Veríssimo. Com seu texto leve, saboroso, penetrante, sua crônica “O encontro”, no livro “Comédias da vida privada”, bem expressa tudo isso. Mostra, nas entrelinhas, com o seu humor característico, toda uma dramaticidade e o sentido amargo da vida.

Ele descreve o encontro de um casal – separado havia algum tempo – dentro de um supermercado. Depois daqueles abraços

formais e cordiais, cada um explica sua presença ali, naquela hora avançada da noite.

Ele falou antes dela: – Você está morando por aqui?

Continuava bonita. – Na casa de papai. E você? – perguntou, sorrindo.

– Tenho um apartamento aqui perto. Você sempre faz compras de madrugada?

– Não, não. É que estou com uns amigos, resolvemos fazer alguma coisa para comer e não tinha nada em casa – diz ela.

E ele: – Curioso, eu também tenho gente lá em casa e vim comprar bebidas, patê, essas coisas. Meu estoque de bebidas não dura muito. Tem sempre gente lá em casa.

– Lá em casa também é uma festa atrás da outra.

– Você sempre gostou de festas.

– E você, não?

– A gente muda, né? Muda de hábitos...

– Tou vendo.

– Você não me reconheceria se viesse viver comigo outra vez.

Ela, ainda sorrindo: – Deus me livre!

Os dois riram. Era um encontro informal.

Quando ela chegou em casa, ouviu a mãe resmungar, da cama, que ela precisava acabar com essa história de fazer compras de madrugada, que ela precisava ter amigos, fazer alguma coisa, ao invés de ficar lamentando o marido perdido. Não disse nada. Guardou as compras e foi para a cama.

Quando ele já estava no seu apartamento, abriu uma lata de patê, o pacote de bolachas, abriu o vinho português, ficou bebendo e comendo sozinho, até ter sono. Aí foi dormir.

A crônica tem, também, a propriedade de, em alguns momentos, buscar única e tão somente a emoção: em partes desse meu texto de alguns anos para trás (ele é muito mais extenso), tento me enveredar por esses caminhos.

As obras da reforma seguem adiantadas: os pedreiros ajeitando as pedras de granito nos espaços do estacionamento, pintando os portões de ferro, retirando a velha antena de TV meio presa no telhado. De onde estou, observo o trabalho com muita atenção: dali dá para se ter uma visão ampla da casa, o telhado de inclinação arrojada, os grandes lances de concreto aparente.

Quantas histórias! Como num filme, desfilam na memória imagens de quarenta anos, desde os primeiros dias, após a mudança para o novo endereço: os filhos, ainda pequenos, descobrindo cada canto, cada detalhe daqueles cômodos ainda vazios, os cuidados para que não rolassem pelas escadas.

As lembranças explodem num universo de encantamento. Ainda vivas as imagens dos muitos natais em família, tão comemorados, quando a casa se iluminava, dos quartos até à área de lazer interna. Os convidados chegando com presentes, carregados de sorrisos, seus carros na frente e do outro lado da rua. À meia noite, de mãos dadas, todos rezavam para agradecer e pedir a Deus a continuação de toda aquela imensa felicidade.

Passaram os anos e eles, que chegaram tão pequenos, aos poucos foram se tornando, sim, os verdadeiros donos da casa. Viveram ali sua meninice, brincaram na pequena piscina do quintal, ganharam presentes, tiveram seus momentos na escola. Cresceram, depois se formaram na universidade, namoraram... e um dia se foram. Afinal, precisavam começar suas vidas!

A casa se tornou silenciosa, deserta, grande demais. Nos quartos das crianças – pois ainda continuavam os “quartos das crianças”

– não se viam mais as camas desarrumadas, as roupas pelo chão, a escrivaninha cheia de livros e cadernos, o computador sempre ligado. A saída dos móveis, com suas marcas e rabiscos de infância, foi sentida como se estivessem sendo arrancados pedaços do coração. Era penoso entrar naqueles cômodos que ficaram vazios, com algumas peças pelo chão, sem vida, sem os sinais do passado. Chegava-se às lágrimas.

As obras da reforma estão quase terminadas. Tudo pronto para ser deslançado um projeto de vida diferente de todos do passado, mais de acordo com a realidade cruel que se avizinha, o avançar da idade: a nova experiência, agora, de viver nas dimensões reduzidas de um apartamento.

Os novos tempos chegavam céleres, inexoráveis! É o momento da partida: entro pelo portão de ferro, silencioso. Ao fechar a grande porta de madeira, estofada e de batentes arredondados, é como se estivesse virando a última página de um capítulo maravilhoso da minha vida.

A crônica é isso mesmo: pode começar num ano afastado, relembrar a infância e a juventude, ou remeter-nos para o futuro. Está livre para ser um campo fértil a comentários mais pessoais, criticar algum movimento ou acontecimento na sociedade, pedir auxílio, agradecer às boas ações, cumprimentar belos gestos e bons trabalhos, apontar soluções. De repente, pode desobrigar-se de tudo, e só se ater a um período especial de nossa vida. Como este acima, por exemplo.

Enfim, a crônica pode tudo!

* **Gustavo Mazzola** é jornalista e titular da Cadeira 14 da Academia Campinense de Letras.

Email: mazzola@sigmanet.com.br

Esperança

Antonio de Pádua Báfero*

Nem bem pisei nos dias deste ano, percebi que as coisas iriam continuar como sempre foram. Reflexionando um pouco mais, estremeci: seria o ser humano a caminho de um comportamento mais atual. Não, não poderia ser uma forma irreversível, crível de uma mudança aquém do homem.

Assustou-me a presença do cinismo, do descaramento; sabe-se que a tese fundamental do cinismo é que o único fim do homem é a felicidade e a felicidade consiste na virtude. E, fora da virtude não existem bens, de modo que foi características dos cínicos, embora de uma forma radical, o desprezo pela comodidade, pelas riquezas, pelos prazeres, bem como o mais radical desprezo pelas convenções humanas e, em geral, por tudo que afasta o homem da simplicidade natural de que os animais dão exemplo.

É estranho, numa publicação literária insinuar um conceito de descaramento humano. É insólito até, porque não dizer extravagante, singular e desusado a essas ocasiões. Ocorre, entretanto, que este escrito não traz em seus objetivos, a ideia de que a maioria das pessoas, deste começo de século, revela cinismo, imprudência; palavras cínicas; ao lado avesso, na sua grande minoria, pessoas oportunas, que enaltecem uma coisa, um termo qualquer de um ato humano qualquer ou, mais exatamente, qualquer objeto com que, de qualquer modo, se deva tratar.

Encerro aqui meus primeiros passos neste começo, nestes primeiros quatro meses do ano em curso, convicto de que a

doutrina ética segundo a qual os princípios morais são fruto de um conhecimento, inato ou adquirido, de tipo intuitivo ou demonstrativo.

O novo tempo está aí, é incontestável. Desavisado, o homem caminha ao lado das mudanças, na pressa, esmaga as flores sob seus pés, atropela quem andeja, quase não distingue as pessoas e faz muito tempo, que não ouve um pássaro cantar, sequer admira um pôr do sol. Isso só aquieta o espírito.

É apenas uma opinião. Mas sei que os estóicos definiram a opinião como um assentimento fraco e ilusório, o que para Tomás de Aquino: *“a opinião é um ato do intelecto que se dirige para um lado da contradição por medo do outro.”*

Por acreditar que meu pensamento reflete claramente o que escrevo e o que escrevi na abertura do que foi redigido acima, invoco Platão para explicar que: *“Quando a alma pensa, não faz outra coisa, senão discutir consigo mesma por meio de perguntas e respostas, afirmações e negações; e quando mais cedo ou mais tarde, ou então de repente, decide, assevera e não duvida mais, diz-se que ela chegou a uma opinião.”*

Apesar de todos os pesares deste tempo, não perdi o leme da consciência de do bem-estar, como escreveu Vandr e: *“Os amores na mente / as flores no chão / a certeza na frente / a história na mão.”*

Nessa crença, que ora enfraquece, que vira esperança, mas nunca morre, conjecturo, pressuponho e imagino, que no futuro que está por vir, a maioria dos homens deixar  de ser um joguete, um lud brio, um desfrute, uma brincadeira ou um meio para corromper e tornar a vida vulgar; e, cismando ainda, creio que um dia ele voltará a exercer o seu comportamento originário: ser um meio para fazer progredir a humanidade rumo   união e ao bem.

Nesse sentido, o homem do futuro, deixará de expressar os sentimentos exclusivos de uma certa classe, para tornar-se a manifestação dos seus sentimentos vividos no dia a dia e enraizados na consciência moral contemporânea.

Ernest Bloch, filósofo alemão, fez da esperança a categoria básica da filosofia: “*a filosofia terá consciência do amanhã, tomará partido pelo futuro, saberá da Esperança, ou não saberá nada.*”

***Antonio de Pádua Báfero**, Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Professor da Unicamp, Membro da Academia Campinense de Letras, cadeira 17 .

Email: apbesp@uol.com.br

Referências

AQUINO, S. Tomás de. *O Ente e a Essência*. 8^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

BLOCH, Ernst. *O Princípio da Esperança*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005

PLATÃO. *A República*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Ed. Edipro, 2019



A polêmica pintura do teto da Capela Sistina

*Gilson Barreto**

Muito já se falou e se discutiu sobre as relações atribuladas entre o Papa Júlio II e Michelangelo: as dificuldades para a elaboração do trabalho artístico e as discórdias. Aqui apresentamos uma outra visão sobre o contexto histórico, cultural e religioso.

Claro que tudo não passa de apenas mais uma hipótese, porém baseada em fatos históricos. Ressaltamos três grandes eventos que permeiam a vida e o trabalho de Michelangelo: Primeiro: a queda de Constantinopla em 1553. Segundo: a inquisição na península ibérica. Terceiro: o “abril sangrento” em Florença.

A queda de Constantinopla pelos otomanos acaba criando uma migração de intelectuais para Florença e com eles os tratados de Platão, sendo traduzidos e repensados por dois grandes pilares do conhecimento nesse momento: Marsílio Ficino e Giovanni Pico della Mirandola. Dois gênios que criam a teoria neoplatônica e precipitam o renascimento italiano. Pico foi assassinado com arsênio pelo papa porque acreditava que, dentre as novecentas teses escritas, se Deus é único, deveria haver apenas um caminho para atingi-lo. Esses personagens conviveram com o jovem Michelangelo na Escola de Belas Artes de Florença fundada por Lorenzo de Médici.

A inquisição na península ibérica expulsou milhares de judeus dessa região. Muitos acabaram sucumbindo no mar mediterrâneo após serem saqueados e outros tantos que conseguiram fugir das torturas foram se aninhar em Florença sob a proteção dos Medicis. E, claro, além do conhecimento que possuíam, levaram sua cultura e princípios religiosos: o Torá e a cabala. Difundida entre os intelectuais da época.

O famoso “abril sangrento” em Florença ocorre após a família Médici se negar a emprestar dinheiro ao papa para adquirir propriedades para seus “sobrinhos” (os nepotes). O empréstimo foi negado porque havia pagamentos atrasados que jamais seriam pagos. O papa faz um acordo com os rivais, a família Pazzi, para receber o dinheiro em troca de dizimar os Medicis. O atentado ocorreria no dia da Páscoa dentro da catedral de Florença, onde todos estariam presentes.

Giovanni de Médici é assassinado dentro da catedral e Lorenzo sofre com um ferimento no pescoço, mas consegue fugir e sobreviver. A partir deste fato todos os Pazzi são caçados pelos Medicis até o último ser morto, enforcado, eviscerado e jogado pela janela do palácio Vecchio, ficando exposto e se debatendo na muralha.

Outro fato interessante após esses eventos é a inauguração da Capela Sistina em 1483 pelo Papa Sisto IV. A Escola de Belas artes de Florença, criada e patrocinada pelos Medicis, oferece gentilmente ao papa seus “soldados” (Perugino, Guirlandaio, Botticelli), artistas pintores dos mais renomados, para adornar as paredes laterais da magnífica capela recém-inaugurada.

Painéis gigantes com diferentes temas bíblicos foram entregues: a entrega das chaves, a circuncisão do menino Jesus etc. O que não foi notado é que o símbolo da família dos Medicis, as bolotas, as laranjas, as laranjeiras estão todas no céu, enquanto os carvalhos, símbolo da família papal, estão plantados nessas cenas no inferno. E tudo passou despercebido.

Fico imaginando um jantar com essas grandes figuras da história, sentadas no palácio Vecchio em Florença, tomando um vinho, rindo e comentando essa vitória do intelecto sobre a ignorância do dono da obra. Algo subliminar, escancarado e sutil, genial! Mas, em meio esses gigantes, havia um adolescente que prestava atenção em tudo. Acredito

que ser criado nesse berço, onde a igreja católica, na figura do papa, mandava matar, não honrava suas dívidas, era promíscua, entre outras qualidades adversas, tenha influenciado aquele jovem Michelangelo a retornar ao seio da igreja, para se dedicar à capela Sistina.

Na realidade, inicialmente Michelangelo não foi contratado para pintar o teto da capela, mas, sim, para construir um túmulo com 40 estátuas para o papa. Passou um ano cortando blocos de mármore em Carrara, porém mais uma vez devido a um complô com o arquiteto Bramante e o papa, Michelangelo é impedido de fazer as esculturas e é solicitado para pintar a capela Sistina. Uma revolta do artista ocorre e leva um ano para se redimir e aceitar a nova incumbência. Agora, com um projeto próprio, o que podemos apreciar hoje nos afrescos de Michelangelo.

A anatomia humana nesse período e a Escola de Belas Artes de Florença

A grande ciência nos anos 1500 era a anatomia humana. O primeiro tratado do Renascimento se refere ao tema: “De Humani Corporis Fabrica”, de Andreas Vesalius. Todos os artistas desse período tiveram contato com a dissecação de corpos humanos. A intenção era conhecer as entranhas do corpo, a fim de reproduzi-las com precisão nas suas obras.

Michelangelo dissecou cadáveres a vida toda. Teve amigo anatomista como Realdo Colombo que lhe deu um cadáver de presente de aniversário e relatou ter notado estruturas anatômicas apontadas por Michelangelo. O artista sabia tanto ou mais de anatomia humana do que aqueles que faziam disso sua profissão.

Descreveu mais de 800 estruturas anatômicas, mas infelizmente suas anotações se perderam ao longo do tempo.

EM 1504, munido de todo esse conhecimento e tendo participado desses momentos históricos, sobe a vinte metros de altura para depositar a primeira pincelada numa das maiores obras que a humanidade já presenciou, a pintura do teto da Capela Sistina!

Em 1990, um americano, Frank Lynn Meshberger, publicou na revista médica JAMA – The Journal of the American Medical Association – um artigo que foi capa da revista, comparando a imagem da cena da criação de Adão, onde Deus aparece sustentado por anjos, como sendo uma imagem do cérebro humano. Quatorze anos depois publicamos o livro “A Arte secreta de Michelangelo” que mostra figuras anatômicas em todas as cenas da pintura.

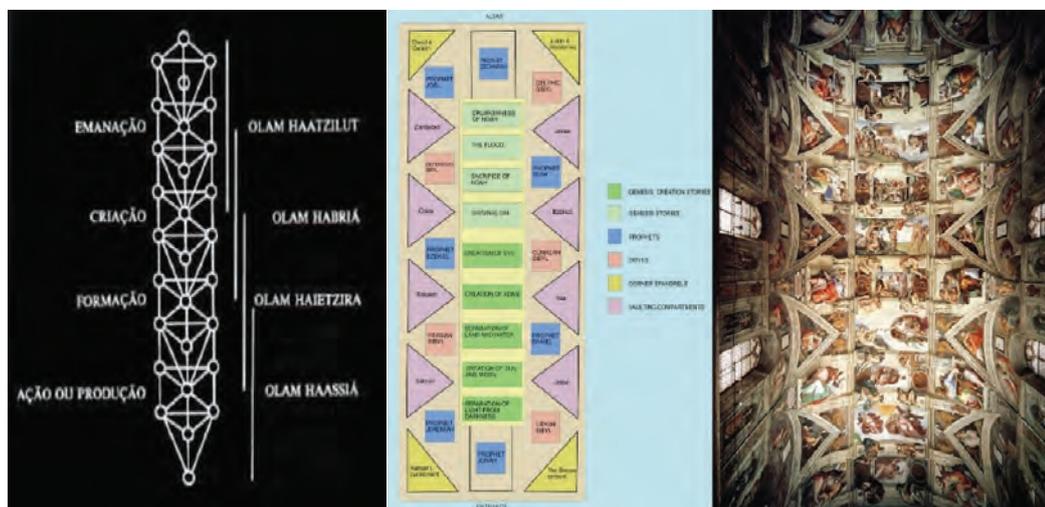
Além disso o movimento das figuras e o foco de luz denunciam a imagem anatômica representada na cena. Um verdadeiro código Michelangelo!

Levei vários anos imaginando: por que teria feito isso? Vingança? Por fazer um trabalho para o qual não tinha aptidão? No contrato com o papa escreve: “Michelangelo, escultor, irá pintar

Querida divulgar a ciência anatômica? Proibida por uma bula papal de 1304 do Papa Bonifácio? Muitas hipóteses foram levantadas, mas não concluídas. Hoje, tenho a convicção de que Michelangelo foi além dessas possibilidades. Unindo os fatos históricos, os relacionamentos humanos que tinha, o seu conhecimento, seu dom, sua inteligência e tudo mais que o rodeava, é muito provável que ele tenha pintado a Cabala Judaica no teto da Capela Sistina.

No nosso livro *A arte secreta de Michelangelo*, publicado em 2004, descrevemos uma peça anatômica em cada cena. Existe um cérebro, um pulmão, um rim, uma laringe, um pênis, um coração e várias outras estruturas. Eu não sou judeu, nunca estudei a Cabala, não domino esse conhecimento. Mas fui chamado por quem domina o assunto a me aprofundar e perceber que todas as estruturas anatômicas que

havia descrito, cada qual na sua posição, eram exatamente colocadas de forma precisa a serem coincidentes com a posição e quantidade descritas na representação do corpo humano na árvore da vida, mundos da crença judaica. Michelangelo pintou a Cabala judaica no teto da Capela Sistina. Observe a comparação dos esquemas abaixo.



***Gilson Barreto** é médico, escritor, pesquisador em artes plásticas, em especial da pintura, membro titular da Cadeira 21 da Academia Campinense de Letras.

E-mail: gilson.barreto@hotmail.com

Referências

BARRETO, Gilson; OLIVEIRA, Marcelo G. de. *A arte secreta de Michelangelo: uma lição de anatomia na Capela Sistina*. São Paulo: Arx, 2004.

MESHBERGER, Frank Lynn: "An interpretation of Michelangelo's creation of Adam based on neuroanatomy". *Journal of the American Medical Association*, v. 264, n. 14, Blackwell Publishing, 1990.



Intelectualidade da arte:

o caso Van Gogh

*Maria Eugênia Castanho**

*“Porque tudo isso são palavras,
e só palavras, fora das palavras
não há nada”. José Saramago*

Quando cursei mestrado e doutorado em educação na Unicamp precisei fazer uma tese que me levou a trilhar um longo caminho sobre minha escolha no campo da arte. Li muito, pesquisei muito e fui descobrindo grandes informações que se transformaram em rico conhecimento, especialmente sobre o famoso pintor Vincent van Gogh.

O que é arte

A arte é uma atividade especulativa própria: o pensamento plástico ou visual constitui uma atividade específica do espírito, muitas vezes intraduzível em outros sistemas simbólicos. O pensamento plástico, por exemplo, é uma das atividades primeiras do homem para explorar a realidade. É um discurso como os demais com processos que envolvem todas as possibilidades de conhecimento: raciocínio, memória, imaginação, abstração, comparação, generalização, dedução, indução, esquematização (FRANCASTEL, 1973).

Arte pela arte

Arte como intuição sensível. Embora haja muitos estudos avançando na compreensão da função da arte nas sociedades, permanece ainda uma interpretação que a considera apenas como fruto de uma intuição sensível. A reflexão atual propõe que a obra de arte seja mais que isso. Considera que, se a pessoa materializasse apenas uma intuição fugaz, a obra seria pobre se essa intuição não se tornasse o centro de uma reflexão durável. A obra de arte sugere a quem a percebe, não somente o instante fugidivo da intuição do artista, mas o seu processo de pensamento, no fim do qual resulta a criação.

Arte com pleno valor cognoscitivo

A história da arte e a apreciação artística, isto é, o ensinar a ver, são meios de iniciar o conhecimento, a fruição e a comunicação com o mundo. A percepção visual é pensamento visual, isto é, todas as operações mentais implicadas na recepção, no armazenamento e no processamento da informação são ligadas à inteligência (percepção sensorial, memória, pensamento, aprendizagem).

Nossa visão é seletiva e vê tipos de coisas. As categorias estão presentes no momento da percepção. O pensamento abstrato e a especulação podem ser desenvolvidos em arte na medida em que nos aproximarmos da reflexão plástica. O estágio das operações intelectuais formais poderá ser atingido, caso em que poderemos ter um salutar incremento tanto de artistas quanto de reais apreciadores de arte (DELLA VOLPE, 1973).

O ensino de arte chama a atenção para o permanente papel transformador que as criações artísticas desempenham na história

humana. É preciso saber ver, como alertou Snyders: as pessoas que determinaram mudanças radicais são as que assimilaram mais profundamente a cultura existente, chegando até aos elementos revolucionários inclusos nas obras; há que apontar a história humana como um constante movimento de transformação do “aqui e agora” (SNYDERS, 1990).

Dadas tais afirmações, vejamos suas implicações no trabalho de um artista plástico holandês de renome:

Vincent Willem van Gogh

Apreciadores de arte em geral foram brindados com a publicação de um livro lançado no Brasil em janeiro do ano em curso e intitulado “*Cartas a Theo*” (2024), pela editora 34, nele temos o privilégio de conhecer van Gogh através de uma seleção de 150 das suas quase 900 cartas. A maioria ele escreveu a seu irmão Theo. As cartas foram traduzidas diretamente do holandês e do francês por Felipe Martinez. Ele e Jorge Coli (Unicamp) organizaram o livro através do qual passamos a conhecer o pensamento e o sentimento escritos pelo próprio Van Gogh.

O livro mostra um Van Gogh generoso e de fibra, culto, que gostava muito de Maupassant, Voltaire, Tolstoi e Zola. Escrevia em holandês, francês e inglês. Conhecia muito bem Rembrandt e Delacroix. Após tentar várias ocupações, encontrou o caminho da arte pictórica aos 27 anos, com sofrimento.

Nasceu em 1853 e faleceu em 1890, aos 37 anos. Lendo suas cartas ao irmão Theo, sentimos o que sentia e o que pensava. Falando sobre criatividade, há uma pérola preciosa, raríssima de se encontrar num grande artista como ele. Ei-la:

“A pintura independe da vocação, de um domínio inato ou de estalos de gênio; o que contava era o empenho: “O talento é uma longa paciência – e a originalidade, um esforço de vontade e observação intensa”. (VAN GOGH, 2024).

Reflete sobre suas próprias telas, que por via da escrita se rerepresentam com toda a vibração sensorial e espiritual que lhes imprimiu. Não se achava genial. Van Gogh tem “uma alma humana, com sentimentos delicados, é capaz de sentir o que as pessoas pensam sobre ele. Sobre seus pais: “aceito-os como eles são” (idem, ibidem).

Viveu muito pobremente, sustentado pelo irmão Theo. O livro liberta Van Gogh da mitologia que o aprisiona, foi distorcido e visto como ingênuo. Tinha surtos, contava para Theo, mas não se fazia de vítima. Numa anotação de agosto de 1883 escreveu que sentia “certa obrigação e dever, porque andei nesse mundo por 30 anos – para deixar como gratidão uma certa lembrança na forma de desenho ou pintura”, uma forma “na qual se expresse um sentimento humano sincero” (idem, ibidem).

Palavras tocantes. “Possíveis apenas na pena de um desganhado generoso e de fibra, Van Gogh” (CONTI, 2024).

Nos anos finais de sua breve vida, numa das cartas que escreveu a Theo: “tanto quanto posso julgar, não sou um louco propriamente dito. Você verá que as telas que fiz nos intervalos são calmas e não inferiores às outras. O trabalho mais me faz falta do que me cansa” (idem, ibidem). Isso mostra que os problemas psiquiátricos não são condição para a pintura nem podem explicar sua arte.

Reforçando o argumento

Pierre Francastel (1973) fala da existência em todos nós de um pensamento plástico: “não é justo dizer que a ciência tem leis que a arte transporta a seu próprio domínio. Não é a ciência, mas o mundo exterior que tem suas leis, que a arte interpreta como também a ciência o faz, necessariamente concordantes num dado período” (p. 86).

Della Volpe (1973) explica a intelectualidade da arte – discurso como os demais, já que nela se realizam processos que envolvem todas as possibilidades cognoscitivas; e Arnheim (1973) refere-se a um modo próprio de pensar, o pensamento visual. Nossa visão é seletiva e vê tipos de coisas, as categorias já estão presentes no momento da percepção.

Há décadas defendo a necessidade e urgência de uma grande alteração na formação sobre arte (CASTANHO, 1982). Todo ser humano pode desenvolver habilidades artísticas. Relembrando Vincent Van Gogh: “A pintura independe da vocação, de um domínio inato ou de estalos de gênio; o que contava era o empenho” e “O talento é uma longa paciência – e a originalidade, um esforço de vontade e observação intensa” (op. cit.).

Uma plataforma tecnológica em desenvolvimento em universidade de Hong Kong promete mapear a relação de humanos com obras culturais e permitir que as pessoas se tornem artistas. Yike Guo, reconhecido como um dos mais talentosos cientistas computacionais chineses, afirma que não haverá substituição de artistas por máquinas e sim uma cocriação de algo único, belo e pessoal” (YIKE GUO, 2023). A ver.

Van Gogh: anos finais

Van Gogh faleceu em 1890. Em carta ao irmão Theo do dia 2 de maio de 1890, ele fala sobre o médico Gachet, dizendo que ainda é capaz de trabalhar logicamente, acreditando que será tratado de acordo, já que o médico gosta de pintura e que há chance de uma amizade sólida. (Vincent irá conviver intensamente com o médico Gachet nos meses finais de sua vida).

Uma das últimas cartas do livro não foi terminada por Van Gogh, nem por ele enviada. A de 17 de junho de 1890 é endereçada ao amigo Gauguin e nela diz que pretende fazer estudos de trigais:

“de modo a formar um todo verde que faria, por sua vibração, pensar no ruído suave das espigas balançando na brisa. Não é nada fácil como coloração” (op. cit.).

A última carta ao irmão é de 23 de julho, também não finalizada nem enviada. Uma das frases: “Gostaria muito de lhe escrever sobre muitas coisas, mas sinto a inutilidade disso”. Vincent van Gogh atira contra o próprio peito em 27 de julho de 1890 e morre dois dias depois. O irmão Theo anota no manuscrito original: “Carta que ele portava em 27 de julho, dia da tragédia”.

Hoje, século XXI

O mercado de arte vem se alastrando, com descaso à fronteira entre valores artísticos e monetários. A realidade são os conselhos de museus e bienais com a presença de operadores do mercado financeiro, inclusive como colecionadores. Rafael Cardoso, no artigo “O declínio da arte”, publicado na Folha de São Paulo (CARDOSO, 2023, p. C10), detecta que a crítica especializada praticamente inexistente, dada a pulverização do juízo crítico, e que “vieram as grandes mudanças das últimas décadas – em especial, a deglutição do meio artístico pelo mercado de arte (...)” (id. *ibid.*). O declínio da crítica de arte interessa àqueles que a transformam em valores monetários.

Concluindo

Estimular a apreciação artística, o ensinar arte, o pesquisar arte, o desenvolvimento do pensamento visual – tudo isso leva à formação crítica e de qualidade, visando pessoas competentes para a sociedade que desejamos (CASTANHO, 1982). Na verdade, a arte tem pleno valor de conhecimento.

Aproximando-nos da leitura da realidade que a arte nos proporciona, podemos ver os caminhos e descaminhos de nossa história.

***Maria Eugênia Castanho** é doutora em Educação pela Unicamp, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, professora universitária, articulista e pesquisadora.

Referências

- ARNHEIM, Rudolph. *Arte y Percepción Visual*. 6.ed. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1973. 409 p.
- BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução*. São Paulo: Editora Abril, 1980, p. 3-28 (Coleção Os Pensadores).
- CARDOSO, Rafael. “O declínio da arte”. *Folha de S. Paulo*, 15 de outubro de 2023, p. C10.
- CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes. *Arte-Educação e Intelectualidade da Arte*. Campinas, SP: Faculdade de Educação, Unicamp, Tese de Doutorado, 1982.
- CONTI, Mário Sérgio. “O cachorrão desgrenhado”. In: *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2024, p. C7.
- DELLA Volpe, Galvano. *Esboço de uma História do Gosto*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973, 111 p.
- FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973, 444 p.
- GOMBRICH, E. H. *História da Arte*. São Paulo: Circulo do Livro, 1972, 506 p.
- SALGADO, Sebastião. Campinas, SP: *Correio Popular*, 5 de março de 2024.
- SNYDERS, Georges. *Para onde vão as pedagogias não-directivas*. Lisboa: Moraes Editores, 1974. Trad. Ruth Delgado. 365 p.
- VAN GOGH, Vincent. *Cartas a Theo*. Editora 34, 2024, 510 p.
- YIKE GUO. “Arte feita por IA”. In: TAVARES, Rodrigo. “Criatividade Artificial”. *Folha de S. Paulo, Ilustrísssima*, 8 de outubro de 2023, p. C8.

Carta Poética

*Margareth Brandini Park**

Caro Leitor

Escrevo-lhe essa carta com o intuito de convidá-lo para um passeio e assim povoar alguns momentos seus com a linguagem poética, pois creio no poder imenso a ela conferido.

Começemos com o que seria uma poesia para mim.

A poesia
é um desvio,
desvão.
Um sim,
um não.
Um traço,
um fio.
Delírio
e infinito.
Um rito.
E, para você.



Poderia se perguntar quem é esta remetente audaz que brinca com seus olhos provocando sentimentos, gerando desejos e ganas de escrita. Que te leva a procurar papéis e envelopes há muito esquecidos em alguma gaveta. Quem é ela...Quem sou eu

Converso com gatos
Plantas
Respondo músicas
Discordo da TV
Rezo
Blasfemo olhando o céu
Louvo a lua
Maldigo destinos
Me planto, broto, seco
Uma flor pássaro
Que ouve cantos
E sente asas a afagar as entranhas.



Satisfeito...

E você, quem é...

Te tomo pelas mãos. Vamos. Vamos juntos sinalizando fases e destinos. Precisamos acordar nossas crianças, mergulhar em nossas infâncias, sim. Todas as idades possuem suas infâncias. Mas, precisamos acordá-las amorosamente.

No caminho que adentramos algumas árvores se agitam. Saruês. Famílias deles esbanjando vida. Puro movimento.

Meu leitor e parceiro de caminhada, posso chamá-lo assim, concorda...Aprendi muito com eles, os saruês. Eles não são ratos. Devoram peçonhentos, polinizam plantas, são jardineiros, pois comem as frutas e dispersam suas sementes por onde passam e defecam.

Você deve estar se perguntando onde estaria a poesia aqui. Está indo abaixo.

Quando você for passear
Por uma mata frondosa
E o medo te cutucar
De pegar a maculosa,
Lembre-se de mim
Com carinho,
Pois devoro carrapatos,
Até o mais pequenininho.
Sou imune ao veneno
De algumas serpentes, posso comê-las todinhas,
Devagar. Tranquilamente.

Despertemos nossos sentidos para as árvores, plantas e flores dos entornos que permearam fases de nossas vidas. Sim, caro leitor caminhante, as plantas podem ser brincantes. Avenidas, chácaras, fazendas, bosques, inspiram com suas belezas, seus cheiros, flores, frutos e sementes. Brinquedos.

Ah, como precisamos reinventar jardins, quintais, com brinquedos saídos da Natureza, como um taco de Bétis feito de raiz de bambu por um pai que entendia de brincadeiras.

Enxerga a beleza do Flamboyant frondoso que margeia a estrada por onde caminhamos... A poesia-ritual abaixo inspirou-se em um semelhante.

Chocalhos vivificantes

As flores vermelhas flamejantes
Circundavam o corpo imóvel da menina
Que habitado por energia pulsante
Concentrava-se na grandiosidade do ritual
Que povoava a tarde.
Pajés a postos, eram vários
Com suas vagens sonoras imensas
Aguardando a mensagem do início
Que poderia ser um bicho
Em voo rasante,
Um raio de sol oportuno
Uma piscada engraçada,
Aves em revoada,
Ou mesmo
Uma asa brilhosa de fada.
As vagens, em unísono
Criavam músicas
Capazes de milagras indizíveis...
Como nas festas dos mortos
Gente ressuscitava e festava.
Ganhava seu chocalho
Juntava-se na roda da vida flamejante
Das flores de sangue,
Pisadas às gargalhadas.



E, quando os passeios pedem um descanso e umas gostosuras para energizar o corpo e estimular a caminhada paremos para saborear um

Prato de Doce

Como ganhou o apelido
Não sei. Limerica era.
doceira de mão cheia.
Deixou escapar o prato
onde o ponto de geleia
se pendurava por um fio.
Prato simples esse,
de risquinhos coloridos em arco-íris
de sabores.
Juntei e lambi
com grande cuidado.
Jabuticaba, a fruta
da geleia estilhaçada.

Hummmmmam...Não sei você, mas isso me levou diretamente à casa de minhas nonas, lá na serra gaúcha, com suas despensas bem providas de geleias, compotas, conservas e licores feitos com frutas, legumes e ervas de seus quintais.

Que poder imenso têm nossas memórias gastronômicas de infância. Elas nos carregam de volta aos cenários do entorno das mesas de refeições, dos caramanchões de parreiras perfumada.

Uma vez eu escrevi

Cozinhar, para mim, é criação e terapia.

Escolher os ingredientes com cuidado, buscando-os em mercados repletos de cheiros e burburinho humano é um ato de extremo prazer. Os mercados sempre me trazem a ideia do país da Cocanha Medieval. Neles a fartura impera. Podemos tocar em grãos que habitam sacos enfileirados, em seus temperos que nos transportam para lugares distantes e mágicos, o zathar, por exempli, me leva, como em um tapete mágico, para regiões inspiradoras de sonhos. A sálvia traz minhas nonas; os limões, meu pai; o orégano, uma filha. Ao arranhar a casca de uma lima da Pérsia, tenho de volta minha infância.

Por isso, quando quero rememorar a vida, cozinho com paixão, trago de volta pessoas queridas e lugares vividos e com isso sei que consigo proporcionar momentos, literalmente inesquecíveis que serão evocados diante de algum aroma.

Você cozinha.... quais são suas memórias gastronômicas.... gosta de geleia...

Espero que me responda na próxima carta.

O gato preto que cruza o caminho me transporta imediatamente aos tempos crianceiros em que peleava, como dizem os gaúchos, para proteger animais e árvores do entorno. Briguei e ainda brigo muito para protegê-los. Peço sempre a Santa Indignação nunca me abandone! Ela brotava e crescia rapidamente em situações de injúrias a seres vulneráveis.

Lembro com muita clareza dos destinos tenebrosos de muitos gatos pretos.

Dessas memórias nasce Uga- a bruxa e seu gato Puxa Puxa, destinados a mostrar outras facetas do belo felino, assim como das bruxas.

Te mando um pedacinho dele.

— Eu e Uga, minha bruxa,
estávamos a planejar
os grandes jogos brincantes
quando avistei dois olhos
na moita de Cuspidária, piscantes.
Dei um salto e avancei
Sobre a criatura suspeita.
Era Bisbilhobertus,
sujeito acima da lei.
O que fazia ele...
Ora, sua especialidade:
Bisbilhotar, com muita maldade!
Já vinham de muito tempo
as raivas do vilarejo
diante dos fazeres e saberes
de nossa comunidade – assim vejo.

E você...

Quais são suas indignações....O que te faz revirar as entranhas ...

Pois é, criaturas, árvores, plantas, legumes e verduras do nosso cotidiano podem nos ensinar muitos conceitos importantes. Desde que tenhamos, sempre, olhos de ver e ouvidos de ouvir.

Máthema - palavra grega de onde se origina matemática pode significar conhecimento, ciência, aprendizado e digo isso aqui, pra você, que recebeu minha carta, em outras palavras

A matemática da Natureza
é absurdamente precisa
um sorriso de Monalisa
O pentagrama
no botão do hibisco dobrado
a sequência de Fibonacci
no miolo do girassol...
o hexagrama
que habita
o mundo das tulipas.
Samambaias e brócolis romanos
Exemplos de geometria fractal.
Cada parte
um diminuto do total.
Aos olhos atentos
A mathema se apresenta
somada a cores, odores
texturas e sabores.
Multiplicada, no jardim
Desvela
Um universo sem fim.

Não sei você, eu gosto muito de enxergar a diversidade no fazer, no sentir, no apropriar-se do mundo de curiosidades que me cercam e muito me assustam os limites impostos de forma truculenta no dia a dia. Aqueles que não são construídos em parcerias e muitas mãos. A poesia explicará melhor esse meu sentimento.

Os bonsais
me causam
estranhamentos.
Tanta perfeição
me leva
à cama de Procusto.
Ao mito.
Justo.
Uma moldura
A ser preenchida
na qual não cabe
mínima folha caída.
Incompatível com a vida.



Meu companheiro de caminhada poética, essa carta está ficando longa demais, preciso terminar com mais um poema, para me conhecer melhor além de algumas perguntas para que inclua respostas em sua próxima carta.

Vamos lá. Todos nós temos nossos territórios eleitos para fugas, neles somos heróis, heroínas, príncipes, princesas, criaturas belas, fortes e destemidas, mágicas. O meu lugar tem criaturas fantásticas, castelos, batalhas, festas com muita música, danças. Como no poema:

Medieva

O príncipe
sonha
A princesa
espera
O fosso do castelo
Exaspera.
Ogros, espadas
e dragões
bilhetes em bicos de corvos
gárgulas em amuradas.
Senões.
A cornamusa ressoa nos corredores.
Desafina.
e ela,
a princesa
bate suas asas
e voa.
Segue o dragão
que serpenteia
queima
e cujo rugido ressoa.

E você, caro leitor
Quais são seus poemas...
Como rima o seu entorno...
Seu coração se irmana com criaturas, plantas, flores e histórias...

Veste poemas como pele...

Eu, sim!

Até a próxima, me despeço com um abraço.

Ah, temos que ter um PS

As sínteses são desafiadoras e as persigo. Você gosta de sínteses, aforismos e afins...

Agora é tchauzinho mesmo

O fio que teço, me tece

e eu, tecida desfio.

Margareth B. Park

* **Margareth Brandini Park** é pedagoga e doutora em Educação pela Unicamp. Pesquisadora, professora, escritora em prosa e verso, e titular da Cadeira N. 4 da Academia Campinense de Letras.

Email: margareth.park@gmail.com

Referências

PARK, Margareth Brandini. *Memoriando - entre cacos e poéticas*. Ilustrado por Aécio Sarti. Coleção Amigos da Poesia. São Paulo / Editora Adonis, 2014.

_____ *Plantas Brincantes*. Ilustrado por Darly Pelegrini. Editora Setembro, 2018.

_____ *Uga bruxa e seu gato Puxa-Puxa*. Ilustrado pela artista plástica Lisa França. São Paulo / Editora Adonis, 2014.

_____ *Florário Poético*. Ilustrado por Marília Cotomacci. Publicado por Evidência _br, 2019.

_____ *Saruê Seriguêla-neto da vó Saruella*. Ilustrado por Gregory William. Publicado por Evidência _br, 2022.

Fragmentos de uma trajetória

*José Carlos Ortiz**

Na trajetória da vida acontecem situações surpreendentes, ora alegres, ora tristes, às vezes inesperadas, algumas esquecidas facilmente, e outras que não esquecemos jamais.

Tais fatos ocorrem inclusive na vida profissional e, na minha especialmente, de promotor de justiça, acredito que a frequência é maior, por lidar com o público, afetando diretamente as pessoas.

Hoje aposentado, às vezes pego-me lembrando essas situações e lamento não ter pensado à época em anotá-las, pois, tenho certeza, serviriam de base para um livro interessante, como o escrito por um colega de profissão, que o batizou com o sugestivo título de “Causas e Causos”.

A lembrança da maioria já se apagou, de tão profundamente enterradas, mas algumas ainda afloram naqueles momentos de divagação, e resolvi agora, então, trazê-las à tona, para compartilhar com eventuais leitores deste texto.

Como o passo inicial e necessário para o exercício dessa profissão é o bacharelado em ciências jurídicas e sociais, entendi que seria interessante mencionar alguns fragmentos já do período da vida universitária. Iniciei meus estudos superiores no curso de Direito da Universidade Católica de Campinas, que à época ainda não era pontifícia, e que tinha como reitor o saudoso e reverendíssimo Monsenhor Emilio José Salim.

Tempo marcante e feliz o do período universitário, apesar de cursado integralmente durante a ditadura militar. Logo no início, o

centro acadêmico efetuou consulta junto aos alunos do curso para a escolha do nome do jornal que iria ser lançado e, acatando a minha sugestão, denominou-o, então, “Artigo Primeiro”.

A integração e a participação na política estudantil vieram naturalmente e, já na eleição seguinte, compus a chapa vencedora que passou a administrar o combativo Centro Acadêmico XVI de Abril. A participação nos movimentos de protesto contra a ditadura tornou-se a tônica, com as manifestações através de panfletos escritos e de gritos de palavras de ordem nas passeatas pelo centro da cidade – “mais pão, menos canhão” – quase sempre dissolvidas pela polícia.

No decorrer do fatídico ano de 1968, “o ano que não terminou”, na feliz expressão de Zuenir Ventura, autor do livro homônimo, em determinada noite, quando imprimíamos panfletos, chegou a notícia de que a polícia estava a caminho da universidade. Foi uma correria para recolher e dar um “sumiço” nos panfletos já impressos, levando-os à lagoa do Taquaral, que naquela época ainda não estava urbanizada, descartando-os no matagal lá existente.

Naqueles primeiros anos da faculdade ainda circulavam os bondes, que eram o meio de transporte que eu utilizava para ir às aulas, pois a linha 13 – Cambuí via rua dos Alecrins – passava em frente da minha casa, onde havia uma parada. Duas paradas depois de eu embarcar, embarcava também o querido e saudoso Professor Milton Duarte Segurado, catedrático de Introdução à Ciência do Direito, que morava nas imediações. Trafegando pela rua Dr. Quirino, quando o bonde cruzava com a rua Marechal Deodoro, onde ficava o prédio da universidade, e como ali não havia parada, saltávamos com o veículo andando, eu e o Professor Milton, e íamos juntos caminhando até o glorioso Pátio dos Leões.

Quase ao final do último ano participei do Projeto Rondon, junto com um colega de classe, permanecendo por trinta dias no campus avançado da Unicamp, implantado na cidade de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, fronteira com o Peru, onde tivemos a oportunidade de participar de um júri real, como defensores, pois até então as experiências eram apenas com os júris simulados realizados na faculdade. Na cidade não havia advogados, e então, quando chegavam os estudantes de Direito, o juiz os nomeava como defensores dos réus. Estando um deles preso, e com o processo pronto para julgamento em plenário, fomos imediatamente nomeados, concedendo-nos o juiz alguns dias para análise dos autos. Tremenda responsabilidade, mas encarada com um incrível e inesperado destemor. É bem verdade que o promotor de justiça reconheceu ter o réu agido em legítima defesa, mas pediu a condenação por excesso culposo. Batalhamos e conseguimos a absolvição do réu, o que nos deixou muito orgulhosos e nos transformou em verdadeiros heróis perante os demais colegas da comitiva campineira.

Concluído o curso, sobreveio a aprovação no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Paraná, com sucessivas mudanças para várias cidades daquele estado, nas quais exerci a profissão de promotor de justiça. Iniciando a carreira em pequenina comarca no noroeste daquele estado, em meados dos anos 70, no primeiro dia de trabalho, ao dirigir-me a pé para o fórum, que ficava em uma esquina a poucas quadras do hotel onde me hospedara, percebi que todas as pessoas me olhavam, como que espantadas e curiosas. Chegando ao local indicado, não avistei o edifício do fórum.

Indagando no posto de combustíveis do outro lado da rua, fui informado que era o barracão de madeira da frente, onde

anteriormente, e até pouco tempo atrás, funcionara a sede da colonizadora do município. Adentrando o local, perguntei pelo juiz, indicando-me o funcionário a sala de audiências, onde se encontravam algumas pessoas sentadas ao redor de uma mesa. Não avistando o magistrado, recorri novamente ao funcionário, que apontou o senhor de camisa branca de mangas curtas sentado na cabeceira da mesa. Após apresentar-me, esclareceu ele que, devido ao forte calor na região, era dispensado o uso do paletó e da gravata, ficando então esclarecido o porquê dos olhares curiosos no meu percurso para o fórum, já que eu trajava terno completo.

Mas esclareceu ele ainda que, nas audiências e nos julgamentos pelo tribunal do júri, era obrigatório o uso das vestes talares pelo juiz, pelo promotor e pelo advogado, o que, afinal, conferia uma maior solenidade aos atos.

Logo nos primeiros dias de trabalho, durante o atendimento ao público, que é umas das várias funções do promotor de justiça, chegaram ao meu gabinete duas famílias de moradores da zona rural do município, postando-se uma de cada lado da minha mesa de trabalho e, no meio de ambas, de frente para mim, um casal muito jovem, a menina com apenas 14 anos e o menino com 18 anos, estáticos como uma estátua e fitando-me apreensivos, mas com um olhar de esperança.

Tomando a iniciativa, o pai da menina narrou que ela pretendia se casar com o filho dos vizinhos, com o que os familiares de ambos concordavam e faziam muito gosto, tanto que compareceram todos ao fórum, lotando a sala de atendimento. Mas, inconformado, esclareceu que o funcionário do cartório se recusou a iniciar o procedimento, sob a alegação de que a filha dele não tinha 16 anos, idade mínima exigida pela lei para o casamento.

Esclarecido por mim que o cartorário estava com a razão, informou que a filha do seu compadre se casou com 14 anos, e perguntou por que a dele não podia se casar. Respondi que provavelmente a filha do compadre havia sido desvirginada pelo namorado e que, nesse caso, a lei autorizava excepcionalmente o casamento, após o suprimento judicial da idade da nubente, o que ocorreu efetivamente, confirmou ele.

Não sendo o caso da sua filha, a ela não se aplicava a exceção legal e, portanto, ela ainda não poderia se casar, retirando-se todos, decepcionados. Ao final do expediente, voltaram ao meu gabinete todos os integrantes das duas famílias atendidas anteriormente, bem como o casalzinho, desta feita ambos visivelmente radiantes e com os olhos brilhando de felicidade.

Sem mais delongas, falou o pai da menina: “Pronto, sr. dr. promotor, a minha filha já pode se casar”.

— Como assim? - indaguei surpreso.

— Quando saímos daqui, colocamos os dois em um quarto do hotel, e eles fizeram o que tinham que fazer – relatou o pai.

Contendo a muito custo o riso, só me restou orientá-los para providenciar um atestado médico constatando o desvirginamento, e dar início ao procedimento do suprimento de idade da menina e da autorização judicial para o casamento, que foi realizado alguns dias após.

Apesar de engraçada, a situação revelava, todavia, uma triste realidade daquela sociedade rural, muito pobre, em virtude do que os casamentos das filhas mulheres eram incentivados desde cedo, pois com a saída da mulher para acompanhar o marido, haveria na casa uma pessoa a menos para ser alimentada.

Deve ser salientado, entretanto, que a lei civil atual não mais contempla a exceção que autorizou o casamento da menina, bem como nenhuma outra, não sendo mais possível, portanto, em hipótese alguma, o casamento de pessoas menores de 16 anos.

Passados os dias, numa determinada noite compareci a um jantar comemorativo de uma data festiva do município, sentando-me ao lado do fundador da cidade, o que me causou enorme surpresa, pois eu era oriundo de uma região do interior do Estado de São Paulo, onde as cidades já eram centenárias, àquela época. E ele achou engraçado e sorriu muito, quando eu lhe disse que, de onde eu vinha, só se conheciam os fundadores através de suas estátuas, erguidas nas praças das cidades que eles fundaram.

O tempo passou, e já promotor no Estado de São Paulo, presenciei um fato inusitado, pelo menos para mim, ocorrido durante o julgamento de uma ré pelo Tribunal do Júri da comarca de Guaratinguetá, por ter provocado aborto em uma gestante. A ré era uma senhora idosa, perto dos 80 anos, que se dedicava há muito tempo às práticas abortivas em gestantes, tendo respondido a várias ações penais por esses fatos, mas sem qualquer condenação anterior. E os comentários nos corredores do fórum eram de que seria absolvida novamente, nesse caso em especial, pela sua idade avançada.

Sendo eu o promotor de justiça encarregado de atuar no Tribunal do Júri daquela comarca, função que assumira há pouco tempo, decidi que estava na hora de tentar mudar aquela escrita. E eis que, na véspera do julgamento, recebi pelo correio uma carta enviada por uma instituição espírita, que desconhecia e da qual nunca ouvira falar, pois localizada em uma cidade da grande São Paulo, onde eu nunca estivera. Surpreso, por não ser adepto da doutrina espírita, não frequentando, portanto, suas instituições, embora respeitando

os seus seguidores, mas curioso, abri o envelope, que não continha texto algum assinado ou identificado, mas apenas uma mensagem em folha manuscrita, na qual um feto descrevia a sua vida dentro do útero da mãe e fazia planos para o futuro, quando fosse dado à luz, agradecia a ela pela gestação e prometia ser o melhor dos filhos, amando-a incondicionalmente.

Assim, e como que em um diário, descrevia todos os acontecimentos do seu dia a dia intrauterino, sempre ressaltando o amor, o carinho e o afeto que já nutria por sua mãe ainda gestante, bem como expressava a ansiedade pelo dia do nascimento, para poder finalmente exteriorizar os seus sentimentos.

Todavia, em um determinado dia, começaram a acontecer coisas estranhas e inesperadas, alheias ao desenvolvimento normal de uma gestação. Pensava no que estaria acontecendo, quando começou a sentir estocadas em seu minúsculo corpo, ainda sem ter noção da gravidade da situação e do que estava por vir. Somente se deu conta do que realmente acontecia quando, depois de inúmeras e violentas estocadas, que destroçaram seu corpo, começou a sucção e os seus restos começaram a ser aspirados. Então, só teve tempo de perguntar: “por que, mamãe?”

Impressionado com o relato, resolvi levá-lo para o julgamento. Depois de realizadas as formalidades preliminares e encerrada a instrução, ao receber a palavra para os debates procedi à leitura do libelo-crime acusatório, o qual descrevia o crime imputado com todas as suas circunstâncias, e que deveria ser lido obrigatoriamente no início da acusação.

Em seguida, e contrariamente ao meu método costumeiro em todas as participações no Tribunal do Júri, fechei os autos do processo e coloquei-os em cima de minha mesa. Dirigi-me então aos jurados, limitando-me a externar o meu posicionamento contrário

ao aborto, pois sou favorável à vida, desfiando todos os argumentos e as justificativas para esse entendimento pessoal.

Na sequência, li a mensagem do feto, pausadamente e com a entonação necessária para criar um clima condizente com a gravidade da situação descrita. Um silêncio sepulcral pairava no ambiente. Terminei a leitura com a pergunta final da mensagem, lida após alguns segundos de pausa: “por que, mamãe?”

Nesse momento, alguns soluços de choros, até então contidos, interromperam o silêncio reinante na plateia.

E assim encerrei a acusação e não voltei para a réplica. Quando os jurados voltaram da sala secreta e o juiz anunciou o veredito condenatório, aconteceu o fato inusitado. Uma a uma, as pessoas começaram a se levantar e aplaudir, até que toda a plateia permaneceu em pé e aplaudindo por vários minutos seguidos. Restou claro então que a condenação do aborto, como consequência da condenação da ré pelos jurados, foi apoiada pela expressiva parcela da comunidade presente no plenário do Tribunal do Júri daquela cidade. E até hoje, quando me recordo do fato, continuo acreditando que o fator preponderante para a condenação da ré e para a repulsa ao aborto, foi o “depoimento do feto”, manifestado através da leitura no plenário da misteriosa carta recebida na véspera do julgamento.

***José Carlos Ortiz**, Promotor de Justiça aposentado. Membro do Conselho de Amigos da Academia Campinense de Letras, nos termos do Capítulo V do seu Estatuto Social.

Email: prof.ortiz@hotmail.com

“Nas Asas da Fênix”

Odair Leitão Alonso*

Neste ano de 2024, Campinas completa 250 anos de vida. E, analisando sua história, sabemos que depois de anos sob uma severa pandemia, ela ressurgiu, grandiosa, como a lendária Fênix, tornando-se a metrópole de hoje. Mas vamos, nestas linhas, falar um pouco sobre a sobreposição das histórias de Campinas e deste jornalista e escritor.

Nasci numa Campinas de 1953, com pouco mais de 200 mil habitantes. Neto e filho de ferroviários morava num bairro pobre. Perdi meu pai logo aos sete anos de idade. Mas Deus é sempre muito bom e me presenteou com um padrasto maravilhoso.

Naquela época não se discutia sobre Direitos Humanos. A gente se reunia à noite em frente nossas casas para conversar e brincar. Os assuntos giravam em torno de extraterrestres e a conquista da Lua. Éramos, naturalmente, todos iguais, sem quaisquer discriminações. Como citei, meu padrasto me incentivou a ler, a estudar e foi o motivo de todo meu sucesso, logo ele, um homem com apenas o segundo ano do primário, mal concluído.

Depois de cursar o primário e o ginásial, subir para o colegial e, finalmente, entrar para a Faculdade de Jornalismo é que me engajei no mundo atual e verdadeiro. Campinas não parava de crescer, nem eu, nem os preconceitos.

Trabalhei como repórter e chefe em jornais, televisão e multinacional. Dei aulas de jornalismo e de relações públicas, fiz minha pós graduação em São Paulo. Anos mais tarde fui trabalhar numa Secretaria do Governo Campineiro, para cuidar das minorias: mulher, juventude, negros, público LGBT, idosos e pessoas com deficiência, e depois no cerimonial do prefeito da cidade.

Isso fez toda a diferença em minha vida. Sentir na pele as situações mais escabrosas e dolorosas. Lutar como um leão contra o sistema, contra pessoas homofóbicas, violentas, agressoras e violadoras dos direitos de vida e integridade de qualquer ser humano.

Fui a Brasília, colocamos Campinas entre as sete cidades com maior acessibilidade no Brasil. Trocamos ideias, sugestões, experiências. Foram os melhores anos de minha vida.

Minha Campinas, agora com mais de um milhão e duzentos mil habitantes, cresceu muito. Em todos os sentidos. Quer no progresso, quer na violência, ou nas necessidades. Precisaremos de outros tantos anos e muito esforço dos Governos, Municipal, Estadual e Federal para atingir níveis aceitáveis, quem sabe de primeiro mundo.

Mas volto lá atrás, no meu padrasto, “seo” Augusto, sem estudo, mas de um coração de ouro. Lembro das lições que me deixou. Brincava muito, mas era extremamente honesto. Tinha suas regras: amar a família em primeiro lugar, a Deus e a pátria. Respeitar as leis, pagar todas as contas corretamente, nunca ter de abaixar a cabeça para ninguém, nem olhar de cima. Sempre olhos nos olhos, com personalidade e



respeito. Fui conquistando tudo o que ele queria. Estudei, me formei, trabalhei, dei aulas na Universidade, ganhei prêmios. Isso, para ele, era a realização total. Mas a idade chegou. Aliás ele resistiu bravamente. Até os 90 anos, “seo” Augusto era forte como um touro. Depois de uma queda, fratura no fêmur, não saiu mais da cama. Chegou aos 92 anos, quando finalmente descansou para sempre.

“Seo” Augusto.

Traço sempre um paralelo entre ele e minha Campinas. Quantos governos passaram pela minha cidade, pelo meu Estado, pelo meu País. Mas tudo o que ele falou, me ensinou continuou valendo, não apenas para mim, mas para todos os dirigentes e cidadãos.

Vi caírem ídolos, pessoas que eram endeusadas. Qual o motivo? Corrupção! Deixaram de fazer o que “Seo Augusto”, meu padasto, sempre ensinou: seja honesto; nunca pegue o que não é seu; se não puder ajudar não atrapalhe; se não for para colaborar, fique quieto, não diga nada.

Passei por ditaduras, pelo fenômeno Collor, por presidente que morreu antes de assumir, por desastres econômicos, pela maior esperança do povo e por tantas decepções. Por denúncias, envolvimento de empresários desonestos com políticos corruptos, tudo para ganhar dinheiro. E o povo?

O Brasil cresceu em todos os sentidos. Voltando lá atrás novamente, tínhamos um título mundial de futebol, hoje temos cinco. Conquistamos ainda mais no vôlei. Outros grandes atletas surgiram em todas as modalidades e podemos ir muito mais longe.

Na área cultural nem se fale. Temos cantores, cantoras, orquestras, artistas, reconhecidos internacionalmente. Fazemos um bom cinema. Apenas bom, mas fazemos, graças a tantas novelas e minisséries de televisão.

Mas socialmente o que estamos fazendo? Qual o impacto da pessoa idosa no cenário nacional? Será que ela recebe a devida importância? É preparada para a aposentadoria? Para a velhice?

Vamos analisar vários aspectos. Vi, quando trabalhava com idosos, filhos ricos visitando esporadicamente suas mães nos asilos. Como jornalista, ia depois conversar com elas. Meu coração se derramava junto de suas lágrimas.

Vi senhores sentados em bancos de jardim jogando damas, trocando conversa fiada. Pior ainda, vi outros jogando a vida fora em copos de pinga dentro de bares e botequins. Oras, fica a pergunta feita pela grande rede de televisão: esse é o Brasil que eu quero? Obviamente que não!

É preciso preparar nossos idosos. Dar cursos. Ensinar como gastar seu parco dinheiro de aposentadoria. Mas o fundamental é que o Estado e, principalmente nossos empresários, sigam o exemplo de países mais desenvolvidos: ofereçam oportunidades de trabalho a essa massa humana que não para de crescer. São eles, os idosos, que possuem maior e melhor experiência. Talvez sejam mais lentos no andar, tenham dores nas costas, mas seus pensamentos, sua experiência é fundamental em todos os setores. Já citei aqui que trabalhei numa multinacional, a empresa alemã Robert Bosch Limitada. Lá, todo presidente, ao se aposentar, passa, automaticamente para o Conselho de Ex-presidentes. Uma espécie de “Conselho de Anciãos” dos indígenas (e como eles são inteligentes).

Não entendo os motivos de não usar essa força, ao contrário, extirpá-la de nossa sociedade. É injusto e contraproducente. Teríamos resultados muito melhores. Um senhor ou senhora da terceira idade não terá mais filhos: não vai a baladas; jamais faltará sem avisar; se não souber (especialmente sobre tecnologia) não terá vergonha de perguntar; estará sempre pronto a ajudar e o mais importante, saberá ouvir, coisa que os jovens não têm paciência para fazer.

Vejo hoje, já na Academia Campinense de Letras e, em outras Academias as quais pertenço, já com meus cabelos encanecidos, o respeito que eu recebo de todos. E, paralelamente, como respeito aos mais idosos que eu. E quanta sabedoria está estocada ali e, em outras Academias pelo Brasil todo. E escolas precisando de mestres, de palestrantes. Quanto desperdício!

Até os 92 anos de idade, o “seo” Augusto, só com segundo ano primário, me ensinava, da cama, de onde jamais sairia. Penso nele, todas as vezes que me lembro do respeito aos idosos, em valorizar a pessoa mais experiente, em garantir seus direitos humanos.

Para ter sucesso no Brasil do futuro, precisamos sim olhar para o Brasil do passado, que hoje ainda é presente, ainda está vivo. Somos uma força imensa, desejando contribuir, participar. Mentes brilhantes, em todas as regiões, em todos os rincões desse país continente esperam essa oportunidade. Vamos dar aula de cidadania a outras cidades, estados e outros países, mostrar que esse gigante não dorme em berço esplêndido, está vivo, pulsando, para brancos, negros, homens, mulheres, héteros, LGBTQIA+, pessoas com ou sem deficiência, jovens, idosos, de todas as raças, de todos os credos.

O “seo” Augusto vivia brincando que estava no “Bico do Corvo” para dizer da proximidade da morte. Ele morreu fisicamente apenas. E o corvo, como no símbolo de minha amada Campinas, renasceu, virou fênix, nas gerações que o seguiram na família. É o que desejo, de coração, para Campinas e seus habitantes. Assim também me vejo sempre, uma fênix lutando, enquanto tiver forças, por uma cidade melhor, por um Brasil melhor.

***Odair Alonso**, jornalista, Pós-graduado em Marketing – Fundação Cásper Líbero, Membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni, da International Writers and Artists Association – Ohio/USA, do Instituto Histórico do Mucuri em Teófilo Otoni – MG, da Academia Internacional de Artes, Letras e Ciências “A Palavra do Século 21 – ALPAS 21” e da Academia Campinense de Letras.

E-mail: odairalonso1@gmail.com



Como Viver?

*André Gonçalves Fernandes**

Em seu sentido mais popular e tradicional, o “saber viver”, como resposta ao “como viver?”, equivale a levar as coisas com calma e aproveitar as pequenas e grandes satisfações que o curso da existência humana nos oferece. Lembra um pouco aqueles filmes de guerra em que as realidades de coragem, compaixão e fraternidade, com homens reais numa guerra real, são destacadas, na mesma medida em que, entre um combate e outro, seus protagonistas sabem aproveitar as mínimas e escassas comodidades, como um banho de sol ou uma bebida alcoólica que uma terra calcinada de sangue, cadáveres e balas pode oferecer. O filme *Fury* (2014), traduzido por “Corações de Ferro”, ilustra bem isso. E o que isso tem a ver com filosofia? Tudo.

Filosofia numa hora dessas?

O que acontece, na realidade, é que a filosofia se ocupa muito com isso. Se os seres humanos começaram a filosofar há alguns séculos e ainda continuamos a fazê-lo, não é por outra razão que aprender a viver, alcançar uma vida boa e ser feliz. Não reclame para mim. A culpa é de Sócrates.

“Como viver?” é a pergunta socrática que inaugura, na Grécia do século V, a investigação filosófica sobre o homem, feita na linha de uma ideia de moralidade pessoal e em tom autorreflexivo e, depois, culmina na obra ética escrita por Aristóteles para seu filho Nicômaco.

A *Ética a Nicômaco* começa – como, aliás, tudo que envolve o agudo olhar aristotélico – com uma prosaica constatação de um dado empírico, quando ele diz, mais ou menos assim, que toda arte e toda investigação e, do mesmo modo, toda ação e eleição, parecem tender a algum bem e, por isso, o bem é aquilo para o qual todas as coisas tendem.

E por que as pessoas dão tão pouca importância à filosofia, se parece ser a coisa mais importante da vida? Bem, olhe, o que eu acho que está acontecendo é que as pessoas estão tão ocupadas tentando se divertir e se matar de trabalhar, que não têm tempo de descobrir como alcançar essa arte de viver, que, por sinal, não é fácil.

É claro que se matricular numa escola e estudar filosofia não resolve a questão.

Como qualquer arte, aprender a viver só se adquire com a prática: tentativa, erro, tentativa, acerto, com a particularidade de que, aqui, não existem princípios que, uma vez conhecidos, sejam usados de uma vez por todas para qualquer situação, porque é preciso estar sempre fazendo um ajuste fino de relojoeiro ou corrigindo a trajetória pela bússola do capitão.

A ética, desde logo, não se parece com a técnica, em que, quando sabemos algo, sabemos para sempre ou até que surja uma nova técnica. A ética é prática num sentido mais essencial e profundo, na medida em que seu resultado não é exterior, como quem aplaina uma cadeira ou cinzela um busto, mas interior: detecta-se um erro, corrige-se, detecta-se outro, emenda-se, detecta-se um acerto, persevera-se e assim por diante.

Quando tive a alegria de visitar o complexo de tênis de Wimbledon, perguntei ao guia da visita como a administração do complexo conseguia produzir aqueles maravilhosos tapetes

a céu aberto. Ele me respondeu, envolto naquele ar fleumático tipicamente inglês, que “bastava eliminar as ervas daninhas, cortar, aplainar com o compactador, regar, capinar, cortar... e, depois de alguns décadas fazendo essas operações repetidamente, começa-se a ter um gramado decente para a prática de tênis...”.

Isso parece não só demorado e caro, mas também muito difícil de aceitar por pessoas – e não apenas os jovens – para quem a única regra de saber viver é a espontaneidade imediata.

Vou tentar me explicar brevemente, a fim de evitar a impressão de que estou me deixando levar pelo preconceito filosófico de que a teoria resolve tudo e que os afetos pertencem a uma dimensão humana de quinta categoria, como pensavam os racionalistas. Há algum tempo, quando um amigo fez, pela primeira vez, uma sessão de quimioterapia, ele voltou exultante, quando me disse: “Fui à clínica, fizeram a aplicação intravenosa e estou ótimo!” As prodigiosas virtudes que ele atribuiu à quimioterapia, os filósofos gregos negaram aos pensamentos e aos ensinamentos puramente teóricos sobre a vida boa. Não importa quantas palestras sobre ética ou moral eu ouça, isso não melhora nem um centímetro de meu nível de comportamento moral.

A felicidade não se compra

Isso nos leva, mais cedo ou mais tarde, à questão da felicidade. Um querido amigo, um padre espanhol radicado no Brasil, propôs este tipo de enigma sobre o conhecimento prático ao qual acabei de me referir: “Para saber o que devemos fazer, temos que fazer o que queremos saber”.

Recordo-me daquele filme do renomado pregador que foi convidado para as festas do padroeiro da cidade e começou seu

sermão com um lema, um tanto místico, pouco apropriado ao mundo ficcional de seus conterrâneos: “Vivo sem viver em mim e espero uma vida tão elevada que morro por não morrer!”. No filme, o mais sábio do lugar não hesitou um momento: “Fantasma!”, gritou. Ele achou que o lema era um enigma, quando, na verdade, é um famoso pensamento de Santa Teresa de Ávila.

O enigma do meu amigo – para saber o que devemos fazer, devemos fazer o que queremos saber – resolve-se da seguinte maneira: se, para saber fazer algo, precisamos aprendê-lo, então, a única maneira de aprender é fazendo.

Essa é a receita para se alcançar a vida boa. A única maneira de conseguir isso é insistir em adquirir a plenitude de vida que eu quero. Se eu não tentar, pelo menos, levar uma vida humanamente digna, não terei ideia do que é levar uma existência verdadeiramente completa e, por tabela, da própria felicidade. É por isso que aprendi, com o tempo, a dar muito pouco crédito a certos políticos demagogos e a alguns intelectuais seduzidos pela filosofia da moda e que, em regra, ocupam as bancadas dos telejornais.

Saber viver é um conhecimento prático que decorre de seu próprio exercício e, por sua vez, a ele se reverte. Quando, de fato, funciona, ao invés de perplexidade, o que tenho é uma mensagem esclarecedora. Em vez de curtos-circuitos, o que consigo é uma retroalimentação, um círculo virtuoso ou um feedback.

Se insisto em praticar a justiça, acabarei me aproximando do ideal do justo, que consiste em dar a cada um o seu, isto é, na medida devida, nem a mais (rigorismo que, no direito, leva a uma espécie de vingança legal) e nem a menos (laxismo que, no direito, conduz à impunidade).

Todavia, antes de ir mais longe, sinto a necessidade de me perguntar se essa não é uma explicação excessivamente sofisticada, bem ao gosto da alta gastronomia de hoje. As coisas não são realmente muito mais simples, brutalmente simples? Porque parece que o florescimento da própria vida, seu logro, não depende do que faço e, muito menos, da suposta qualidade pessoal que venha a alcançar. Não é uma experiência comum em todas as culturas que nem sempre é o homem bom ou a mulher íntegra que se saem melhor nesta vida?

Algumas pessoas parecem ter nascido para serem felizes, para alcançar sua vida boa. Como sugere a palavra grega que traduzimos por felicidade (*eudaimonia*), é como se estivessem possuídos por um gênio benevolente ou abençoados por um anjo favorável.

Eles são abençoados, afortunados. De outros, por outro lado, o contrário poderia ser afirmado. “Não nasceu com o rabo virado para a lua!”, diz a sabedoria popular. O que eles têm feito para que sua vida, tropeço por tropeço, seja desperdiçada? Eles são azarados. À medida que a roda da fortuna gira, eles sempre acabam no fundo.

A conquista do Oeste

A conquista da própria vida não é uma coisa, não é herdada ou inscrita na genética familiar: está aberta a todos os indivíduos da espécie humana e sempre pode ser recuperada quando parece perdida. Quando lemos *Senhor dos Anéis*, logo percebemos que cada personagem segue em busca do logro da própria vida, com altos e baixos, avanços e retrocessos. Alguns conseguem uma vida lograda. Outros, não.

Ouçó uma voz profunda a me dizer que a plenitude vital é alcançada por mim mesmo. Como os mocinhos – às vezes, vilões

– da conquista do Oeste americano, do tipo Wyatt Earp. Como as heroínas das tragédias de Sófocles e Eurípedes, do tipo *Antígona*. Ninguém pode me substituir no âmago da existência, onde decido a radicalidade última da minha vida.

“Eu busco apenas tua felicidade, meu filho!”, dizia meu falecido pai e, certamente, dizem o mesmo todos os pais para seus filhos e todas as pessoas que se amam. Todavia, a felicidade é uma jornada personalíssima, por mais que nunca se possa conquistá-la solitariamente.

Por outro lado, o realismo mais elementar leva-me a reconhecer que o curso da minha existência não é dado apenas pelo que faço, mas também pelo que fazem os que me rodeiam, na família, no trabalho, no clube, na igreja, na sociedade e até o atacante do meu time de futebol que, aliás, nunca foi rebaixado. Para agir bem, tenho que ter em mente que continuamente “acontecem” coisas que não dependem de mim, embora dependa de mim como eu resolva enfrentá-las.

E, aqui, surge, necessariamente, a dicotomia entre vida lograda e vida malograda. A plenificação de minha vida não depende, pelo menos não inteiramente, da fortuna ou da sorte. É algo que eu devo obter ativa e livremente, ainda que os acontecimentos e circunstâncias ao meu redor, às vezes, modifiquem meus planos e sempre os condicionem. Como recorda Aristóteles, o agir segue o ser.

Uma das situações que mais me satisfazem é me colocar diante do resultado de um trabalho pessoal ou compartilhado e poder dizer “É algo realmente realizado”, ou seja, feito, bem-sucedido, perfeito ou quase perfeito, sem falhas que perturbem o propósito que eu tinha ao propor fazê-lo.

Vidas secas

Uma vida humana pode malograr de várias maneiras e por diferentes causas. A lista de possibilidades é muito extensa, porém, no mundo atual, é interessante notar o número de vidas que descarrilam por causa de um desejo frustrado ou mal direcionado em seu íntimo pessoal.

São dois tipos diferentes de causas. Em primeiro lugar, quem deposita todo seu coração numa única coisa – triunfar como atleta, tornar-se uma celebridade ou ser um eminente político – e falhar em sua tentativa pode acabar levando uma vida não realizada. Em segundo lugar, quem deseja muitas coisas e se vê continuamente focado a buscar uma coisa para atrair outra pode descobrir, de repente, que desperdiçou sua vida sem ganhar muito. Aqueles que pretendem e aspiram a muito pouco, talvez por medo da decepção, podem nunca perceber que seus talentos e habilidades não foram devidamente explorados.

Pode alguém ter colocado todas as suas esperanças num único projeto vital, resultando derrotado em sua tentativa de completar esse mesmo projeto por sua própria vontade, como se deu com Gatsby, que “pagou um alto preço para viver demasiadamente apegado a um único sonho”, nas palavras de Scott Fitzgerald.

Minha vida é marcada pela incerteza e pelo risco. Sou um ser frágil. “Um caniço pensante”, escreveu Pascal. Mas pensar sozinho, sem maiores qualificações, também não é garantia. “O pensamento, muitas vezes, me machuca e isso pode me matar”, diz um dos protagonistas em Cavalleria Rusticana. Num sentido muito radical, posso ganhar ou perder.

E tudo isso não é “moralismo”, como diria Nietzsche, porque a origem do problema não está num atentado superficial à decência, sobriedade, honestidade ou às boas maneiras. A raiz da questão é que me virei contra mim mesmo, dei um golpe em mim e sem cerimônia, embora, provavelmente, menos por malícia e mais por pura fraqueza.

A plenitude de vida tampouco tem uma natureza externa, como se fosse acrescentada de fora à pessoa. Não é que se trate de um sujeito sortudo, que ganhou um concurso, recebeu um prêmio ou mereceu, como cidadão honesto, a honra de uma condecoração. Seu triunfo na existência, por assim dizer, não se deve à obediência a algum regulamento que surgiu do nada. Tal triunfo vem do exercício de sua própria liberdade, cuja lógica interna essa pessoa tem seguido ativamente. São mulheres e homens que se tornaram “uma tarefa e um desafio” para si mesmos: eles são os autores de suas vidas que não cessaram na investigação e na decifração dos enigmas da existência.

Gramática da liberdade

Aqui propomos uma dimensão ética, sem dúvida, porém de uma maneira realista, na medida em que não se fecha em si mesma, mas apela à “gramática da liberdade”, isto é, ao desdobramento coerente da minha própria iniciativa vital. Em suma, minha existência só pode ser alcançada a partir de si mesma, pois somente nela estão os recursos necessários para conseguir direcioná-la em linha reta. Além de aceitar livremente meu próprio ser, devo insistir em descobrir quais são as articulações básicas que possibilitem construir minha vida sobre bases sólidas, de tal forma que as perplexidades se dissipem, na medida em que a condição humana permita. Isso é possível?

O homem se dispõe para a originalidade do acontecimento, para a autonomia pessoal e para a abertura à totalidade, lapidando a mais relevante dimensão humana, a saber, a dimensão intelectual, onde reside o motor que leva todo homem a conhecer e amar, às atividades vitais mais características de seu ser. Para o homem, não basta nascer, crescer, reproduzir-se e morrer para alcançar a própria realização. Nascemos com a tarefa de “resolver” nossa vida, porque seu êxito não está automaticamente assegurado como no caso de uma árvore. Por isso, só fomos gerados e não nascemos já feitos.

O homem é o único animal capaz de fazer fracassar sua vida voluntariamente do mesmo modo que só a resolve de melhor maneira se escolhe fazê-lo. O que é propriamente humano é a capacidade de criar fins para si mesmo e de escolher os meios para concretizá-los, diferentemente dos animais irracionais, cujos fins já estão inscritos no modo de ser de sua espécie.

Sendo o homem dono de si próprio, é pessoa e é muito mais que um indivíduo da espécie *Homo sapiens sapiens*. Por isso, eu tenho que “inventar” minha própria vida e o drama que tenho, como pessoa, é que posso arruinar essa vida, que não surge já conquistada ou malograda, mas, como a forma da estátua que está na cabeça do escultor e que já é por ele vislumbrada no bloco de mármore, feita de cinzelada a cinzelada. Aliás, era o que Michelangelo dizia sobre seu labor artístico: a obra de arte já está jacente no bloco de mármore e a ele competia “só” eliminar o excesso, cinzelando as sobras.

Então, quais são os meios que tenho para viver bem ou para conquistar a vida boa? Como posso construir minha própria vida ou, por outro lado, como posso arriscar arruiná-la? Aristóteles nos dá a resposta: a práxis, pois o bem buscado pelo sujeito aqui e agora, por

ser contingente, precisa, antes, ser “medido” pela razão e, depois, ser feito, porque está dado de antemão. A práxis é o principal meio. Ao agir, você arrisca a vida.

A razão reta é a razão correta e isso implica que meu comportamento não está sujeito a leis imutáveis, externas e deterministas, mas que sou eu quem descobre criativamente a norma que devo aplicar a cada situação vital. Não há duas operações iguais. O comportamento humano nunca é pura rotina burocrática ou cartorária. Há sempre um fator decisivo de criatividade, tanto na compreensão prática de uma situação concreta quanto na solução dos problemas que ela apresenta.

Erros, acertos e aprendizados

Com todas as minhas limitações, sou como os famosos dróides – R2D2 e C3PO – da saga *Star Wars*, isto é, aprendo com meus acertos e meus erros. Quando aprecio meus acertos, reforço essa linha de conduta e a enriqueço com o registro de novos casos, diversificando, assim, as possibilidades de atuação.

O aprendizado negativo também ocorre em meu agir, no qual, infelizmente, essa versatilidade de autogoverno não é mais registrada. Basta pensar em fenômenos como a inveja, a vaidade ou o ressentimento, que não me são desconhecidos. O mais assustador de todos é o ressentimento, porque pode me paralisar por muito tempo.

Nesses fenômenos, tanto o acerto quanto o erro adquirem a rigidez de uma foto envelhecida num álbum de família. O acontecimento vivido e registrado não se integra ao curso da vida, mas torna-se um corpo estranho, nunca totalmente assimilado, o que me causa disfunções contínuas e sensações existencialmente dolorosas. O passado começa a ser um fardo insuportável que

ameaça dominar toda a minha vida. Percebo que minha capacidade de corrigir está cansada. Incompreensivelmente, mas de uma forma muito real, começo a me machucar. Se eu insistisse nessa trajetória, seria o início da vida malograda.

Por que o homem tem essa estranha capacidade de se voltar contra si mesmo? Que eu saiba, nenhum filósofo moderno ainda deu uma resposta satisfatória a essa pergunta. Kant chegou a falar do “mal radical” que se aninha no coração de cada homem, mas não conseguiu explicar o como ou o porquê.

O com que quase todos os pensadores concordam é que tal fenômeno está incluído no risco que corremos com nossa própria liberdade, assunto que não será discutido aqui nessas linhas.

Confundir a mulher e o homem com fragmentos sofisticados de matéria ou com um amontoado de células não só está bem longe daquilo que efetivamente o são, como se paga o preço de não poder explicar nenhum de seus comportamentos característicos. Isso é de um naturalismo grosseiro, cuja superação constitui o primeiro passo na elaboração de uma antropologia minimamente aderente à realidade.

Tampouco é possível encerrar todo agir humano numa “estratégia técnica”, como reivindica, por exemplo, o consequencialismo, segundo o qual a bondade ou maldade de uma ação humana é medida exclusivamente pela soma das consequências favoráveis que dela derivam. É o ideal quantitativo de medir tudo, que decorre do fascínio exercido sobre a mente moderna, desde Descartes, pelas ciências naturais.

No entanto, esta superação forçada do naturalismo não equivale de modo algum a abandonar o conceito de natureza humana, sem a qual nem uma antropologia nem uma ética podem ser articuladas. É

claro que não uso a palavra “natureza” no sentido atual de expressões como “proteção da natureza” ou “viver no meio da natureza”.

Não entendo a natureza aqui como o conjunto de coisas não feitas pelo homem que compõem o sistema ecológico deste planeta. Por natureza, entendo aqui, em sentido mais clássico, o modo de ser próprio de cada coisa e, pela natureza humana, meu próprio modo de ser.

O importante é notar que a admissão do conceito de natureza me ajuda a recuperar uma visão da realidade que está se perdendo – há tempos – e sem a qual não há como compreender o dinamismo do florescimento vital. Esta é a visão teleológica da realidade. *Telos* é uma palavra grega que significa fim ou finalidade. A compreensão teleológica da realidade é aquela para a qual as coisas não são meros produtos do acaso ou da necessidade, mas têm um sentido, uma inteligibilidade interna, uma orientação para o seu próprio aperfeiçoamento e para a plenitude do todo em que estão inseridas. Cada coisa é orientada para suas próprias ações e o princípio vital de tais ações é precisamente sua natureza.

Quando atuo de acordo com minha natureza, pode-se dizer que minhas ações estão “lembrando-se” dela, estão aderindo a ela e, portanto, estou encontrando meu próprio ser ou plenificando-o. Nesse caso, minhas operações são basicamente diretas e orientadas para uma vida bem-sucedida ou a vida boa.

Se, por outro lado, vão contra minha natureza, contribuem para arruinar minha vida, para me prejudicar, porque estou “esquecendo-me” do meu modo de ser. O importante é que o conceito de natureza humana oferece os critérios básicos para enfrentar, de forma reta, tais problemas. Daí seu interesse e a grave perda que seu esquecimento implica, como podemos ver, por exemplo, em vários

dos assuntos relativos à ideologia de gênero. Recordar a natureza, ir ao encontro do próprio ser, é uma forma ecológica de viver.

O enriquecimento que adquiro agindo de acordo com minha natureza não se perde da noite para o dia. Ele se incorpora de forma estável à minha própria personalidade, por intermédio de hábitos operativos bons, aquilo que os gregos chamavam de excelência (*areté*) e, os latinos, de virtude (*virtus*).

A virtude é a realização ou a plenificação daquelas potencialidades características do modo humano de existir e de se comportar. Se tal modo de ser é vendido como inexistente no “mercado das ideias” ou como algo que não porta um fim último (em “filosofês”, não tem um caráter “télico”), o próprio sentido da virtude desaparece conseqüentemente.

Corre-se, então, o risco de tentar se construir uma ética convencional – ou codificada, no caso de certas profissões – com noções como dever, consenso, responsabilidade, utilidade, tolerância, empatia, diálogo, amor ou solidariedade, que são ótimas, mas, uma vez desconectadas de seu significado antropológico mais genuíno, não levam a nada além do utilitarismo ou do relativismo, abordagens nas quais a desorientação não só é inevitável, mas invencível.

A renovação da noção de virtude é essencial para compreender que o conceito de vida boa aqui proposto tem peso ontológico, ou seja, implica que a existência humana é realmente perfectível na linha de sua plenitude e florescimento. A virtude, certamente, só se adquire pela práxis – para o que, ordinariamente, uma única ação não basta – e implica um ganho estável.

Todavia, o que conta aqui não é o número de ações, mas a intensidade do agir, sua força plasmadora da personalidade e não

um tipo de hábito que poderia ser facilmente confundido com uma domesticação da “besta” humana, como se dá no adestramento de cães de guarda.

A perspectiva da práxis humana é aquela em que está em jogo a realização plena do bem no sujeito que atua. Adentramos aquilo que os gregos chamavam de vida boa. A vida boa não é a vida satisfatória e muito menos um estado satisfatório das coisas na sociedade, mas a realização vital dos sujeitos, que atuam e que, em virtude disso, são verdadeiramente bons.

Como a vida humana é ordenada para fins – isto é, fazemos as coisas com algum propósito – parece lógico que os vários tipos de ações humanas sejam direcionados para algumas poucas, as quais representariam a culminação de todas as demais e proporcionariam a maior plenitude alcançável neste “vale de lágrimas”, como rezamos na “Salve Rainha”, ou nesta “terra arrasada” de Eliot.

Parece igualmente lógico, além disso, que tais ações sejam características da pessoa humana, que sejam as mais típicas desses seres que somos. Todo meu trabalho é direcionado para estas ações próprias, nas quais minha existência é ampliada e fortalecida, onde a radicalidade da minha existência é posta em xeque. Acontecerá, então, que tudo o que me levar a tais operações será reto ou, melhor dizendo, correto, e tudo que me impedir ou desvair delas contribuirá para arruinar minha vida.

Por fim, devo fazer um alerta sobre a ideia de felicidade. Nietzsche disse que não é verdade que todos os homens aspiram à felicidade, pois apenas os ingleses a buscam. Por outro lado, Schopenhauer – que foi tão influente no primeiro Nietzsche – considerou que a busca da felicidade é incompatível com o comportamento moral e que se deveria proceder à anulação de todos os desejos, como preconiza o budismo tradicional.

No filme citado lá no começo, o comandante do tanque (um Sherman), depois de ter vencido um combate contra três tanques alemães Tiger, uma façanha digna de medalha militar, estaciona o bólido maciço num vilarejo francês mais próximo do teatro de operações e, recebidos como herói, ele e sua tripulação, é convidado por uma nativa a comemorar o feito em sua casa, onde ele solicita, como prêmio merecidíssimo, um banho quente e ovos mexidos.

Claro que a felicidade não está em gozar dessas boas e, no caso do comandante, justas comodidades. Por ora, apenas afirmo que é um fato da experiência que nenhum bem-criado satura o desejo de felicidade do homem. A vontade do homem, apoiada numa estrutura vital de esperança (Yepes Stork), está sempre aberta para algo mais ou, em outras palavras, a vontade “sempre quer mais”, porque visa a “um mais alto”. Entretanto, isso é um tema para outras linhas.



***André Gonçalves Fernandes** é titular da Academia Campinense de Letras, juiz de direito, bacharel em direito, graduado em filosofia, pesquisador e pós-doutor pela Unicamp e outras universidades do país e do exterior, parecerista de revistas jurídicas, articulista na imprensa e professor universitário.

Email: fernandes.agf@yahoo.com.br



Os derradeiros dias da União Soviética¹

*Germano Denisale Ferreira Junior**

Em 7 de dezembro de 1991, a convite do chefe do parlamento bielorrusso, Stanislav Shushkevich, os presidentes da Rússia e da Ucrânia, Boris Yeltsin e Leonid Kravchuk, reuniram-se numa dacha em Viskul, perto da fronteira com a Polônia, na região conhecida como Belaveja. Os próceres conversaram sobre a paralisação das entregas de gás e petróleo da Rússia. O inverno era rigoroso e os bielorrussos estavam com poucas reservas de gás.

O problema da escassez de petróleo e gás foi rapidamente resolvido pelos interlocutores: Yeltsin prometeu aumentar os volumes de entrega. Passou-se então a uma questão fundamental: o futuro da URSS. O presidente russo Yeltsin declarou, num brinde, que certamente poderia imaginar a continuação da existência da URSS sob certas circunstâncias; e sugeriu a Kravchuk e Shushkevich que a constituição soviética poderia ser substituída por um novo tratado entre as repúblicas ali representadas, fato este rejeitado de plano pelo presidente ucraniano que, veementemente, apelou para o fim da URSS antes que um novo grupo de estados pudesse ser fundado.

Seguiram-se longas discussões noite adentro até que Yeltsin rendeu-se aos desejos de Kravchuk: a emissão de uma espécie de certidão de óbito da URSS. Naquela noite, com a colaboração de especialistas da comitiva de Yeltsin e Shushkevich, foi criado um projeto de tratado que estipulava que a Rússia, a Bielorrússia

¹ Este artigo é um breve resumo do capítulo final do livro de Denisale, ainda em preparação, sob o título provisório de “O colapso do Império Soviético sob uma nova ótica”.

e a Ucrânia estabeleceriam uma comunidade de estados democráticos. Esta associação de estados deveria substituir a URSS o mais rápido possível. Entre outras coisas, ajustou-se que os três Estados reconheceriam mutuamente a sua integridade territorial e colocariam as armas nucleares sob controle comum. Ponderou-se que em vez de “Comunidade de Estados Democráticos”, o novo grupo deveria ser chamado “Comunidade de Estados Independentes”. Não houve oposição. O preâmbulo do acordo afirmava: “A União Soviética como sujeito do direito internacional e da realidade geopolítica deixou de existir”.

Quando da assinatura do acordo, Yeltsin se lembrou de que o presidente cazaque, Nursultan Nazarbayev, também deveria assinar o documento. O Cazaquistão era, em extensão, o segundo maior país da URSS e detinha 1.500 ogivas nucleares armazenadas no seu território. Apenas a Rússia e os EUA possuíam mais armas nucleares. Nazarbayev, naquela ocasião, estava a caminho de Moscou. Yeltsin ligou para ele, referindo o acordo que acabara de assinar e pedindo que ele fosse imediatamente a Viskuli. No entanto Nazarbayev se encontrou com Gorbachev e contou sobre sua conversa com Yeltsin e o Acordo de Belaveja. Gorbachev não se mostrou nem um pouco surpreso, apenas desapontado. A dacha em Viskuli estava completamente grampeada e o serviço secreto da KGB informava o premier soviético de tudo que lá ocorria.

Então Yeltsin de repente se viu com pressa. Disseram-lhe que Nazarbayev havia se encontrado com Gorbachev e este o impediu de ir a Viskuli. Gorbachev enviou uma companhia da KGB a Viskuli com ordens de prender Yeltsin por conspiração. Yeltsin se antecipou e imediatamente retornou a Moscou, onde acreditou estar seguro. Gorbachev, contudo, já não tinha o poder de agir contra “os

conspiradores de Acordo Belaveja”. Sabia que os militares estavam do lado de Yeltsin. Só a KGB lhe rendia obediência.

Profundamente decepcionado com seus antigos camaradas, Gorbachev ponderava que a URSS poderia definitivamente ter sido salva. Na sua opinião, Yelstsin, Kravchuk e Shushkevich desferiram o golpe mortal na URSS. Poucos dias depois da reunião histórica, os parlamentos da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia ratificaram o Acordo de Belaveja. Em 21 de dezembro de 1991, na capital cazaque, Alma Ata, Boris Yeltsin, Leonid Kravchuk, Stanislav Shushkevich e o presidente cazaque Nursultan Nazarbayev assinaram o ato fundador da Comunidade de Estados Independentes (CEI), à qual um total de onze ex-repúblicas soviéticas adeririam.

Mikhail Gorbachev era o presidente de um país que já não existia mais. No começo da noite de 25 de dezembro de 1991, quatro dias após a fundação da CEI, ele leu, no Kremlin, sua renúncia na televisão, em discurso que rodou o mundo, com algumas frases a seguir:

Interrompo minhas atividades como presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estou convencido de que mais cedo ou mais tarde nossos esforços conjuntos darão frutos. Nossos povos irão viver numa sociedade próspera e democrática. Yeltsin tornou-se o líder absoluto da República Russa. (GORBACHEV, 1991)

Nesse mesmo dia a bandeira vermelha hasteada no Kremlin foi retirada e substituída pela nova tricolor russa.

Em 31 de dezembro de 1991, ao bater da meia-noite, a superpotência militar conhecida como União Soviética efetivamente deixou de existir e entrou para a história.

Em 2021 o presidente russo Vladimir Putin referiu-se ao colapso da URSS como a “maior catástrofe geopolítica do século 20”. Tal afirmação, se contextualizada com a atual escalada militar russa junto à Ucrânia, pode ser um sinal de que as pretensões do Kremlin são muito mais ambiciosas do que parecem.

***Germano Denisale Ferreira Junior** é advogado e membro titular da Academia Campinense de Letras.

Email: germanodenisale@gmail.com

Referências

VOLKOGONOV, Dmitri Aleixvich. “The Rise and Fall of the Soviet Empire – Political Leaders from Lenin to Gorbachev”: Editor Harper Collins, 1998.

GORBACHEV, Mikail Sergeivich, Apelo aos cidadãos soviéticos, discurso televisivo do Presidente da U.R.S.S, 25.12.1991. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59794677>

ZUBOK, Vlaslav Martinovich, “ Collapse: The Fall of the Soviet Union” - Editora: Yale University Press, 2022.

Sonhos, sonhos, sonhos...

Luno Volpato*

Quando éramos crianças - e já faz tempo - sonhos de todas as cores, formas e dimensões frequentavam nosso imaginário. Um verdadeiro quadro de encanto e magia! Nada como ser criança, as pessoas diziam, passando a mão em nossa cabecinha loira e cabeluda.

E como era bom!... Apenas não tínhamos qualquer chama de consciência. Pensando bem, seria tão chato se desde a mais tenra idade tivéssemos a exata percepção da realidade, das estatísticas, projeções, destino... Ainda bem que, nessa quadra da vida, não tivemos acesso a estes portais e limites. Seria absolutamente entediante!...

Os sonhos têm o condão de estender um tapete colorido em nossa passagem, acompanhar fielmente, nossa caminhada, amenizar os percalços, suavizar os sobressaltos inevitáveis de todas as vidas. A despeito de contrariedades, oscilações e desafios, é necessário sonhar!...

Os sonhos vão se alternando e fortalecendo, na medida em que os anos correm e a imaginação passa a frequentar nossos dias e jornadas. Tudo como resposta às expectativas do meio em que vivemos e da participação efetiva, sobretudo de familiares, professores, amigos...

Minha infância, por exemplo, eu a passei na roça. E, analisada sob este prisma, que sonhos poderia ter uma criança de então? O radar era limitado, as opções quase inexistentes. Sem acesso a rádio, televisão, jornais, noticiários, que sonhos eu poderia almejar? Os mesmos de outras tantas crianças com iguais condições e possibilidades. Ou seja, o incrível sonho de ser um agricultor, um trabalhador como os pais, alguns parentes, conhecidos... Ou ainda: possuir um cavalo, uma vaca, uma bola de futebol, uma roupa nova para ir à missa aos domingos...

Sonhos, sonhos, sonhos!... De todos os espectros e colorações... Eram ambições limitadas, desejos triviais, mas a que nem todos tinham acesso. Imaginem! Num local cercado pelas serras, todo acidentado, o próprio horizonte visual ficava enclausurado entre morros, o que limitava completamente o espaço do olhar. Em resumo, um sonho entre montanhas! Esta era a dimensão dos desejos, planos, ambições... Este era o limite das aspirações possíveis e imagináveis...

Mas, parafraseando o poeta lusitano Fernando Pessoa, sonhar é preciso. Os sonhos se vão projetando pouco a pouco em nosso itinerário. Na mais tenra idade, sonha-se com uma bola de futebol, uma bicicleta, uma viagem de férias... Depois, os sonhos tomam outras formas e dimensões. Sonha-se com a maioridade, uma carreira de sucesso, um grande amor... Há uma projeção gradativa de objetivos, um emprego, uma casa, uma família. E assim os sonhos nascem, crescem, moldam-se, projetam-se e, o mais gratificante, vão se realizando paulatinamente...

Que seria da vida, de nossa história, do destino, sem o brilho dos sonhos!... Os sonhos suavizam as encostas, amenizam os desafios, libertam as ansiedades... Eles são como raios de luz, que projetam os passos, desbravam caminhos e encorajam as decisões. Ah! Que bom visualizar realizações, desvendar roteiros, estimular a criatividade, fazer planos! Que bom sonhar!...

Como é estimulante realizar algo para melhorar os caminhos da humanidade! Quão agradável é acordar, abrir as janelas e antever uma trajetória que transforma a sociedade e marca-a com atos emblemáticos e ideais determinantes de nossa passagem por aqui!

Como é gratificante plantar a semente, regá-la e perceber os frutos amadurecendo, abrindo espaço para outros que virão... Que bom contagiar o nosso meio, projetar desejos, injetar expectativas para que outras pessoas também possam sonhar!

Na retaguarda do tempo, quanta satisfação em alimentar as esperas que se vão delineando, crescendo, definindo... Os sonhos estimulam os grandes anseios da vida!... Quando penso nos sonhos, me vem à imaginação a nascente de um grande rio que começa com um pequeno filete d'água, lá no alto da montanha, sem qualquer visibilidade, longe dos holofotes, carente de estímulos e afetos, mas que projeta um sonho grandioso: chegar ao mar! E começa a desconhecida jornada. Cria corpo, adquire velocidade, desafia quedas, contorna rochas, enfrenta obstáculos... Mas não desiste! Luta, acompanha as sinuosidades, supera incertezas, abre caminhos... Depois de anos, séculos, milênios quiçá, atinge seu grande objetivo! A minúscula e despreziosa gotícula revestiu-se de inusitada coragem, perseverou, desafiou empecilhos, criou personalidade e chegou ao tão almejado destino!

Como esse pequeno filete d'água tomou forma, abriu espaços, enfrentou desafios e os superou, os sonhos nascem, criam raízes, superam incertezas, em busca da realização final: o oceano, o amanhã, o infinito!... E então, o desejo de ser, criar, evoluir e se realizar não tem limites... O sonho, como o rio, alimenta, fortalece e encoraja a única alternativa possível: seguir em frente!... E o destino esperado: vencer!

Sem sonhos a vida é menos mágica, desafiadora, impactante e a jornada mais complexa... Sonhar é preciso!...

***Luno Volpato** é titular da Academia Campinense de Letras – ACL, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC e presidente do Centro de Poesia e Arte de Campinas.



Refundação das Polícias

*Carlos Alberto Marchi de Queiroz**

Publica a imprensa que se cogita da “refundação das polícias” em certos círculos do alto judiciário brasileiro. Descartando qualquer laivo político, desejo apenas, como professor universitário de Direito e tendo consagrado significativa parcela de minha vida à carreira policial, aduzir algumas considerações sobre esse tema. Repito: não há nenhum teor político, mas exclusivamente caráter técnico nas linhas que seguem. Do meu ponto de vista, a referida refundação produziria o caos e não a modernização das polícias brasileiras.

Antes de tudo, é necessário ouvir a história. Como sabemos, a história da polícia brasileira tem início efetivamente a partir de 1808 com a chegada da Família Real portuguesa, chefiada pelo príncipe regente Dom João de Bragança. Fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que haviam invadido Portugal, Dom João trouxe consigo a Divisão da Guarda Real do Palácio que, na verdade, foi o embrião das polícias militares brasileiras. A Divisão da Guarda Real do Palácio, na verdade, objetivava proteger a Família Real, Dona Maria, a Louca, Dom João e toda a Corte que veio para o Brasil.

Com o retorno da Família Real para Portugal em 1821, a monarquia portuguesa acabou deixando no Brasil alguns pelotões ou companhias de soldados que, aos poucos, iriam ocupar funções policiais nas antigas capitanias hereditárias. Dom Pedro de Alcântara também criou a sua guarda pessoal, que hoje corresponde ao flamante Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília, cujos uniformes foram sendo modelados entre 1808 e 1823.

Os rumores a que no início me referi partiram, sem dúvida, de mentes extremamente relevantes pelo seu saber jurídico, porém desprovidas de maior aprofundamento nas questões policiais. Entendo que, caso se leve adiante o projeto de refundação das polícias brasileiras, o efeito seria um abalo irrecuperável nas estruturas das polícias civis e militares. A ideia, desestabilizadora, provocaria um verdadeiro caos policial judiciário no país.

Essa ideia tem o patrocínio de um jurista de escol, o ministro Gilmar Mendes, que é mestre e doutor em Direito por universidade alemã. Mas, dada a máxima vênia, somos de entender que a polícia brasileira, no momento atual, está a necessitar de poucos ajustes estruturais e maximamente do pagamento de bons salários aos seus integrantes, nas 27 unidades da Federação, seja no setor civil, seja no setor policial militar.

Voltando ao escorço histórico que havíamos iniciado, veremos que as polícias brasileiras passaram a ser gestadas a partir da fundação de uma delegacia de polícia na cidade paulista de São Vicente em 1532. Posteriormente, à medida em que Portugal tomava posse do Brasil, os terços de polícia, os destacamentos iam aparecendo pelos quadrantes do País, na evolução do sistema brasileiro de segurança pública.

Por ocasião do enforcamento de Tiradentes, no dia 21 de abril de 1792, já era possível observar-se, em ilustrações de livros, a existência de policiais militares fardados que realizavam o policiamento preventivo das vilas e cidades. O quadro de Pedro Américo, que pintou o Grito do Ipiranga, mostra que o príncipe Dom Pedro está cercado de soldados, alguns do Exército e alguns das forças policiais regulares.

Nesse diapasão, é útil lembrar que todas as Constituições brasileiras falavam em polícia de segurança pública. Somente a Carta Magna de 1988 colocou em destaque as polícias civis estaduais, a Polícia Federal, a PRF, de sorte que o projeto refundacionista só pode acontecer através de uma Proposta de Emenda Constitucional. Caso contrário, mergulharemos num caos pré-processual penal jamais visto neste hemisfério.

O Brasil não precisa de refundação de suas polícias civis e militares. O Brasil precisa, isso sim, de que seus integrantes recebam salários dignos.

***Carlos Alberto Marchi de Queiroz** é professor de Direito e titular da Academia Campinense de Letras.

Email: charles.quebec@hotmail.com

